

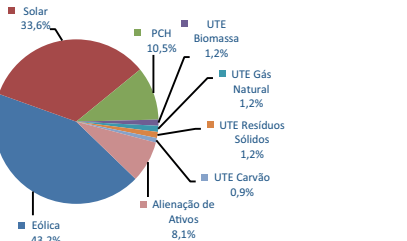
Demonstrações Financeiras da
Administração da Eletrobras Furnas
2014



Eletrobras
Furnas

Empreendedores		
Tipos de Projeto	Nº de Cadastros	%
Geração	306	91,9
Eólica	144	43,2
Solar	112	33,6
Requena Central Hidrelétrica (PHC)	35	10,5
UTE Biomassa	4	1,2
UTE Gás Natural	4	1,2
UTE Resíduos Sólidos	4	1,2
UTE Carvão	3	0,9
Alienação de Ativos	27	8,1
Linha de Transmissão e/ou Subestação	2	0,6
Eólica	14	4,2
PCH	7	2,1
Hidrelétrica	3	0,9
Solar	1	0,3
Total	333	100,0

Tipo de Projeto Cadastrado



AMBIENTE REGULATÓRIO

A Lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, entre outras providências, impôs desafios às concessionárias para adaptação ao novo modelo regulatório. Tal como em 2013, os impactos da referida Lei continuaram a permear as atividades da Agenda Regulatória do Setor Elétrico no ano de 2014. Segue breve descrição dos atos normativos da Aneel com relevância face às atividades de Furnas no ano de 2014.

Resoluções Normativas Aneel 596/2013 e 589/2013

De acordo com a regulamentação da Lei nº 12.783/2013, ficou garantida às concessionárias com empreendimentos prorrogados indenização do valor dos investimentos de bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados relativos a aproveitamentos hidrelétricos cujas concessões foram prorrogadas, ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O valor da parcela dos investimentos vinculados aos bens alcançados por esta Resolução deve ser calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR) e considerará a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação e até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A forma de pagamento da parcela assim calculada deve ser definida pelo poder concedente, que poderá ressarcir a concessionária por meio de indenização ou reconhecimento do valor devido na base tarifária.

As usinas de Furnas com concessão prorrogada segundo a Lei nº 12.783/2013 são: Corumbá I, Estreito, Funil, Furnas, Porto Colômbia e Marimbondo.

Para as concessionárias de transmissão que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013, a Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013, estabelece critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão consideradas não depreciadas e existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica Sistema Existente / Parcela da RAP Referente às Instalações de Transmissão Classificadas como DIT - RBSE/RPC), para fins de indenização.

Leilão da UHE Três Irmãos

A Lei nº 12.783/2013 permitiu a prorrogação, a critério do poder concedente, das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e determinou que as concessões não prorrogadas fossem licitadas na modalidade leilão ou concorrência.

A concessão da UHE Três Irmãos, detida pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), expirou em novembro de 2011 e não foi renovada pela empresa nos termos da referida Lei. A usina foi a primeira hidrelétrica licitada pela Aneel dentre aquelas cujos concessionários não aceitaram a proposta de renovação.

O certame do Leilão da UHE Três Irmãos (Leilão Aneel 002/2014) ocorreu em 28 de março de 2014. O Consórcio Novo Oriente, formado por Furnas, com participação de 49,9%, e FIP Constantinopla, com 50,1%, disputou a concessão e sagrou-se vencedor, constituindo posteriormente a Sociedade de Propósito Específico Tijó Participações e Investimentos S.A. O atual cotista do FIP Constantinopla é a Triunfo Participações e Investimentos.

Resolução Normativa Aneel 642/2014

A principal diferença conceitual introduzida pela Lei nº 12.783/13, e que afeta os geradores hidráulicos que renovaram suas concessões, ou que venham a arrematar concessões nos termos da referida Lei, é que não mais praticarão preço, mas sim receberão uma tarifa para a adequada prestação do serviço.

A tarifa inicial definida pelo poder concedente objetiva assegurar recursos para que o agente opere a usina dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela regulamentação vigente. Esta tarifa, entretanto, não cobre investimentos adicionais que precisem ser realizados nas instalações para mantê-las adequadas ao exercício da atividade. Trata-se de empreendimentos antigos que, em muitos casos, precisarão passar por obras de revitalização para garantir a qualidade e atualidade da produção de energia elétrica, compreendendo a modernização de equipamentos e instalações e sua conservação.

Para tanto, a Resolução Normativa nº 642/2014, de 3 de outubro de 2014, estabelece critérios e procedimentos para realização de investimentos que serão considerados no cálculo das tarifas de aproveitamentos hidrelétricos alcançados pela Lei nº 12.783/2013, quando da realização de ampliações e melhorias.

Além das usinas que tiveram sua concessão renovada nos termos da Lei nº 12.783/2013 e da UHE Três Irmãos, são regidas pelo novo regramento as concessões de usinas para as quais Furnas foi designada prestadora de serviços temporária, as PCHs Dona Rita, Neblina e Sinceridade.

Medida Provisória nº 641 - Leilões de Energia Existente

Em 2014, foi necessário promover Leilões de Energia Existente adicionais aos já previstos na legislação, visando reduzir a exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica em um momento de alta do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), o que exigiu que o Governo Federal publicasse nova medida provisória e novo decreto, os quais modificaram respectivamente a lei e o decreto que haviam estabelecido o modelo comercial do Setor Elétrico.

A Medida Provisória nº 641, de 21 de março de 2014, cuja eficácia teve fim em 21 de julho do mesmo ano, alterou a Lei nº 10.848/2004, dispoindo sobre a comercialização de energia elétrica e possibilitando que a entrega da energia proveniente de empreendimentos de geração existentes ocorresse no mesmo ano de sua licitação. Em razão desta alteração legal, o Poder Executivo modificou o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamentava a comercialização de energia no Sistema Interligado Nacional e que só permitia leilões A-1 para a energia existente, com entrega a partir do ano subsequente à licitação.

Assim, foram promovidos, em 2014, dois Leilões de Energia Existente, em que Furnas negociou sua energia a preços que restabeleceram sua receita líquida de compra e venda de energia aos patamares anteriores à edição da MP nº 579/2012.

No 13º Leilão de Energia Existente (denominado "A"), realizado em 30 de abril de 2014, a empresa negociou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) por quantidade, com início de suprimento em 1º de maio de 2014 e término em 31 de dezembro de 2019, totalizando 531 MW médios a um preço médio R\$ 270,86 / MWh.

Em 5 de dezembro de 2012, no 14º Leilão de Energia Existente (denominado "A-1"), Furnas negociou 352 MW médios, ao preço de R\$ 201/MWh, em CCEARs por quantidade, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2017.

Indenização do Valor Residual dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

A indenização a que Furnas tem direito segundo a legislação citada e que corresponde ao valor remanescente de ativos de geração e transmissão ainda não depreciados ou amortizados na data de 31 de dezembro de 2012, relativamente às concessões prorrogadas, foi calculada em R\$ 3,622 bilhões, sendo R\$ 2,878 bilhões referentes à transmissão na Rede Básica Novas Instalações / Receita Demais Instalações de Transmissão e Instalações de Conexão (RBNI/RCDM) e R\$ 744 milhões referentes à geração.

Furnas optou por receber a indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da transmissão em parcelas, ao longo de 30 meses, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão. Por outro lado, com respeito à indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da geração, a empresa optou pelo recebimento à vista de R\$ 64 milhões referentes à UHE Marimbondo e pelo recebimento de R\$ 680 milhões, referentes à UHE Corumbá, em parcelas mensais a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo CMPC de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Ao ser publicada, a MP nº 579 somente reconheceu como indenizáveis os ativos de transmissão referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBNI), não reconhecendo os relativos à Rede Básica Sistema Existente (RBSE), ou seja, aqueles existentes e em operação na data de 31 de maio de 2000. Posteriormente, pela edição da MP nº 591, também acolhida pela Lei nº 12.783, a Agência reconheceu o direito à indenização dos ativos referentes à RBSE.

Com a promulgação da Lei nº 12.783, em janeiro de 2013, ficou estabelecido que a indenização dos ativos referentes à RBSE se daria mediante entrega de laudo de avaliação e após apuração e ratificação de seu valor pela Aneel. Posteriormente, esta publicou, em 13 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa (RN) nº 589, estabelecendo critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Publicou, ainda, em 2 de janeiro de 2014, a RN nº 596/2013, que estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos.

Com vistas ao atendimento às referidas resoluções normativas, Furnas deu início, no âmbito da Diretoria de Finanças, ao projeto "Plano de Indenização e Gestão de Ativos", que visa apurar as devidas indenizações atreladas às prorrogações dos Contratos de Concessão de Geração e Transmissão, revalidar a base de ativos da empresa e o Relatório de Controle Patrimonial (RCP), redesenhar os processos de gestão e constituir uma metodologia de avaliação, priorização e implementação de projetos relativos aos investimentos realizados pela empresa (investimentos prudentes).

Recuperação da Tarifa de Transmissão

O aditamento ao Contrato de Concessão de Transmissão e ao Contrato de Concessão de Geração, celebrados com o Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para prestação de serviço continuado e de qualidade, acarretou a publicação de novas Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para o sistema de transmissão e a instituição de Receitas Anuais de Geração (RAGs) para as seis usinas geradoras abrangidas no referido aditamento.

A redução acentuada na RAP, quando comparada à anteriormente praticada – R\$ 629 milhões/ano ante R\$ 2,25 bilhões/ano – levou Furnas a estudar com profundidade a metodologia aplicada pela Aneel. Dos quesitos analisados que influenciaram o novo cálculo do valor da RAP de Furnas, destacam-se:

- Compensação Reativa: A Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 191/2005, define quatro Funções de Transmissão, a saber: 1) Linha de Transmissão; 2) Transformação; 3) Controle de Reativo (CR) e 4) Módulo Geral. No entanto, os equipamentos de CR não foram considerados no cálculo da eficiência das empresas, mesmo com previsão declarada na Nota Técnica nº 383/2012-SRE/Aneel, que subsidiou a decisão do MME. O fato de Furnas operar e manter quase 50% da compensação reativa do SIN comprova a relevância desta função de transmissão no sistema da empresa. Assim sendo, a consideração desta variável na metodologia de apuração dos custos de AO&M proporcionaria uma recomposição importante da RAP, medida esta necessária para suportar os custos e encargos de operação e manutenção do sistema.
- Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI): Este item, que tem como destinação fazer frente às despesas das concessionárias com a infraestrutura de escritórios e transporte, não foi considerado originalmente nos custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M) utilizados na determinação da RAP.

A Aneel reconheceu a receita correspondente ao CAIMI e estabeleceu, por meio do art. 5º da RN nº 589/2013, que devem compor a Base de Anuidade Regulatória (BAR): *software*; *hardware*; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios, cuja remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) serão dadas em forma de anuidades, a partir do próximo reajuste anual da receita, conforme critério definido no Submódulo 9.1 do Proret, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013. O submódulo citado estabelece ainda que o CAIMI será definido como 5% do Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM).

De acordo com o Memorando nº 418/2014 – SRE/Aneel, o valor anual do CAIMI de Furnas (CC nº 062/2001) associado ao ciclo 2014/2015 é de R\$ 31,9 milhões e a parcela de ajuste, a ser considerada entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2014, é de R\$ 47,9 milhões (a preços de 1º de junho de 2014).

Próximas Concessões a Vencer

Furnas é concessionária de duas usinas hidrelétricas com vencimento em 2020 e 2023, a saber, UHE Itumbiara e UHE Mascarenhas de Moraes, com ativos registrados em dezembro de 2014 de R\$ 156,7 milhões e R\$ 323,8 milhões, respectivamente.

A UTE Santa Cruz foi objeto, em 6 de julho de 2013, de declaração de interesse, por parte de Furnas, na prorrogação da concessão. Com respeito a esta usina, encontra-se em curso processo licitatório para serviços de reforma, condicionamento e comissionamento dos ciclos combinados a gás natural entre as unidade geradoras TG11 e TG 21 e as unidades a vapor 1 e 2. Neste contexto, sua potência foi reduzida de 932 MW para 500 MW, correspondendo esta redução à suspensão temporária, pela Aneel, das Unidades Geradoras (UGs) 3 e 4, conforme Despacho nº 3.263, de 19 de outubro de 2012.

Projeto de Reestruturação Organizacional (Projeto PRO-Furnas)

Dando continuidade ao projeto de reestruturação organizacional PRO-Furnas, concluído em 2013, a empresa deu início, em janeiro de 2014, a um novo projeto, o PRO-Furnas II, também este fruto de Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizado em dezembro de 2013, no valor global de US\$ 3 milhões, e igualmente com o apoio de consultoria da Roland Berger Strategy Consultants.

Dentro do escopo proposto ainda em 2013, o PRO-Furnas II foi iniciado para dar resposta aos seguintes desafios, oriundos da primeira fase:

- implantação, dentro das melhores práticas de mercado, dos novos órgãos e órgãos chave propostos no desenho de estrutura elaborado;
- detalhamento, em nível de processos e por órgão funcional, do quadro qualiquantitativo de referência e revisão de *gaps* na composição da força de trabalho, em função de novos desligamentos voluntários de pessoal próprio;
- execução de programas de mobilidade interna, capacitação e recrutamento de pessoal para compor o quadro qualiquantitativo de referência;
- implantação das iniciativas de otimização dos processos empresariais e serviços complementares, desta forma viabilizando o pleno funcionamento da empresa com quadro de pessoal reduzido por meio do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) e do acordo para desligamento dos não efetivos;
- execução da comunicação e da gestão da mudança.

Face à oportunidade de aprendizado e formação de novas lideranças, subjacente aos trabalhos a serem desenvolvidos, Furnas instituiu o denominado "Programa Novos Talentos", que, com base em análises de desempenho e curricular, entrevistas e testes de adequação de perfil de personalidade, selecionou profissionais da empresa para integrar a equipe responsável pelo projeto.

De início, os trabalhos tiveram foco na revisão e implantação das 230 iniciativas de otimização originalmente identificadas. Foram verificadas oportunidades de redução de custo, tempo e ganho de qualidade com a aglutinação de algumas iniciativas, além da criação e cancelamento de outras, o que consolidou o número em cerca de 219, sem perda de efetividade na otimização dos processos para que a empresa conseguisse manter suas operações e desempenho, apesar da perda de pessoal com os programas de desligamento voluntário.

A implementação das iniciativas teve seu acompanhamento realizado com uso de metodologia própria e suporte de sistema informatizado especialmente desenvolvido para este fim.

Do início do projeto até o final de 2014, 85 iniciativas de otimização (cerca de 41% das iniciativas com início previsto para antes de 31 de dezembro de 2014) foram concluídas, viabilizando a apropriação anual definitiva de economia da ordem de R\$ 156 milhões com pessoal próprio e não efetivo, o que representou 44% da economia total prevista no projeto.

O projeto também abrange a estruturação das áreas de recursos humanos e de tecnologia da informação com perfil mais estratégico, tendo em vista a absorção de suas atividades operacionais pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

O elemento catalisador para que Furnas pudesse aparelhar sua nova estrutura organizacional com um CSC foi a necessidade de abrigar, em um órgão centralizado e de forma eficaz, todas as atividades operacionais de suporte aos negócios da empresa.

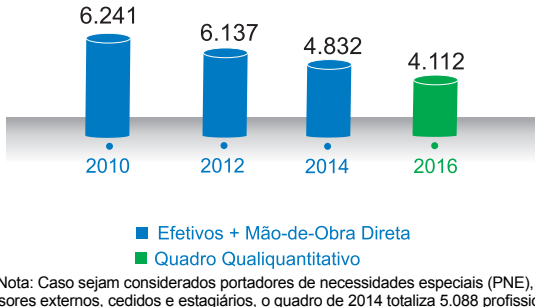
A atribuição principal do CSC é a otimização de todo o processo de compras e contratações, que passa a ser realizado de forma centralizada e de acordo com as melhores práticas de mercado. Com isto, busca-se permitir que as áreas de negócio tenham foco em seus processos finalísticos e livrá-las da execução de atividades administrativas não ligadas diretamente aos processos de negócio.

Ao final de 2014, o projeto avançava em diversas frentes, a saber, elaboração de um plano de transferência de responsabilidades, atividades e serviços, com definição de estratégia de migração, tempo necessário para transição, ferramenta de suporte, revisão da governança e da nova organização, mapeamento de pessoas chave, acompanhamento da implementação e padronização de processos.

O CSC já se responsabiliza pelas atividades de contas a pagar, contas a receber, estes nas representações regionais, compras de pequeno vulto, licitações para materiais comuns e serviços contínuos, gestão de contratos, reembolso médico, serviços gerais e gestão de frota, o que possibilitou a desoneração dos órgãos executivos e gerentes de áreas de negócio das ações administrativas de rotina.

Em outra frente de atuação, é tratado o Quadro Qualiquantitativo de Referência, definido pelo Projeto PRO-Furnas II em agosto de 2014 com o envolvimento direto de todo corpo gerencial de Furnas, que especificou, no detalhe de cada macroprocesso, processo e unidade organizacional, as necessidades de colaboradores.

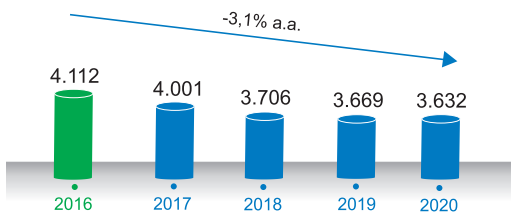
Quadro de Pessoal



Ao definir seu quadro de referência com 4.112 vagas para 2016, Furnas sinaliza forte redução face à força de trabalho de 2010 e maior foco nos processos de negócio frente aos corporativos (quadro em processos de negócio passa a representar 62% do quadro total, contra 53% em 2010), dando passo importante em seu processo de otimização e busca por excelência na gestão empresarial.

O planejamento do ajuste do quadro de pessoal em direção a sua referência e a otimização de processos levada a efeito pelo PRO-Furnas II foram alinhados a uma realidade de custos de O&M compatíveis com a opção de renovação de concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Planejamento do Quadro de Pessoal no Quinquênio 2016-2020



Como consequência natural da implantação do quadro de referência, o projeto avançou em outra frente, em andamento, voltada à real constituição do quadro, por meio de programas de mobilidade interna, capacitação e promoção, além de recrutamento externo de pessoal, sob a condução da área de recursos humanos.

Ressalte-se, em particular, a necessidade de recomposição, seja via mobilidade ou recrutamento externo, do quadro de pessoal alocado aos processos finalísticos do negócio de Operação e Manutenção (O&M), uma vez que o quadro atual, para estes processos, encontra-se abaixo do estabelecido no quadro qualiquantitativo de referência, lembrando ainda que se trata de atividades críticas para o perfeito funcionamento dos sistemas de geração e transmissão a cargo da empresa.

Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq)

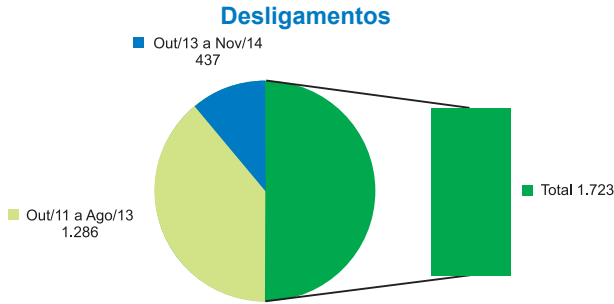
Implantado em 2011, o Preq constituiu-se de um conjunto de programas e ações que possibilitaram a readequação do quadro de empregados de Furnas, com o desligamento de aposentados e a admissão de novos empregados. O foco foi a adequação às necessidades decorrentes de projetos em curso na empresa e às novas exigências do mercado de energia.

Segundo orientação da Eletrobras, Furnas realizou o desligamento em duas fases:

- Na primeira fase, de julho de 2011 a agosto de 2013, foram desligados 1.286 empregados;
- Na segunda fase, de outubro de 2013 a novembro de 2014, foram desligados 437 empregados, totalizando 1.723 desligamentos nas duas fases.

O impacto dos desligamentos por meio do Preq foi muito significativo no custo de pessoal. Ao final da primeira fase, Furnas registrava redução mensal de R\$ 33 milhões (setembro de 2013). Já ao final da segunda fase, a economia acumulada ultrapassou R\$ 1 bilhão. A partir de dezembro de 2014, foi alcançada a economia mensal de cerca de R\$ 50 milhões.

A figura a seguir retrata o número de desligamentos realizados por meio do Preq:



Em relação aos profissionais, os perfis de adesão ao Preq foram, a saber, 10,5% de nível fundamental, 20,48% de nível médio suporte, 33,06% de nível médio operacional e 35,96% de nível superior.

A reposição de pessoal foi praticada em percentual inferior aos 50% pactuados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) quando da aprovação do Preq, demonstrando o compromisso de Furnas com a estruturação de uma força de trabalho que seja, ao mesmo tempo, menor e mais produtiva, alinhada aos objetivos de maior eficiência e redução de custos para aumento da competitividade.

Desmobilização dos Não Efetivos

O Acordo celebrado com a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) prevê a redução total dos 1.330 empregados não efetivos, de forma escalonada. A solução é resultado de longa batalha judicial, iniciada em 2004, em que o MPT determinou a substituição imediata da mão de obra não efetiva de Furnas.

A solução acordada prevê a contratação de 550 aprovados no último concurso público realizado pela empresa, que ofereceu 318 vagas certas e 1.368 para formação do cadastro de reserva, em substituição à mão de obra não efetiva, com desligamento de forma escalonada no período de 2014 até 2018. Até o exercício de 2014, foram admitidos 444 candidatos aprovados no último concurso. A empresa continuará a convocar os candidatos do cadastro de reserva até 2017.

Plano Diretor / Plano de Negócios e Gestão (PNG)

Ao tomar posse, em 2011, a atual administração de Furnas identificou a necessidade de dispor de direcionamento estratégico, de longo prazo, para orientar suas ações de gestão, sendo um dos seus primeiros trabalhos a elaboração de um plano estratégico, então denominado Plano Diretor, para endereçar esta carência.

A partir de então, o Plano Diretor original vem sendo revisado e adaptado para contemplar as variações de cenários da economia brasileira e setorial, especialmente o decorrente da nova Lei de prorrogação das concessões. Ao longo desses anos, o Plano Diretor tem-se demonstrado valioso para a gestão da empresa.

O Plano Diretor é um guia de gestão que reflete compromissos da empresa e do Conselho de Administração para com seus acionistas no que se refere a metas econômico-financeiras (receita, EBITDA, lucro líquido, dividendos), *covenants*, estratégias empresariais de crescimento e política de investimentos. Trata-se de visão plurianual, com objetivos e resultados a serem perseguidos. Para cumprir sua finalidade, contempla metas de curto, médio e longo prazo nos campos gerencial, administrativo, financeiro e operacional, assim como de investimentos no crescimento e expansão dos negócios.

Desde sua primeira edição, o Plano de Diretor foi concebido com o intuito de orientar a atuação dos gestores de Fumas. Em relação ao crescimento, a primeira edição do plano estabelecia como direcionamento estratégico a manutenção do *market share* de Fumas, que era de cerca de 10% da capacidade instalada de geração do País e de aproximadamente 20% da extensão das redes de transmissão. O objetivo era atender às necessidades energéticas do País, concentrando-se em projetos *greenfield* desenvolvidos em parcerias, com participação de Fumas em até 49%.

Com a prorrogação das concessões e o impacto que produziu sobre as receitas, o Plano Diretor passou por revisão para adaptação à nova realidade do setor elétrico brasileiro. A revisão tratou essencialmente de uma nova abordagem para recuperação das receitas e do EBITDA, adotando como estratégia o crescimento acelerado. A definição da ambição de crescimento passou de uma meta de manutenção para uma de ampliação do *market share*, adotando-se como estratégia, além da captura de projetos *greenfield*, aquisição de ativos já performados (*brownfield*), de modo a permitir a rápida recuperação do EBITDA e da rentabilidade a níveis anteriores à edição da Medida Provisória nº 579.

A rota estabelecida passou a contemplar uma meta arrojada de crescimento, dos 11 mil MW existentes para 20 mil MW de potência instalada até 2020, expandindo-se em 80% a capacidade de geração e diversificando as fontes, sempre no campo da energia limpa e renovável. Em transmissão, objetivou-se sair dos 20 mil km de linhas então existentes para 31 mil km, elevando-se em 55% sua extensão.

Para atingir estas metas, foram previstos R\$ 4,2 bilhões anuais em investimentos, dos quais R\$ 3,2 bilhões em geração e R\$ 1 bilhão em transmissão. Considerou-se que parte dos recursos necessários seja obtida diretamente pelas SPES junto às fontes tradicionais de financiamento (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e instituições financeiras privadas). A parcela de recursos a ser aportada pela empresa, e que corresponde a cerca de R\$ 1,8 bilhão ao ano, será viabilizada por meio de seu fluxo operacional de caixa e das indenizações que tem a receber pelos ativos prorrogados e ainda não amortizados. O recebimento destes recursos é peça fundamental da estratégia de crescimento traçada.

Embora considerada um desafio, a trajetória de crescimento perseguida é compatível com a grandeza e importância de Fumas para o sistema elétrico brasileiro e, também, com sua dimensão econômico-financeira, visto que, nos últimos três anos, a empresa destinou cerca de R\$ 2,6 bilhões em recursos próprios para investimentos.

A última revisão do Plano Diretor, adotada para o exercício de 2014, estabelecia como diretrizes estratégicas: i) crescer visando ampliar o *market share* atual; ii) recuperar o EBITDA impactado pela prorrogação das concessões com diminuição da margem operacional; (iii) racionalizar custos operacionais; vi) reduzir o custo do capital de terceiros; e, v) melhorar o desempenho financeiro e operacional das Sociedades de Propósito Específico (SPES) nas quais a empresa possui participação.

A gestão de participações contemplou como meta a obtenção de taxa de retorno superior ao custo de capital de Fumas. Para atingir a melhoria do desempenho das SPES, o foco voltou-se para a gestão financeira e operacional, reduzindo as estruturas administrativas, captando recursos a custos menores e compartilhando serviços entre as sociedades.

No início de 2014, já com a última revisão do Plano Diretor em prática, a *Holding* introduziu nova estrutura de planos estratégicos para o Sistema Eletrobras. O documento que consolida os planos das controladas passou a denominar-se Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o plano individual de cada uma das controladas, Plano de Negócios e Gestão (PNG).

Fumas, então, passou a adotar a nova denominação de Plano de Negócios e Gestão para seu Plano Diretor, mantendo todos os direcionamentos, objetivos e metas de sua última revisão, que foi consolidada pela *Holding* no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) do Sistema Eletrobras.

Em 2014, cumprindo os compromissos assumidos no Plano Diretor, agora denominado Plano de Negócios e Gestão, foram registradas importantes conquistas, dentre as quais destacam-se:

- conclusão de mais uma etapa da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no rio Madeira, Estado de Rondônia, correspondendo a 94% do total do empreendimento, cuja capacidade instalada total é de 3.569 MW;
- conclusão da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os estados de Goiás e Minas Gerais, com capacidade instalada de 52,5 MW, que entrou em operação comercial em maio de 2014;
- conclusão dos ensaios da primeira e segunda máquinas da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, localizada no rio Teles Pires, entre os estados de Pará e Mato Grosso, com capacidade instalada total de 1.820 MW;
- obtenção, em consórcio, por meio de leilão Aneel, realizado em 28 de março de 2014, da concessão da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, localizada no rio Tietê, Estado de São Paulo;
- conquista, em leilão e em parceria com a State Grid Brasil Holding e Eletronorte, da primeira linha de transmissão em corrente contínua para interligação da Usina de Belo Monte ao Sudeste, a LT ±800 kV CC Xingu–Estreito, com duas subestações conversoras e 2.092 km de extensão;
- conclusão dos projetos de geração eólica Miassaba e Rei dos Ventos 1 e 3, todos localizados no estado do Rio Grande do Norte;
- conclusão dos empreendimentos de transmissão IE Madeira (Lote D em agosto de 2013 e Lote F em maio de 2014), Goiás Transmissão (novembro de 2013), MGE Transmissão (agosto de 2014), LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste e SE Zona Oeste, abrangendo diversos estados da federação.

Retomada do Planejamento Estratégico

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, Fumas intensificou seus esforços no que se refere ao planejamento estratégico, com vistas à rápida readequação às novas regras setoriais e à consolidação de seu posicionamento como empresa de geração e transmissão de energia elétrica sustentável, inovadora e de grande relevância nacional. Diante deste contexto, ao final do exercício de 2013, o Planejamento Estratégico 2008-2018 foi revisado com apoio da consultoria Accenture.

Além de adaptar o plano estratégico ao cenário atual e identificar as alavancas de valor para atuação de Fumas no curto prazo, foram analisados os custos empresariais, bem como definidos os objetivos e metas gerenciais das seis Diretorias e 22 Superintendências para os próximos anos, em alinhamento com os direcionadores estratégicos emanados da Diretoria Executiva: crescimento sustentável, excelência operacional e readequação às tarifas. Outro foco do projeto foi a efetiva implantação do plano e o desdobramento do modelo para acompanhamento da estratégia, com base nas melhores técnicas de gestão.

O principal resultado desta retomada foi a institucionalização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), que contam com a participação de diretores, assistentes e superintendentes, desde a apuração dos indicadores estratégicos até sua apresentação em reunião. O objetivo das RAEs é promover a discussão acerca dos resultados da empresa a partir de indicadores e iniciativas presentes no Painel Corporativo e nos painéis de cada diretoria relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos. Nas RAEs, a partir da apresentação dos painéis estratégicos, que reúnem, no momento, 56 objetivos, 87 indicadores e 72 iniciativas, os desafios de cada área são compartilhados com a alta e média direção, compromissos de apoio entre as áreas são firmados e ações de correção são pactuadas com vistas à consecução dos objetivos estratégicos. Iniciadas em maio de 2014, as RAEs têm sido bimestrais.

O principal ganho obtido com este modelo de gestão estratégica é a evolução de Fumas rumo a uma cultura de resultados, com base em postura proativa frente aos problemas e tomadas ágeis de decisão. A gestão estratégica já se anuncia como instrumento para o alcance de patamares superiores de desempenho empresarial e superação dos efeitos ocasionados pela perda de receita gerada no processo de prorrogação das concessões, bem como promoção das condições necessárias ao crescimento sustentável e com excelência operacional.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa de Fumas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

Fumas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações na forma de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 2, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2014, o capital social de Fumas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) encontrava-se assim distribuído:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

Vale destacar que a empresa possui, registrado em suas DFs, o montante de R\$ 38 milhões – correspondente ao valor atualizado pela taxa Selic do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) concedido em 2011 – o qual será, posteriormente, integralizado como disposto em cláusula contratual entre Fumas e Eletrobras.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Fumas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2014, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2013 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Fumas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente da empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplente, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular.

No exercício de 2014, este colegiado reuniu-se 16 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com direito a reeleição, e que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2014, foram realizadas 54 reuniões.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2014, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2014. O primeiro relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral, e o segundo relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Fumas, no período de abril de 2013 a março de 2014.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros e arquivos de documentos e dados, bem como o cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2014, foram realizados 45 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais quatro trabalhos referentes a 2013, o que resultou na emissão de 70 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, propiciando o fortalecimento do ambiente de controle interno por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade à citada lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da empresa no exercício de 2014, a emissão de cujo relatório é prevista para o primeiro trimestre de 2015, após o término dos trabalhos de certificação. Foram testados 328 controles referentes a 20 processos de negócio, 4 de Tecnologia da Informação e um de *Entity Level Controls* (Controles no Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão de relatórios de auditoria destinados aos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas e respectivas recomendações.

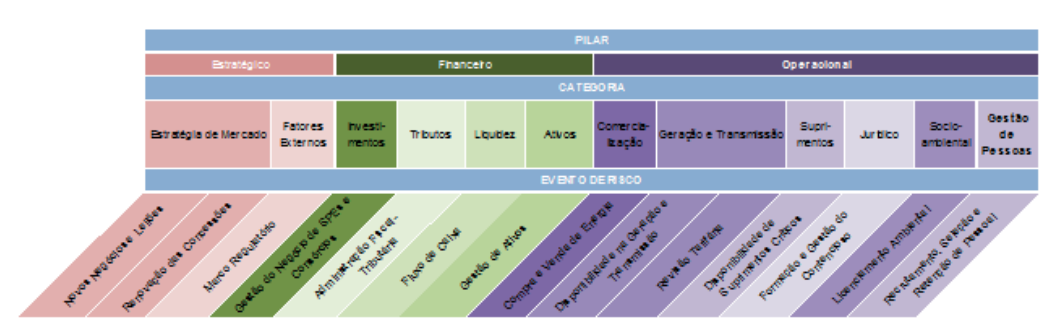
O relacionamento da empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, com o intuito de cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

Gestão de Riscos

As atividades relacionadas a identificação e tratamento de riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança corporativa.

A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e esta fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízo, seja pecuniário, seja de imagem.

Sob a supervisão direta da Diretoria de Finanças, foi realizada revisão da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 eventos de risco para o exercício de 2015, como disposto a seguir.



Neste contexto, foi elaborado plano de ação, a vigorar em 2015, definindo a metodologia a ser adotada para a avaliação dos riscos corporativos priorizados, a qual possibilitará uma visão quantitativa e financeira dos mesmos.

A implantação de um sistema dinâmico de avaliação de risco mediante coleta de informações, tratamento e disseminação dos riscos corporativos aos quais a empresa esteja submetida também é parte integrante deste plano de ação.

Controles Internos

O exercício de adequado controle interno das empresas modernas é de fundamental importância, abrangendo todos os métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de suas informações contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Operado pela alta administração da empresa e pelos níveis gerenciais apropriados, envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento de seu objeto social, visando respeitar e cumprir políticas e procedimentos traçados, bem como garantir o desenvolvimento ordenado e eficaz das ações, incluindo a adesão às políticas administrativas, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros e o registro completo e correto das operações.

Os sistemas de controles internos da empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui direito de negociar ações no nível II na Bolsa de Valores de Nova York, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da empresa. No ano de 2014, foram selecionados 23 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Previdência Complementar, Transação entre Partes Relacionadas e Controles Corporativos (*Entity Level Controls*).

A seguir, quadro comparativo dos resultados referentes aos testes relacionados à Lei Sarbanes-Oxley.

Grau de Materialidade	2012	2013	Vanuação
Fraquezas Materiais (<i>Material Weaknesses</i>)	36	8	-78%
Deficiências Significativas (<i>Significant Deficiencies</i>)	12	20	+67%
Deficiências de Controle (<i>Control Deficiencies</i>)	17	20	+18%
Total	65	48	-26%

No decorrer de 2014, a empresa atuou com empenho para desqualificar as fraquezas materiais. Adicionalmente, com o propósito de melhor avaliar seus controles internos, Fumas decidiu adotar o *framework* do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) denominado *Internal Control – Integrated Framework* (Estrutura Integrada de Controles Internos). Publicado em 1992, este *framework* vem sendo aceito globalmente como uma estrutura adequada para aplicação nas organizações a fim de conduzir o processo de controles internos de forma eficiente e eficaz. A versão a ser utilizada por Fumas em sua Certificação SOX 2015 é “Coso – Controles Internos 2013 – Integração das ações de Controles Internos e Gestão de Riscos”.

Após 20 anos de lançamento, o Comitê decidiu revisar esta estrutura, dado que as corporações foram impactadas duramente pelas mudanças do ambiente de negócios, cada vez mais integrados globalmente e muito mais complexos. Paralelamente, a grande demanda por melhor governança corporativa em busca de maior transparência, bem como o efeito da tecnologia da informação nos processos operacionais, sugeriu maior responsabilidade quanto à integridade dos sistemas de controles internos corporativos. A grande mudança desta revisão foi ampliar o escopo original, que tinha como meta apenas a comunicação financeira, passando a visão mais abrangente que considera também informações não financeiras.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada diretoria, os 28 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caodef).

Políticas Internas

As Políticas Internas da empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Estoques, Informática, Recursos Humanos, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos e Educação Ambiental.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Fumas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

Todos os contratos firmados com fornecedores incluem cláusula em que o contratado se compromete a adotar o Código de Ética de Fumas.

No Portal Ética, na intranet, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por e-mail, recebendo também denúncias através da Ouvidoria.

Em 2014, a Comissão de Ética recebeu 18 denúncias, das quais, na data de 31 de dezembro de 2014 e após a devida análise, quatro encontravam-se em andamento, com três casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), onde o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, receberá Censura Ética, encaminhada ao Departamento de Pessoal. As informações relativas aos processos foram obtidas junto à Ouvidoria, Comissão de Ética, Recursos Humanos, Comunicação, Auditoria, setor de Logística de Suprimento e Jurídico.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua como canal de atendimento aos colaboradores e importante instrumento da democracia participativa à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, serviço aos gestores da empresa e reforçando o compromisso de Fumas com a sociedade.

Além de atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, a Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União, estando comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Fumas, *fax*, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Com a aprovação da Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a Controladoria Geral da União (CGU) desenvolveu sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei. Em obediência à nova legislação, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que disponibiliza, no *website* de Fumas, diversas informações de interesse público.

A Ouvidoria administra ainda o canal “Fale com o Presidente”, exclusivo para o público interno, voltado ao esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e comentários.

Em 2014, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 887 demandas, sendo 734 manifestações postadas na Ouvidoria, 86 pedidos de informação dirigidos ao SIC, dos quais 16 tiveram recursos (13 dirigidos ao chefe hierárquico e três à autoridade máxima), e 67 mensagens encaminhadas ao “Fale com o Presidente”.

As 887 demandas são dos tipos agradecimento (7), comunicação (91), reclamação (216), solicitação (263), sugestão (31), pedido de informação (86), meio ambiente (15), denúncia (106), elogio (5) e “Fale com o Presidente” (67).

No que tange à origem, das 734 demandas registradas em 2014 na Ouvidoria, destacamos que 461 (63%) são de origem externa, 206 (28%), interna e 67 (9%), não identificada.

Principais Relacionamentos de Fumas

Em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional, Fumas mantém relacionamento com as entidades representativas do País no setor de energia elétrica, como o Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e

Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de órgãos nas esferas estadual e municipal.

A empresa também participa de diversos fóruns e associações de classe, no País e no exterior, como Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção (Abendi), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council* – *WEC*), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques* – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams* – Icold) e Associação Internacional de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association* – IHA), entre outras.

NEGÓCIOS DA EMPRESA

Com 57 anos de história, Furnas está presente em todas as regiões do Brasil, com instalações em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. A empresa tem como base de seus negócios as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Em parceria com empresa estatais e/ou privadas, Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País. Esta participação, juntamente com as demais empresas do Sistema Eletrobras, tem permitido a obtenção de deságios consideráveis em leilões promovidos pela Aneel desde de 2008, com ganhos para o consumidor brasileiro.

Geração

O parque gerador de Furnas abrange 27 usinas, das quais: a) 19 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 7 em regime de SPE, com potência instalada total de 13.902,11 MW; b) 3 são eólicas em regime de SPE, com potência instalada total de 187,04 MW; c) 3 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 10,3 MW; e d) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque de geração supre 14.629,45 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica do País, dos quais Furnas detém 10.887,96 MW.

Dentre os empreendimentos em SPE, cabe mencionar que, na UHE Santo Antônio, 32 das 50 unidades geradoras entraram em operação até o final de 2014, agregando 2.286,08 MW à capacidade de geração do País.

A seguir, quadros que resumem os empreendimentos de geração em operação:

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Energia Assegurada (MW Médio)
Hidrelétrica			
Propriedade Integral			
Batalha (GO/MG) ⁽¹⁾	52,50	100,00	48,80
Itumbiara (GO/MG)	2.082,00	100,00	1.015,00
Marechal Mascarenhas de Moraes (MG)	476,00	100,00	295,00
Simplicio/Anta (RJ/MG) ⁽²⁾	305,70	100,00	191,30
Empreendimentos sob Administração Especial – Lei nº 12.783/2013			
Corumbá I (GO)	375,00	100,00	209,00
Funil (RJ)	216,00	100,00	121,00
Furnas (MG)	1.216,00	100,00	598,00
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG)	1.050,00	100,00	495,00
Marimbondo (SP/MG)	1.440,00	100,00	726,00
Porto Colômbia (MG/SP)	320,00	100,00	185,00
Propriedade Compartilhada			
Manso (MT)	212,00	70,00	92,0
Serra da Mesa (GO)	1.275,00	48,46	671,0
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Baguari (MG) – SPE Baguari Energia S.A.	140,00	15,00	80,02
Foz do Chapecó (RS/SC) – SPE Foz do Chapecó Energia S.A.	855,00	40,00	432,00
Peixe Angical (TO) – SPE Enerpeixe S.A.	498,75	40,00	280,50
Retiro Baixo (MG) – SPE Retiro Baixo Energética S.A.	82,00	49,00	38,50
Santo Antônio (RO) – SPE Madeira Energia S.A. ⁽³⁾	2.286,08	39,00	2.218,00
Serra do Facão (GO) – SPE Serra do Facão Energia S.A.	212,58	49,47	182,40
Três Irmãos (SP) – SPE Tijóá Participações e Investimentos S.A.	807,50	49,90	217,50
Eólica			
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Miassaba 3 (RN)	68,47	24,50	25,55
Rei dos Ventos 1 (RN)	58,45	24,50	21,56
Rei dos Ventos 3 (RN)	60,12	24,50	22,50
Termelétrica			
Propriedade Integral			
Roberto Silveira (Campos) (RJ)	30,00	100,00	21,00
Santa Cruz (RJ)	500,00	100,00	421,00

⁽¹⁾ Entrou em operação comercial em maio de 2014. / ⁽²⁾ Não inclui potência instalada da PCH Anta, de 28 MW, ainda em implantação e com previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre de 2015. / ⁽³⁾ Corresponde à capacidade instalada das 32 Unidades Geradoras (UGs) que entraram em operação até dezembro de 2014. A capacidade total da usina será de 3.568,3 MW quando todas as 50 UGs estiverem operando.

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)
PCH		
Designadas pela Aneel ⁽¹⁾		
Dona Rita (MG)	2,41	100,00
Nebliina (MG)	6,47	100,00
Sinceridade (MG)	1,42	100,00

⁽¹⁾ Furnas foi designada como responsável pela prestação de serviço de O&M destas PCHs até a conclusão de novo processo licitatório.

Conclusão da Usina de Batalha

A UHE Batalha, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, foi concluída em 2014. Com capacidade instalada de 52,5 MW, energia suficiente para abastecer uma cidade de 130 mil habitantes, o empreendimento possui garantia física de 48,8 MW médios, o que assegura expressivo montante de energia a ser gerada anualmente.

Além da entrada em operação comercial, em maio de 2014, outros marcos importantes também foram alcançados ao longo do ano, a saber, a conclusão da primeira etapa do enchimento do reservatório, até a cota 790 m, também em maio, e a conclusão da linha de transmissão de interesse restrito Batalha-Paracatu, em 138 kV, em agosto.

O cronograma do empreendimento foi impactado por fatores como a necessidade de adequação do projeto às condições geológicas efetivamente encontradas em campo, além de atraso na obtenção das licenças ambientais para início das obras da hidrelétrica, estas emitidas somente em abril de 2008, e da linha de transmissão, e da autorização de supressão de vegetação na área do reservatório.

A usina é de grande importância para o SIN por possuir grande reservatório (137 km²) e situar-se na cabeceira do rio São Marcos (MG/GO), proporcionando, assim, a regularização de vazões para aproveitamentos a jusante, permitindo atender a uma maior demanda de energia elétrica, mesmo em períodos de hidrologia desfavorável (seca).

Novos Projetos de Geração em Implantação

Furnas está dando ênfase ao desenvolvimento e fortalecimento de parcerias com agentes de mercado que possuam foco em competitividade e mitigação de riscos naturais dos empreendimentos.

A empresa está à frente de três novos empreendimentos de geração hidráulica, que agregarão mais 3.802 MW ao sistema elétrico brasileiro. A seguir, suas características principais:

SPE	Empreendimento	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Madeira Energia S.A.	UHE Santo Antônio (RO)	1.282,22	39,00	2016 ⁽¹⁾
Teles Pires Participações S.A.	UHE Teles Pires (MT)	1.819,80	24,50	2015
Empresa de Energia São Manoel S.A	UHE São Manoel (MT/PA)	700,00	33,33	2018

⁽¹⁾ Corresponde à capacidade instalada de 18 unidades geradoras que ainda não haviam entrado em operação em dezembro de 2014. A capacidade total da usina será de 3.568,3 MW.

A empresa participa, também, da implantação de 48 parques eólicos, com potência instalada total de 1.095,6 MW, dos quais Furnas deterá 652,05 MW, em parceria com a iniciativa privada, em regime de SPE, com investimento total aproximado de R\$ 1,2 bilhão. A seguir, suas características principais.

SPE	Empreendimento	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Central Geradora Eólica Famosa I S.A. ^(a)	Famosa I	RN	22,50	49,00	Abr/16
Central Geradora Eólica Pau Brasil S.A. ^(a)	Pau Brasil	CE	15,00	49,00	Abr/16
Central Geradora Eólica Rosada S.A. ^(a)	Rosada	RN	30,00	49,00	Abr/16
Central Geradora Eólica São Paulo S.A. ^(a)	São Paulo	CE	17,50	49,00	Abr/16
Energia dos Ventos I ^(b)	Goiabeira	CE	19,20	49,00	Nov/16
Energia dos Ventos II ^(b)	Ubatuba	CE	12,60	49,00	Ago/16
Energia dos Ventos III ^(b)	Santa Catarina	CE	16,00	49,00	Jun/16
Energia dos Ventos IV ^(b)	Pitimbeira	CE	27,00	49,00	Nov/16
Energia dos Ventos V ^(c)	São Januário	CE	19,20	49,00	Fev/17
Energia dos Ventos VI ^(c)	Nossa Senhora de Fátima	CE	28,80	49,00	Abr/17
Energia dos Ventos VII ^(c)	Jandaia	CE	28,80	49,00	Mai/17
Energia dos Ventos VIII ^(c)	São Clemente	CE	19,20	49,00	Jan/17
Energia dos Ventos IX ^(c)	Jandaia I	CE	19,20	49,00	Nov/16
Energia dos Ventos X ^(b)	Ventos de Horizonte	CE	14,40	49,00	Out/16
Bom Jesus Eólica S.A. ^(d)	Bom Jesus	CE	18,00	49,00	Set/15
Cachoeira Eólica S.A. ^(d)	Cachoeira	CE	12,00	49,00	Set/15
Pitimbu Eólica S.A. ^(d)	Pitimbu	CE	18,00	49,00	Set/15
São Caetano Eólica S.A. ^(d)	São Caetano	CE	25,20	49,00	Set/15
São Caetano I Eólica S.A. ^(d)	São Caetano I	CE	18,00	49,00	Set/15
São Galvão Eólica S.A. ^(d)	São Galvão	CE	22,00	49,00	Set/15
Camaúba I Eólica S.A. ^(e)	Camaúba I	RN	22,00	49,00	Set/15
Camaúba II Eólica S.A. ^(e)	Camaúba II	RN	18,00	49,00	Set/15
Camaúba III Eólica S.A. ^(e)	Camaúba III	RN	16,00	49,00	Set/15
Camaúba V Eólica S.A. ^(e)	Camaúba V	RN	24,00	49,00	Set/15
Cervantes I Eólica S.A. ^(e)	Cervantes I	RN	16,00	49,00	Set/15
Cervantes II Eólica S.A. ^(e)	Cervantes II	RN	12,00	49,00	Set/15
Punaú I Eólica S.A. ^(e)	Punaú I	RN	24,00	49,00	Set/15
Consórcio Arara Azul ^(f)	Arara Azul	RN	27,50	90,00	Mai/18
Consórcio Bentevi ^(f)	Bentevi	RN	14,00	90,00	Dez/17
Consórcio Ouro Verde I ^(f)	Ouro Verde I	RN	28,00	90,00	Dez/17
Consórcio Ouro Verde II ^(f)	Ouro Verde II	RN	28,00	90,00	Dez/17
Consórcio Ouro Verde III ^(f)	Ouro Verde III	RN	24,00	90,00	Dez/17
Consórcio Santa Rosa ^(g)	Santa Rosa	CE	20,00	90,00	Jan/18

SPE	Empreendimento	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Consórcio Uirapuru ^(g)	Uirapuru	CE	28,00	90,00	Jan/18
Consórcio Ventos do Angelim ^(g)	Ventos de Angelim	CE	22,00	90,00	Jan/18
Consórcio Serra do Mel ^(h)	Serra do Mel I	RN	28,00	90,00	Jan/18
Consórcio Serra do Mel ^(h)	Serra do Mel II	RN	28,00	90,00	Jan/18
Consórcio Serra do Mel ^(h)	Serra do Mel III	RN	28,00	90,00	Jan/18
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A. ^(h)	Itaguaçu da Bahia	BA	28,00	49,00	Jan/18
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A. ^(h)	Ventos de Santa Luiza	BA	28,00	49,00	Jan/18
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A. ^(h)	Ventos de Santa Madalena	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A. ^(h)	Ventos de Santa Marcella	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A. ^(h)	Ventos de Santa Vera	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A. ^(h)	Ventos de Santo Antônio	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A. ^(h)	Ventos de São Bento	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A. ^(h)	Ventos de São Cirilo	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A. ^(h)	Ventos de São João	BA	28,00	49,00	Mai/18
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A. ^(h)	Ventos de São Rafael	BA	28,00	49,00	Mai/18

Integram o Complexo: (a) Famosa. / (b) Aracati. / (c) Fortim. / (d) Baleia. / (e) Punaú. / (f) Famosa III. / (g) Acaráú. / (h) Serra do Mel. / (i) Itaguaçu da Bahia.

No plano internacional, Furnas possui participação de 19,6% na SPE Inambari Geração de Energia S.A. (IGESA), para realização de estudos de viabilidade da Central Hidrelétrica Inambari, no Peru, abrangendo a elaboração de projeto para exportação de energia elétrica para o Brasil, bem como da transmissão associada. O local da usina fica a 300 km da fronteira com o território brasileiro, e a potência instalada prevista é de 2.000 MW.

Embora o empreendimento esteja suspenso, a empresa o mantém em seu portfólio por significar possível oportunidade futura de expansão no exterior.

Transmissão

O sistema de transmissão de Furnas abrange 24.139,90 km de linhas, dos quais cerca de 4.233,40 km via participação em SPEs. Compõe-se ainda de 68 subestações, com capacidade de transformação total de 118.243,17 MVA, já incluídos 14.875,00 MVA referentes a 18 subestações de suas investidas.

Este sistema de transmissão é responsável pelo transporte da energia gerada nas usinas até as subestações espalhadas pelas diversas regiões e disponibilizada às distribuidoras para atendimento aos consumidores finais.

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o Sistema de Transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km entre os estados do Paraná e São Paulo. Este sistema é composto por três linhas em corrente alternada de 750 kV e duas linhas em corrente contínua de ±600 kV, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

Em 2014, entraram em operação comercial duas novas linhas de transmissão e quatro novas subestações, construídas sob o regime de SPE, além de uma subestação e uma linha de transmissão em regime de propriedade integral, listadas a seguir:

Empreendimento	Tensão (kV)	Capacidade de Transformação (MVA)	Composição Societária (%)	Extensão (km)	Localidade
Estação Retificadora Porto Velho	±600	3.150 MW	Furnas – 24,5 Chesf – 24,5 CTEEP – 51,0 Furnas – 24,5 Chesf – 24,5 CTEEP – 51,0	-	RO
Estação Inversora Araraquara	±600	2.950 MW	Furnas – 100,0 Furnas – 49,0	-	SP
SE Zona Oeste	500/138	900	Furnas – 100,0 Furnas – 49,0	-	RJ
SE Viana 2	500	900	J. Malucelli – 25,5 Desenvix – 25,5 Furnas – 49,0	-	ES
SE Luziânia	500	225	State Grid – 51,0 Furnas – 100,0 Furnas – 100,0	-	GO
SE Ivaiporã	69	180 Mvar	Furnas – 100,0	-	PR
SE Águas Lindas	230/69	10/12,5	Furnas – 100,0	-	GO
LT Barro Alto – Águas Lindas	230	-	Furnas – 100,0	120 30	GO
LT Águas Lindas – Brasília Sul	230	-	Furnas – 100,0	-	GO
LT Mesquita – Viana 2	500	-	Furnas – 49,0 J. Malucelli – 25,5 Desenvix – 25,5 Furnas – 49,0	248	ES
LT Viana – Viana 2	345	-	J. Malucelli – 25,5 Desenvix – 25,5 Furnas – 100,0	10	ES
LT Itapeti – Nordeste	345	-	Furnas – 100,0	29	SP

Novos Projetos de Transmissão em Implantação

Conforme tabela a seguir, a expansão do sistema de transmissão consiste na construção de novas linhas e subestações, sendo 329 km de linhas referentes a empreendimentos próprios e 4.554 km sob o regime de SPE. Além das subestações listadas, Furnas participa da construção das subestações associadas aos empreendimentos de geração em implantação.

Empreendimento / Localização	SPE	Extensão da Linha (km)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
LT 500 kV Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (MG)	-	180,0	100,0	⁽¹⁾
LT 230 kV Mascarenhas – Linhares (ES)	-	99,0	100,0	Out/2015
LT 230 kV Xavantes – Piríneus (GO)	-	50,0	100,0	Jun/2016
LT 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia (GO)	Transenergia Goiás S.A.	100,0	49,0	Abr/2016
LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto (GO)	Transenergia Goiás S.A.	88,0	49,0	Nov/2015
LT 500 kV Marimbondo II – Assis (MG/SP)	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	296,5	49,0	Dez/2015
SE Marimbondo II	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	49,0	Dez/2015
SE Assis	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	49,0	Dez/2015
LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas (BA)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244,0	24,5	Mai/2016
LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia (BA/ MG/GO)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	373,0	24,5	Mai/2016
LT 500 kV Luziânia – Pirapora II (GO/MG)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	350,0	24,5	Mai/2016
SE Barreiras II	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
SE Rio das Éguas	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
SE Luziânia	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
SE Pirapora 2	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
LT Brasília Leste – Luziânia	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A	67	39,0	Abr/2016
LT 345 kV Samambaia – Brasília Sul (DF)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A	14	39,0	Abr/2016
LT 230 kV Brasília Sul – Brasília Geral (DF)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A	13,5	39,0	Abr/2016
SE 500/138 kV Brasília Leste (DF)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A	-	39,0	Abr/2016
LT 230 kV Barro Alto – Itapaci (GO)	Lago Azul Transmissora S.A	69	49,9	Nov/2016
LT 500 kV Araraquara 2 – Fernão Dias	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	241	49,9	Nov/2017
LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba (SP)	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	207	49,9	Nov/2017
LT 500 kV Itatiba – Bateias	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	399	49,9	Nov/2017
SE 500/440 kV Fernão Dias	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A	-	49,9	Nov/2017
SE 500/138 kV Itatiba	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A	-	49,9	Nov/2017
SE 440 kV Santa Bárbara D'Oeste	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A	-	49,9	Nov/2017
LT 800 kV Xingu – Estreito (Bipolo 1)	Transmissora de Energia S.A.	2.092	24,5	Fev/2018
SE 500/800 kV Xingu – Estação Conversora CA/CC	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Fev/2018
SE 800/500 kV Estreito – Estação Conversora CC/CA	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Fev/2018
Energia Olímpica S.A.	Barra da Tijuca – SE Olímpica	N/d	49,9	Mai/2015
Energia Olímpica S.A.	Gardência – SE Olímpica	N/d	49,9	Mai/2015
Energia Olímpica S.A.	SE Olímpica 138/13,8 kV	-	49,9	Mai/2015
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	SE Niquelândia	-	49,0	Mar/2015

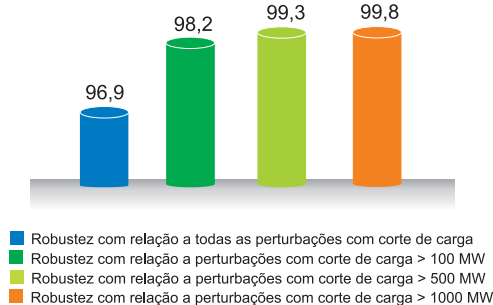
comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *on-line* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

As medidas e melhorias implementadas até o momento já se traduzem na recuperação do desempenho operacional de Furnas, tendo este fato especial relevância dado que o País se prepara para sediar as Olimpíadas de 2016.

Indicador de Robustez

O indicador de robustez, que relaciona as perturbações no sistema com o suprimento às cargas, aferindo a capacidade da Rede Básica de suportar contingências sem causar interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, teve resultados próximos a 100% em 2014, conforme gráfico a seguir:

Indicador de Robustez com Cortes de Carga (%) - 2014



Para que a confiabilidade e qualidade demonstradas sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção de Furnas.

A empresa mantém um programa de modernização das instalações, para atender aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para melhorias relacionadas aos esquemas de proteção e controle de equipamentos. Além disto, promove aperfeiçoamentos específicos, a exemplo do que foi implantado no tronco de transmissão de energia em 765 kV, proveniente da usina de Itaipu 60 Hz, em que a blindagem das subestações de Furnas teve seu nível elevado a padrões de excelência, dando assim contribuição adicional para a segurança do sistema elétrico do País.

Disponibilidade Operacional de Geração e Transmissão

A operação eletro-energética do sistema elétrico é monitorada por meio do acompanhamento da disponibilidade operacional e utiliza a fórmula definida pelo ONS nos Procedimentos de Rede, com dados tratados e consistidos no Sistema para Cálculo de Indicadores de Desempenho (SCID).

Em 2014, as usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade acumulado anual de 86,9%, ou seja, apresentaram indisponibilidade de 13,1%. Ao analisar a natureza desta indisponibilidade, verifica-se que apenas 2,4% se deveram a desligamentos forçados, ou seja, por falhas em equipamentos ou sistemas. Os outros 10,7% foram devidos a desligamentos programados para a realização de manutenções preventivas ou revisões gerais de unidades geradoras. Em comparação com anos anteriores, percebe-se um aumento do percentual da indisponibilidade programada devido à execução de diversos serviços que, até então, não haviam sido liberados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Com a situação hidrológica desfavorável verificada no ano de 2014, foi possível paralisar as unidades geradoras para a realização dos serviços.

O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,76%.

Ocorrências Climáticas Severas

No ano de 2014, Furnas enfrentou oito grandes eventos de quedas de torre, sucintamente descritos a seguir:

Data	Horário	Ocorrência	Normalização	
			Horário	Data
21.04.2014	22h39	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1, sendo constatados danos na torre 131	11h25	26.04.2014
26.05.2014	22h41	Desligamento da LT Campos-Macaé circuito 2, sendo constatada queda da torre 438	11h31	03.06.2014
05.06.2014	17h02	Desligamento das LTs Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuitos 1 e 2, sendo constatada queda de duas torres: <ul style="list-style-type: none">• 303 (referente à LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 2)• 306 (referente à LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1)	16h04	11.06.2014
			11h49	11.06.2014
07.06.2014	14h12	Desligamento das LTs Foz do Iguaçu-Ibiúna circuitos 1 e 2, sendo constatada queda das torres 317 e 318	12h40	12.06.2014
02.09.2014	17h01	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatada queda da torre 474	15h53	05.09.2014
24.09.2014	06h37	Desligamento a LT Foz do Iguaçu – Ivaiporã circuito 3, sendo constatada queda de 5 torres de 765 kV (nº 333 até 336 e a torre 341).	22h27	01.10.2014
06.11.2014	23h05	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatadas avarias nas torres 390 e 389	11h45	12.11.2014
07.11.2014	15h26	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1, sendo constatado tombamento da torre 547	11h13	10.11.2014

Em nenhum dos desligamentos relacionados houve perda de carga no Sistema Interligado Nacional (SIN). Apenas o desligamento de 7 de novembro determinou atuação do esquema de controle de emergência do tronco de 765 kV da Itaipu Binacional, provocando o desligamento de duas unidades geradoras daquela usina, totalizando perda de geração de 1.388 MW, supridos, porém, pela elevação da geração nas demais usinas do SIN, não acarretando, assim, qualquer perda de carga e garantindo a manutenção do índice de robustez.

Para cada uma das ocorrências, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, o qual, em função do relevo acidentado e das dificuldades de acesso às regiões afetadas, foi obrigado a mobilizar grande contingente de profissionais para atendimento adequado. Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram sempre realizados com grande agilidade, porém sem comprometer a segurança dos trabalhadores, não tendo havido quaisquer acidentes.

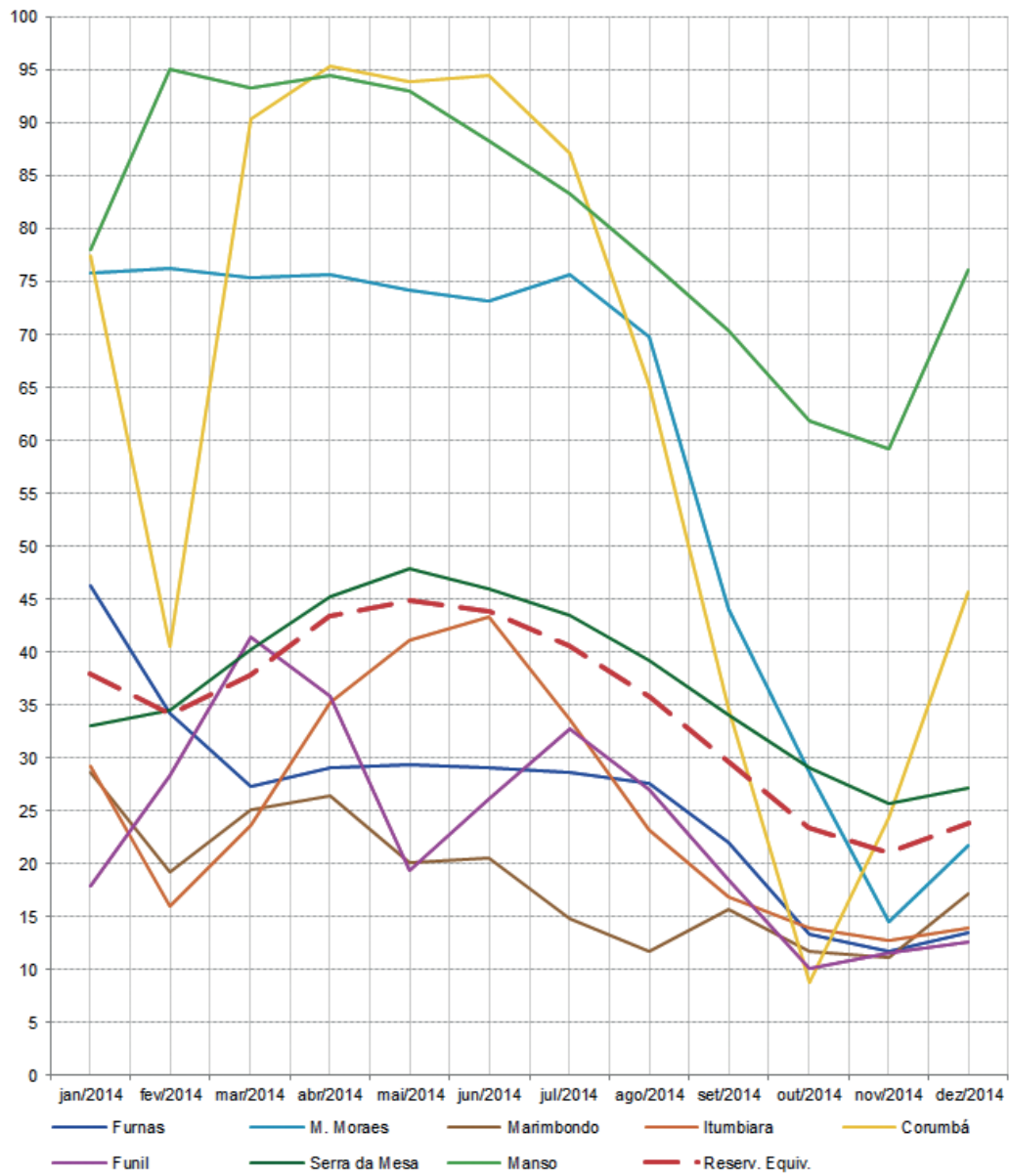
Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

Assim como 2013, o ano de 2014 apresentou grande período de estiagem e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo. Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 15% nos reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil e Marimbondo, 25% no reservatório da UHE Serra da Mesa, 45 % na UHE Corumbá e 75% na UHE Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 23% de capacidade.

Embora relativamente baixos, tais níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHEs Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Serra da Mesa e Manso são de regularização e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Este procedimento permite que as usinas produzam a energia elétrica necessária durante todo o ano, além de fornecer água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e a operação das mesmas é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Acumulação de Furnas (janeiro de 2014 a dezembro de 2014)



Manutenção do Sistema

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico a rigorosos procedimentos de manutenção. A empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que é a aplicação de método estruturado para estabelecimento da melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento. Na MCC são identificadas as funções e padrões de desempenho dos equipamentos e realizados o levantamento e detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências. Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, disponibilidade e eficiência de instalações e equipamentos.

No atual cenário, onde recursos pessoais e materiais para a manutenção são cada vez mais escassos, é fundamental investir em inovação. A introdução dos conceitos de gestão de ativos visa à automação, normatização e padronização dos processos de manutenção, com foco em resultados e redução de custos e risco. Em outras palavras, objetiva fazer mais e com melhor qualidade que antes, ainda que com menos pessoas e menor consumo de recursos.

Para modernização dos equipamentos, foram criados o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) e o Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER), com o objetivo de garantir a execução de importantes e vultosos investimentos em revitalização da geração e em melhorias e reforços no sistema de transmissão, que acumulava expressivo volume de obras a executar.

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET)

Em pleno andamento, o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é um ambicioso programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão e a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra. Os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela Aneel: 1) proteção e controle; 2) substituição de equipamentos; 3) reforços de transmissão; 4) modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar reforços no parque transmissor existente autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2014, no âmbito do PGET, R\$ 429 milhões, além de outros R\$ 92 milhões em outros projetos ligados ao sistema de transmissão existente.

No contexto do PGET e no período de 2011 a 2014, foram concluídos mais de 75 projetos de reforços e melhorias. No período de 2011 a 2018, prevê a ampliação e substituição de equipamentos superados, totalizando mais de 5.500 equipamentos, dentre os quais destacam-se 196 transformadores, 821 disjuntores e 2.362 chaves seccionadoras, além de equipamentos de menor porte.

Ao longo de 2014, foram substituídos 336 equipamentos superados ou em final de vida útil, dentre os quais destacam-se 12 transformadores, totalizando 1.900 MVA de capacidade de transformação, além de 43 disjuntores e 91 seccionadores nas tensões de 138 kV, 230 kV, 345 kV, 500 kV e 750 kV.

Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER)

Na mesma linha do PGET, o PGER repete o plano da transmissão no que tange à revitalização da geração, com atualização tecnológica, substituição de equipamentos analógicos por digitais, troca de peças antigas de geradores e turbinas por novos componentes com tecnologias mais modernas e substituição de componentes mecânicos por hidráulicos, o que possibilitará a operação remota das usinas.

Em 2014, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHEs Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com o propósito de restaurar a confiabilidade operacional das unidades geradoras e das respectivas subestações. Estão previstas atividades e dispêndios associados à modernização das UHEs Mascarenhas de Moraes (início em 2016), Funil (início em 2017) e Porto Colômbia (início em 2019).

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em busca dos melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, a área de comercialização, em conjunto com as demais áreas de negócio, vem desenvolvendo metodologias de previsão de receitas para diversos cenários do mercado de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio. Também vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade.

Os contratos de compra de energia de longo prazo de Furnas são apresentados a seguir. Deve ser lembrado que, de acordo com a Lei nº 12.111/2009, a energia proveniente da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletro nuclear) passou, a partir de janeiro de 2013, a ser comercializada diretamente entre a Eletronuclear e as distribuidoras.

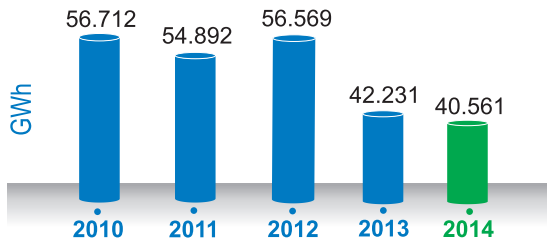
	MW Médios		
	2012	2013	2014
Eletronuclear	1.475	-	-
Serra da Mesa	345	345	345
Manso	4	4	4
Total	1.824	349	349

Legislação específica permitia que as tarifas do contrato com a Eletronuclear pudessem sofrer reajustes em percentuais superiores aos dos índices de inflação, o que acabou ocorrendo até 31 de dezembro de 2012, quando findou a vigência do referido instrumento. De forma a equacionar tal efeito, a Lei supracitada estabeleceu, em seu Artigo 12, que a Eletronuclear repassaria a Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre as variações da tarifa praticada pela Eletronuclear e da tarifa de referência da Eletronuclear homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e dezembro de 2011. Assim, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.406/2012 fixou o montante de R\$ 687,8 milhões como o diferencial a ser pago a Furnas pelas distribuidoras.

Adicionalmente, a referida Resolução estabeleceu as tarifas definitivas do contrato celebrado entre Furnas e Eletronuclear, que se mostraram inferiores às efetivamente praticadas entre dezembro de 2009 e dezembro de 2012, gerando crédito para Furnas junto à Eletronuclear de R\$ 170,1 milhões.

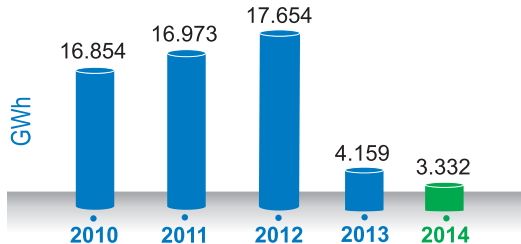
A energia elétrica vendida por Furnas, em 2014, foi de 40.561 GWh, o que representa decréscimo de 3,96% em relação a 2013, com faturamento de R\$ 4.212 milhões. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida por Furnas, em GWh.

Energia Elétrica Vendida por Furnas



Em 2014, Furnas comprou 3.332 GWh de energia, ao custo de R\$ 647 milhões, o que representa redução de 5,25%, em reais, em relação ao custo incorrido em 2013.

Energia Elétrica Comprada por Furnas



Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de sua energia se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas das mesmas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel.

No que tange à transmissão, a comercialização é realizada segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada. O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

	R\$ Mil	
Natureza do Contrato	2014	2013
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da Aneel	25.527	27.415
Furnas Geração ⁽¹⁾	5.545	5.454
Encargos Negociados entre as partes	23.226	21.564
Total CCT	54.299	54.433
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	7.709	9.308
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.542	1.613
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	7.100	6.790
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	1.038.561	869.270
Total Geral	1.109.210	941.414

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória Aneel nº 1.756/2014 e Resolução Homologatória Aneel nº 1.559/2013).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias, Macaé-Campos C3 e Tijucu Preto-Irapeté-Nordeste.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado pelo período de 30 anos, seguindo as novas determinações impostas pela MP nº 579, resultando na Resolução Homologatória Aneel nº 1. Este serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.756/2014 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2014/2015.

COMERCIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS/2014

A Comercialização de Serviços vem evoluindo nas oportunidades de negócio e na quantidade de contratos celebrados, com incremento de receita para Furnas, mesmo com o reduzido quadro atual da empresa. As principais competências técnicas de Furnas compreendem as atividades seguintes:

- engenharia do proprietário;
- estudos hidráulicos em modelo reduzido;
- segurança de barragens;
- controle tecnológico de materiais de construção e ensaios em concreto e solos;
- cursos de linha de transmissão, de subestação e de operadores de usina;
- ensaios e estudos de desempenho de sistemas elétricos utilizando o Simulador Digital em Tempo Real - RTDS;
- serviços de ensaios, medição e calibração.

(margem operacional líquida e índice de custo) e os operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A meta individual consiste no fator de contribuição individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, há ainda pré-requisitos fundamentais para este pagamento, que estão relacionados à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, à razão de 50% do resultado das metas da *Holding* e 50% de sua subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de quatro remunerações. A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção dos seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, destacando-se plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos e seguro de vida, entre outros.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

A gestão responsável da FRG fez com que esta alcançasse, até dezembro de 2014, a décima posição no *ranking* da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), considerando a soma dos patrimônios do Plano de Benefício Definido (BD) e do Plano de Contribuição Definida (CD), que atingiu a importância de R\$ 12,2 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2014, do total de 11.424 participantes dos dois planos administrados pela FRG, 8.973 eram filiados ao plano BD, sendo 1.104 ativos, 6.394 assistidos, 1.421 pensionistas, 5 autopatrocinados e 49 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.451 participantes, filiados ao plano CD, no final de 2014, dividiam-se em 2.340 ativos, 51 assistidos, 19 pensionistas, 24 autopatrocinados e 17 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2014, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 56.425.000,88. Com relação ao valor destinado pela empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R\$ 38.449.070,66 no exercício.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2014, a área de recursos humanos continuou a capacitar os empregados visando alcançar os objetivos estratégicos da empresa, com ações educacionais específicas nas áreas de negócio para aprimoramento dos processos de trabalho e, também, com ações educacionais ligadas ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que contempla requisitos de capacitação levantados na avaliação de desempenho de cada empregado e validadas por seu gerente imediato, alavancando conhecimentos, habilidades e atitudes para que o colaborador tenha condições de desempenhar suas atividades com excelência.

Adicionalmente, empregados foram inscritos em ações de longa duração, como cursos de especialização, pós-graduação e MBA alinhados aos processos de trabalho e que visam aumentar a produtividade e aprimorar conhecimentos.

Paralelamente, prosseguiram ações de gestão do conhecimento visando reter na empresa os conhecimentos necessários para que esta alcance suas metas estratégicas. Entre as iniciativas já implantadas estão as Comunidades de Prática, os *Fóruns* de Discussão, o curso *on-line* sobre Gestão do Conhecimento, as Bases de Conhecimento, o Programa de Repasse de Conhecimentos e a implantação dos Planos de Ação advindos dos mapas de conhecimento, dentre outras.

Também, no exercício, seguiram adiante o processo de retenção dos conhecimentos críticos das áreas de negócio, diante do grande número de empregados inscritos no Plano de Readequação de Pessoal (Preq) e, para o corpo gerencial, outras ações educacionais de grande relevância, tais como MBA em Gestão de Negócios com ênfase no Setor de Energia, Matemática Financeira, Gestão de Contratos, Gestão de Riscos e Liderança, dentre outras disciplinas.

Nas tabelas a seguir, são apresentados alguns indicadores de acompanhamento da gestão do conhecimento para 2014:

Iniciativas	Número de Participações
Comunidades de Prática	3.185
Bases de Conhecimento	285
Fóruns de Discussão	1.248
Banco de Especialistas	5.071
Curso de Sensibilização de GC	5.071
Mapeamento de Conhecimentos Associados aos Processos	
Número de Participações	402
Número de Workshops	27
Planos de Repasse de Conhecimento	
Planos de Repasse de Conhecimento (PRC) realizados	579
Total de Horas Empregadas em Repasse de Conhecimentos	288.866

As principais realizações da educação continuada em 2014 estão listadas a seguir:

- implementação das trilhas de aprendizagem e construção de novas trilhas;
- oferta de ações educacionais de apoio à estratégia empresarial;
- atendimento ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI);
- coordenação dos centros de treinamento básico;
- certificação dos operadores de Furnas;
- implantação de cursos à distancia;
- cursos para atendimento à legislação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- cursos específicos de utilização do sistema SAP nos processos de negócio;
- levantamento, junto às diretorias, dos conhecimentos estratégicos e específicos necessários à elaboração de um plano global de desenvolvimento que atenda a empresa, dentre outras ações.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos de treinamento e a média de horas de treinamento por participante em 2014, discriminadas por categoria funcional e gênero.

Resultados 2014				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes / Força de Trabalho
1.037	3.460	7.936	51.066	68%

Cargo/Gênero	Média de Horas p/ Participante
Gerencial feminino	51,11
Gerencial masculino	78,44
Nível superior feminino	58,41
Nível superior masculino	39,80
Sem nível superior feminino	34,84
Sem nível superior masculino	9,56

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho por competências é aplicada em Furnas desde 2005. Desde a implantação do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas.

Esta ferramenta é aplicada a todos os empregados, inclusive aos que ocupam cargos gerenciais. Além da avaliação pelo gestor imediato, o empregado também faz sua autoavaliação, tendo oportunidade de emitir sua opinião e receber informações sobre as perspectivas de sua carreira profissional. No próximo ciclo avaliativo, Furnas implantará a avaliação dos gerentes também por parte de suas respectivas equipes de trabalho, de início em contexto de aprendizagem e, a partir de 2016, efetivamente como item a ser considerado no resultado final da avaliação de cada gestor.

Os resultados da avaliação são considerados subsídios para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Pesquisa de Clima Organizacional

A pesquisa de clima organizacional é uma das mais poderosas ferramentas de gestão de pessoas, pois revela a percepção dos empregados sobre a empresa. Retrata os níveis de satisfação, motivação e relações de trabalho e possibilita a elaboração de plano de ação para minimizar problemas.

Ao final do exercício de 2012, com o objetivo de monitorar e aprimorar a qualidade do ambiente organizacional, Furnas adotou uma nova estratégia para trabalhar os resultados da última pesquisa realizada e elaborar os planos de ação para melhoria do clima organizacional. Nas diretorias e superintendências, foram realizados *workshops* para análise dos resultados, onde foram apresentados os fatores e assertivas mais críticos da pesquisa que tiveram impacto nos resultados destas áreas. A partir daí, foi elaborado o plano de ação do clima organizacional, representado por um conjunto de ações, diretrizes e metas para os 12 meses seguintes, visando ao aperfeiçoamento do clima organizacional de cada área.

Em 2014, foram divulgados os resultados da pesquisa de clima realizada no final de 2013. Todos os empregados tiveram acesso ao resultado do diagnóstico de clima de Furnas e de seu respectivo órgão de lotação. Foram apresentados aos gerentes os resultados globais de Furnas e de toda a sua hierarquia organizacional. Na busca da melhoria contínua do ambiente organizacional, foram realizados planos de ação setoriais junto às áreas com índice de satisfação abaixo da meta de 66%.

Segurança e Saúde Ocupacional

A política de segurança no trabalho e saúde ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política do Sistema Eletrobras, com foco na prevenção. Os empregados de Furnas estão representados por 32 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 6 Unidades de Segurança (Usegs), que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados e contratados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

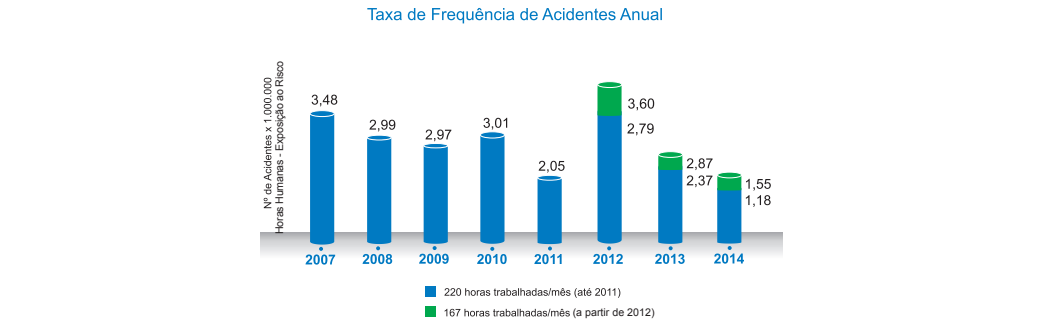
No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados e contratados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho e de suas instalações.

Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

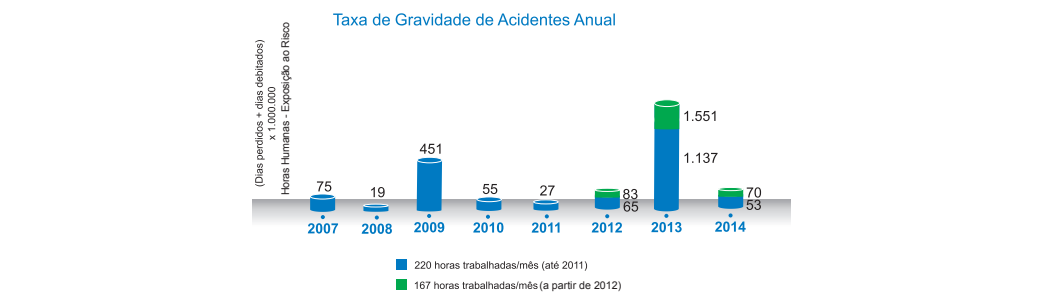
A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas-humanas em exposição a

risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas-humanas em exposição a risco.

A partir de 2012, como pode ser observado nos gráficos de evolução dos indicadores TF e TG apresentados a seguir, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas empresas do Sistema Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas ano/12 meses, conforme a norma NBR 14.280.



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	0,0	1,69	3,38	1,69	0,0	0,0	1,69	0,0	1,69	5,06	3,41	0,0



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	52	52	100	103	105	76	66	52	61	108	53	17

Qualidade de Vida

Por meio de ações do Programa de Qualidade de Vida de Furnas, como atividades físicas, sociais e culturais, e de reconhecimento e valorização, a empresa contribui para a satisfação e bem-estar de seus empregados, pois acredita que pessoas mais felizes trabalham melhor e produzem mais, além de compartilhar um ambiente organizacional mais saudável e harmonioso.

Na tabela a seguir, estão listadas as ações promovidas por Furnas para a melhoria da qualidade de vida de seus empregados.

Programa	Objetivo
Atividades Físicas	Estimular a prática regular de exercícios.
Certificação de Operadores	Assegurar que estes profissionais estejam devidamente habilitados para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação Inmetro NIE.DINQP.014.
Festival Solte a Voz	Mobilizar a força de trabalho, utilizando a música como ferramenta de integração social e valorização do empregado.
Caminhadas e Corrida de Rua	Disponibilizar atividades mensais para manutenção de hábitos saudáveis e promoção da saúde.
Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química	Tratar a força de trabalho, aposentados e dependentes que usam álcool, drogas e outras substâncias tóxicas.
Energizando Talentos	Promover a cultura de segurança e saúde no trabalho por meio de ações de conscientização junto a empregados e familiares.
Campanha de Vacinação	Imunizar os colaboradores como medida de prevenção da gripe H1N1.
Cuidador Social	Formar e instrumentalizar cuidadores e familiares para melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de fragilidade e risco e que venham a necessitar de cuidado.
Oficinas Culturais e de Integração (Coral, Canto, Teatro, Dança de Salão, Banda, Culinária e Fotografia)	Sensibilizar os participantes para outros aspectos importantes da qualidade de vida, no trabalho e de maneira geral, além de incentivar novos talentos.
Sobremesa Cultural	Integrar a força de trabalho a partir de apresentações de teatro, cinema e música durante o horário do almoço.
Atividades Alternativas de Relaxamento	Proporcionar momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral (yoga, shiatsu e pilates).
Projeto Saúde do Viajante	Orientar os empregados sobre prevenção, riscos e cuidados que devem ser tomados em áreas endêmicas.
Projeto Interativo Comunitário de Educação Ambiental	Promover a cidadania e qualidade de vida dos habitantes das cidades vizinhas às áreas de produção e transmissão de energia elétrica.
Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA	Promover a participação em encontros de aposentáveis e aposentados, com troca de experiências e valores nas dimensões política, social, cultural e emocional.
Capacitação Física para a Função	Promover e monitorar a aptidão biopsicossocial para o trabalho dos empregados que atuam em áreas de risco e necessitam desta capacidade funcional no desempenho de sua atividade laboral.
Programa Anual de Treinamento - PAT	Promover a capacitação da força de trabalho por meio de treinamentos de Segurança do Trabalho e Saúde, em cumprimento aos requisitos legais e Instruções Normativas.

Tecnologia da Informação (TI)

Consolidação das Demandas de TI

Foi implantado novo modelo de priorização de demandas por soluções de TI, baseado em critérios objetivos, e realizado levantamento inicial para identificar, consolidar e classificar as necessidades das diversas áreas de negócio. Este critério vem sendo utilizado para estabelecer a composição da carteira de demandas (*backlog*) e decidir sobre sua prioridade de atendimento, melhorando, assim, a governança da área. O modelo propicia ainda melhor entendimento das características e padrões de comportamento das demandas por serviços de TI, o que permite que se tenha um processo qualificado de tomada de decisão sobre as demandas e os projetos a que dão origem, com alinhamento entre as diversas áreas da empresa e ganhos de desempenho.

Implantação do Sistema SAP BPC

Em complemento à implantação dos processos de consolidação financeira, o que conferiu maior agilidade à elaboração das demonstrações contábeis, iniciou-se, em junho de 2014, projeto para implantação dos processos de planejamento orçamentário e fluxo de caixa, cuja previsão de término é maio de 2015.

Mobilidade para Gestão de Ativos (Projeto Furnas Mais)

Foi iniciada a implantação de solução de tecnologia móvel integrada ao sistema SAP para suporte à gestão de ativos de Furnas, com a qual são esperados os seguintes resultados, alinhados aos objetivos estratégicos da empresa:

- redução do custo operacional;
- excelência nos processos de operação e manutenção;
- melhoria na confiabilidade e disponibilidade do sistema Furnas em função de melhoria na qualidade das informações técnicas provenientes do campo, o que possibilitará estatísticas e estudos de engenharia de manutenção mais precisos e diagnósticos preventivos da condição operativa dos equipamentos.

Mobilidade para Gestão de Almoxxarifados (Projeto Argos)

Com previsão de término em abril de 2016, iniciou-se o desenvolvimento de mais uma solução com tecnologia móvel, também integrada ao sistema SAP, para apoio à gestão dos almoxxarifados. Dentre os resultados esperados, estão:

- melhoria no planejamento, gestão e controle dos almoxxarifados de autoatendimento, resultando em maior controle dos estoques e ganho de produtividade;
- informações confiáveis e em tempo hábil, aumentando a eficácia da tomada de decisão.

Comunicação com os Públicos Interno e Externo

Em 2014, fiel aos caminhos que vem trilhando, Furnas manteve a transparência como norte na comunicação com seus diversos públicos de interesse.

Comunicação com os Colaboradores

Como forma de garantir que todos os empregados recebam informações sobre decisões, ações, dados e fatos da empresa, Furnas transe diversas formas de comunicação. A transmissão destas mensagens institucionais se dá por meio de notícias na *intranet*, *e-mail* corporativo, sistema de som interno, elevadores e murais *Furnas Na Mídia*, afixados em diversos locais da empresa.

Comunicação com o Público Externo

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com diversos públicos apresentaram índices significativos em 2014.

No *Twitter*, Furnas tinha, em 31 de dezembro de 2014, 2.837 *tweets* publicados, com adesão de 11.588 seguidores. Os números continuam crescentes, com cerca de 200 novos seguidores por mês, o que permite prever aumento de 20% no número de seguidores em 2015 em relação a 2014.

O *website* de Furnas recebeu mais de 524 mil acessos, o que equivale a 43.734 acessos/mês ou 1.437 acessos/dia. Nele, encontram-se informações sobre a empresa, meio ambiente, comercialização de serviços e editais, além de publicações institucionais, como os relatórios corporativos oficiais.

Tendo estreado em outubro de 2012, o canal Furnas no *YouTube* conquistou, em 2014, 236 inscritos, 24% a mais que no ano anterior, totalizando 506 inscritos. Seus 158 vídeos ultrapassam 140 mil exibições. E, não obstante ter sido ano eleitoral e, portanto, de restrição a publicações, houve crescimento de 30% no número de visualizações em 2014.

Em 2013, foi lançada a *FanPage* de Furnas no *Facebook* (www.facebook.com/FurnasEnergia), a qual, até o término daquele ano, conquistou 3.950 fãs. Ao final de 2014, Furnas possuía 7.331 fãs, o que representa aumento de 85,59% em comparação a 2013.

No *Instagram*, Furnas possui dois perfis. No ar desde agosto de 2013, o perfil *Furnas Esportes* conquistou 1.100 seguidores, tendo sido publicadas pouco mais de 600 fotos relacionadas a projetos de *marketing* esportivo da empresa. Já o perfil *Furnas Energia*, lançado em 26 de fevereiro de 2014, acumula pouco mais de 500 seguidores, com cerca de 200 imagens publicadas.^[]

O serviço *Fale Conosco* recebeu 2.378 *e-mails* com pedidos de informação sobre assuntos diversos. Deste total, 98% tiveram suas solicitações integralmente atendidas.

No Sistema Furnas da *Google Maps*, o usuário navega pelas instalações da empresa, nas usinas e subestações em funcionamento e em construção, de forma ágil e objetiva, por meio de imagens de satélite. Em 2014, foram 16.512 visualizações, o que significa cerca de 1.376 acessos mensais.

Nos canais de comunicação *mobile* para plataformas *iOs* e *Android*, Furnas registrou mais de 11.000 *downloads*, crescimento de 250% em relação ao ano anterior, alcançando visibilidade internacional nas *App Stores* dos Estados Unidos e Europa. Entre os destaques, Ventos e Marés (9.300), Casa Virtual de Eficiência Energética (1.053), Furnas Postal (100), Furnas Cultural (100), Esporte Especiais (100) e Mapa Digital (mais de 400).

O Projeto Furnas Educa, que utiliza metodologia específica de ensino abordando temas de conservação de energia, educação ambiental e prevenção à queimadas para crianças entre 5 e 15 anos, percorreu todas as regiões do País, atendendo mais de 35 mil crianças em mais de 65 instituições educacionais.

^[] Os dados do *YouTube* e *Facebook* foram extraídos dos próprios canais, os do *Twitter* foram obtidos por meio de ferramenta específica e os do *Instagram* são estimativas de Furnas.

Publicidade Institucional e Legal

Em 2014, Furnas fez investimentos em publicidade institucional em jornais e revistas de grande circulação e emissoras de TV e rádio das principais capitais brasileiras.

Nas campanhas institucionais foram abordados temas sobre geração e transmissão de energia, meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade, conservação de energia, esporte, cultura e parcerias internacionais, de forma a divulgar programas e novos investimentos aos públicos interno e externo.

No âmbito da publicidade legal, foram divulgados documentos oficiais diversos, a saber, prestação de contas, atas, avisos de licitação, editais, comunicados, chamadas públicas e outros.

Vídeos Corporativos e Banco de Imagens

Com o intuito de preservar a memória institucional e divulgar sua imagem corporativa, a empresa produziu 100 filmes corporativos em 2014 e mantém acervo de cerca de 2 mil matrizes de vídeos, com registros de ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, desde sua criação.

O banco de imagens conta com um acervo histórico e corrente de 130 mil imagens digitais, cuja temática institucional abrange geração, transmissão, eventos corporativos, meio ambiente, responsabilidade social, eventos culturais e desportivos e campanhas de saúde e pró-igualdade de gênero e raça.

Relações Sindicais

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades organizadas em duas representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes destes processos de negociação são estendidas a todos os empregados da empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da empresa e maximizar a satisfação de seus empregados.

Em 2013, o Acordo Coletivo de Trabalho foi firmando com vigência de dois anos (2013-2015).

Relacionamento com Fornecedores

Furnas mantém relacionamento com seus fornecedores no intuito de orientá-los quanto aos objetivos, desejos e limitações legais da empresa. Desde 2009, disponibiliza em seu *website* o documento Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores (*www.furnas.com.br/fornecedores*), do qual todos os interessados em participar dos processos licitatórios se comprometem a ter conhecimento prévio. O objetivo é compartilhar valores e princípios em temas como saúde e segurança do trabalho, proteção ao meio ambiente, equidade de gênero, transparência, participação e prestação de contas para toda a cadeia de suprimento.

A empresa possui uma gama de produtos considerados relevantes, que ajudam a manter o nível de excelência dos serviços prestados no segmento em que atua. Os principais produtos adquiridos são os equipamentos e componentes elétricos e eletromecânicos para os empreendimentos de transmissão.

Por ser empresa de economia mista, todo o processo de aquisição em Furnas é norteado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; e Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, onde aplicável, em suas últimas versões, como também pelo inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

As licitações realizadas por Furnas destinam-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e são processadas e julgadas em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, e dos que lhes sejam correlatos.

Todos os editais de licitações efetuadas por Furnas possuem cláusulas específicas de sustentabilidade com a finalidade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos em toda tomada de decisão do processo licitatório.

Os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo que demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do respectivo instrumento contratual.

Furnas adota o princípio constitucional da isonomia e mantém em seu quadro de fornecedores empresas de variados segmentos, desde microempresas até empresas de grande porte, para fornecimento dos produtos, materiais e serviços que garantam a excelência e eficiência do trabalho realizado perante a sociedade. Anualmente, Furnas realiza chamada pública convocando empresas de qualquer segmento e porte que desejem cadastrar-se como fornecedores.

A Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras tem como objetivo aumentar a eficiência e competitividade de suas empresas por meio da integração da logística de suprimento de bens e serviços. Uma das orientações básicas desta política é o fomento ao engajamento de fornecedores a ações de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.

Implantação do Centro de Serviços Compartilhados

Dando continuidade à reestruturação da empresa de forma que o atendimento às unidades de negócio se adequassem aos projetos já implantados de redimensionamento do quadro de pessoal, implantação do sistema de gestão integrada SAP e desmobilização de contratados, iniciou-se, em 2012, a implantação do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, por meio da centralização de parte das unidades administrativas das áreas regionais.

Um ano depois, foram criados os CSCs regionais visando estabelecer em Furnas um novo padrão de atendimento para toda a empresa, com processos e sistemas unificados, tendo como foco a prestação de serviços sob o olhar do cliente.

O CSC foi criado, no contexto da reestruturação de Furnas, com o objetivo de funcionar no conceito de *shared services*, assumindo as atividades de diversas divisões administrativas e outros órgãos extintos.

O CSC segue um modelo de organização coordenado-descentralizado, segmentado por regiões geográficas (regionais) e por processos de trabalho. As regionais prestam os mesmos serviços administrativos e de suporte, embora difiram quanto ao porte, número de clientes, volume de serviços e extensão geográfica. Antes da criação dos CSCs, cada unidade administrativa regional executava os processos de modo próprio, utilizava sistemas auxiliares próprios em complemento ao SAP e apresentava atuação e resultados dispares, fruto de cultura local e história diferentes e de valores e níveis de maturidade muito diversificados. Esta centralização trouxe o desafio de integrar os modelos de gestão então existentes.

Por força da dinâmica da empresa, os CSCs vêm passando por um processo de melhoria contínua, balizado por um modelo de gestão que inclui, dentre outras, as seguintes responsabilidades:

- coordenação da elaboração e revisão dos padrões relativos aos processos;
- garantia, por meio de treinamento, da utilização dos padrões estabelecidos;
- definição de indicadores de desempenho de processos;
- acompanhamento e avaliação do desempenho de processos por meio de indicadores;
- coordenação da solução de problemas referentes aos processos e implementação de melhorias;
- orientação sobre o desenvolvimento de aplicativos para os processos sob sua responsabilidade.

Embora não tenha ainda um sistema de indicadores, o CSC presta informações aos clientes por meio da participação de seus representantes em reuniões de trabalho, além de telefone, *fax*, carta, mensagem eletrônica e Portal CSC. Está prevista a implantação de um processo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos clientes.

Com a criação dos CSCs regionais e centralização, nestes, dos processos administrativos de forma centralizada, associada às iniciativas acima referidas e a algumas ferramentas de gestão, embora ainda por aperfeiçoar, é possível observar resultados positivos, como os relacionados a seguir:

- redução do tempo médio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, considerado como o tempo entre a aprovação da requisição de serviços e a aprovação do pedido, em cerca de 30% frente à média de 2013;
- aumento da produtividade nos processos de compras e contas a pagar/receber, em mais de 10% com respeito à média de 2013;
- redução no número de processos de aquisição de combustível em 55%, correspondente à redução de 65% no valor contratado, quando comparados os oito primeiros meses de 2014 com os oito últimos de 2013.

No momento, o CSC se encontra empenhado em dar andamento aos seguintes projetos:

- adequação das soluções de *software* de gestão integrada e outras melhorias de tecnologia da informação, como *workflow* e portais colaborativos;
- simplicificação e padronização de processos;
- automatização das práticas manuais;
- estabelecimento de acordos de nível de serviço.

Adicionalmente, a empresa realiza o mapeamento, entendimento e adequação dos papéis e responsabilidades pela gestão dos processos, passo fundamental para a implantação dos CSCs.

Com relação aos objetivos específicos, espera-se:

- com a implantação das soluções de *software* de gestão integrada, facilitar o acompanhamento e controles pelos clientes, conferindo mais transparência aos serviços;
- com a padronização e automatização de processos, reduzir os prazos de atendimento aos clientes, em especial em processos de aquisição;

- que os acordos de nível de serviço estabeleçam as regras de relacionamento entre os CSCs e seus clientes - será ferramenta fundamental de controle e monitoramento do desempenho dos centros.

Além do exposto, merece destaque o padrão de atendimento dispensado pelos CSCs ao atendimento a emergências, principalmente aquelas ocorridas em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo na receita e imagem da empresa. Desde a criação dos CSCs, foram atingidos todos os prazos ótimos de atendimento.

Visando excelência no atendimento e em estrita observância do Plano de Atendimento a Emergência – PAE da empresa, o CSC tem investido:

- na capacitação de grupo específico de pessoas para cada um dos CSCs por meio de repasse de conhecimento dos mais experientes;
- na melhoria do acesso a recursos materiais, como veículos especiais, equipamentos, ferramentas etc;
- na elaboração e implantação de escalas de sobreaviso.

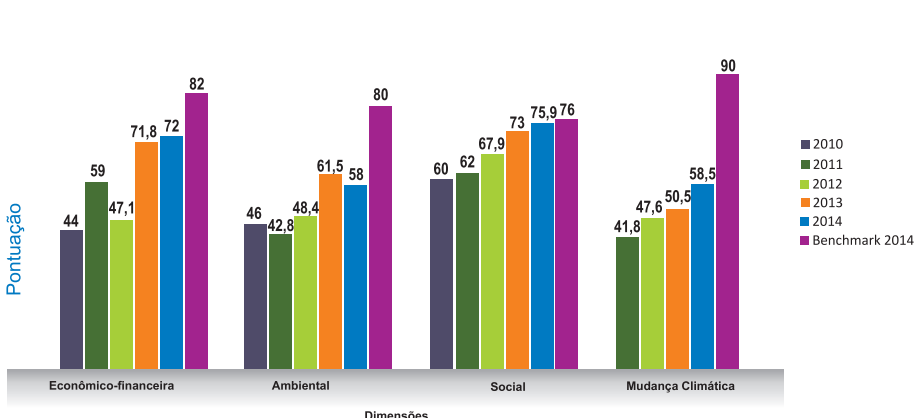
GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade em Furnas é uma importante ferramenta de gestão, tanto no atendimento a indicadores de mercado quanto na análise de lacunas para o aperfeiçoamento de procedimentos internos. Os esforços em direção a uma atuação sustentável têm contribuído para melhorias constantes na operação da empresa e em sua contribuição para a manutenção da *Holding* Eletrobras nos mais importantes índices de classificação mercadológica.

Com a participação de Furnas e das demais empresas do sistema, a Eletrobras permanece listada no *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, carteira que reúne as ações de 86 empresas de 12 países, sendo 17 do Brasil e, entre elas, outras duas do setor elétrico brasileiro – Cemig e CPFL. Em 2014, o desempenho da *Holding* seguiu a tendência de evolução, alcançando a condição de *benchmark* em temas como políticas anticorrupção, códigos de conduta e *compliance*, gestão de crise e de risco, sistemas de monitoramento e manejo de recursos hídricos.

Com o esforço de sustentabilidade das empresas do sistema e, em especial, com a contribuição de Furnas, a Eletrobras mantém-se listada, também, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo. A carteira 2015 do ISE Bovespa reúne ações de 40 companhias de 19 setores da economia, com valor de mercado de R\$ 1,22 trilhão, o que equivale a metade do valor total das empresas com ações negociadas na BM&FBovespa. Ademais, o ISE Bovespa é utilizado como indicador de desempenho no processo de planejamento estratégico de Furnas e integra os parâmetros de avaliação presentes no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) das empresas do Sistema Eletrobras.

Evolução ISE Bovespa Furnas



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade, promoção da cidadania, respeito à diversidade, incentivo e difusão das mais diversas manifestações culturais, e respeito e cuidado com o meio ambiente. Ao reconhecer e minimizar os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades nas localidades onde implanta e opera seus empreendimentos, a empresa consolida sua reputação de excelência em cidadania empresarial.

O investimento social de Furnas é suportado por recursos próprios ou decorrentes de renúncias fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte e Doações ao FIA) e se reflete em centenas de programas, campanhas, ações e projetos implementados em suas diversas áreas de atuação por meio de parcerias com órgãos públicos, universidades e organizações sem fins lucrativos.

Todas as atividades estão alinhadas com os programas do Governo Federal, com as políticas públicas, com a legislação e com as diretrizes da Eletrobras. Furnas reconhece os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades e acredita que o desenvolvimento sustentável é possível somente com a fusão de interesses econômicos, ambientais, culturais e sociais. Desta forma, a atuação social deixa de ser uma ação secundária para ser incorporada à gestão estratégica da empresa, em igual importância à dos demais interesses, contribuindo para o crescimento das comunidades com as quais interage.

Furnas passou a adotar postura proativa nos projetos socioculturais, apoiando iniciativas que buscam sustentabilidade a longo prazo. Em 2014, a empresa apoiou: ações de gênero e voluntariado; projetos sociais; patrocínio de eventos e cultural; combate à exploração de crianças e adolescentes; atendimento a situações emergenciais; e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a realização do projeto Movimento ODM Brasil 2015.

A política de responsabilidade social da empresa tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento humano, buscando uma sociedade sustentável, solidária e em equilíbrio com a natureza. Com esta política, a empresa ratifica seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, documentos orientadores de suas práticas empresariais.

O quadro a seguir apresenta, para o exercício de 2014, os principais indicadores sociais externos de Furnas, representados por seu dispêndio nas diversas categorias de projetos e ações sociais.

Indicadores Sociais Externos ^(*) Parcela Repassada - 2014			(R\$)
1	Categoria Projetos e Ações Sociais		5.571.413,65
1.1	Educação		379.774,02
1.2	Saúde e Segurança Alimentar		1.044.370,54
1.3	Infraestrutura		1.462.988,39
1.4	Geração de Trabalho e Renda		1.014.896,12
1.5	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente		64.874,29
1.6	Meio Ambiente		112.573,40
1.7	Cultura		482.290,02
1.8	Esporte e Lazer		630.125,51
1.9	Promoção da Cidadania		379.521,36
1.10	Desenvolvimento territorial e Comunidades Tradicionais (Dec. Nº 6040/07)		-
2	Doações		107.380,27
2.1	Doações de Recursos Financeiros		-
2.1.1	Doação Filantrópica		-
2.1.2	Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência		-
2.1.3	Doação para Situação Emergencial ou de Calamidade Pública		107.380,27
2.2	Doação de Bens e Serviços		-
2.3	Doações de Bens Inservíveis para a Empresa		-
3	Voluntariado		439.276,03
3.1	Investimento da Mobilização de Voluntários		100.541,61
3.2	Investimento no Apoio a Atividades do Voluntariado		338.734,42
3.3	Tempo do Empregado Investido no Voluntariado		-
4	Patrocínios Esportivos		967.322,27
4.1	Patrocínios Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)		838.153,53
4.2	Patrocínios não Incentivados		129.168,74
5	Patrocínios Culturais e Institucionais		6.688.787,64
5.1	Patrocínios Culturais não Incentivados		1.106.479,48
5.2	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)		3.685.626,00
5.3	Patrocínios Institucionais		1.896.682,16
Total de Investimentos			13.774.179,86

^(*) Apenas investimentos voluntários

Otimizando o investimento social e colaborando para o desenvolvimento das comunidades do entorno das instalações da empresa, as ações e projetos promovidos têm minimizado as externalidades negativas e potencializado as positivas, fortalecendo os negócios.

Investimento Cultural

Furnas participou do Programa Cultural das Empresas do Sistema Eletrobras 2014, fazendo uso dos incentivos da Lei Rouanet, com aporte de cerca de R\$ 1 milhão no apoio a produções artísticas no segmento de teatro infanto-juvenil. Utilizando os mesmos incentivos, foram também investidos aproximadamente R\$ 2,7 milhões em projetos de outros segmentos.

Com foco na cultura como elemento transformador de realidades por meio do estímulo à diversidade e à inclusão social, o Espaço Furnas Cultural ofereceu *shows* musicais, espetáculos teatrais e exposições, com acesso gratuito aos empregados e ao público externo. A maioria dos projetos que formaram a programação do Espaço Furnas Cultural, em 2014, foi selecionada em 2013 por meio do Edital de Ocupação. O investimento de R\$ 1 milhão foi empregado no patrocínio a 21 projetos, sendo 3 exposições, 11 shows musicais e 7 espetáculos teatrais, com público de, aproximadamente, 7,5 mil pessoas. Além destes, mais quatro projetos convidados formaram a grade de programação em 2014, três de música e uma exposição.

Investimento Esportivo

Alinhada aos esforços de entidades nos âmbitos municipal e federal na preparação para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, foram investidos aproximadamente R\$ 970 mil em iniciativas esportivas visando à inclusão social. Um dos projetos patrocinados, o Fla Olímpico, forma e mantém equipes de base das modalidades de natação, nado sincronizado e polo aquático, em grande parte com atletas de comunidades carentes, prevendo participação em competições e continuidade do treinamento.

Patrocínio a Eventos

Em 2014, Furnas patrocinou 16 eventos, sendo dois por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 14 por escolha direta.

Equidade de Gênero e Raça

O Comitê Pró-Equidade de Gênero apoia a Diretoria Executiva de forma permanente e sistemática no propósito de cumprir a política pró-equidade de gênero, promover a orientação da empresa em fóruns e analisar a legislação, entre outras questões.

Em 2014, Furnas conquistou Ouro no Prêmio WEP’s Brasil, na categoria empresa de grande porte, chancelado pelo Pacto Global da ONU e ONU Mulheres. O prêmio reconhece as corporações que promovem a igualdade de gênero em seus negócios e nas comunidades em que estão inseridas, com base nos sete princípios de empoderamento das mulheres. A empresa recebeu também o 4º Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Participação em Programas de Governo

Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep)

Furnas apoia a Secretaria Executiva do Coep, criado em 1993 e que reúne organizações públicas e privadas de todo o País e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano, social e sustentável. Desde o início de sua trajetória, o comitê estimula suas associadas a promoverem ações complementares às políticas públicas do Governo Federal.

Em 2014, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social:

- Encontro Nacional - “20 Anos de Avanços e Desafios na Promoção da Cidadania no Brasil”: evento que promoveu debates com especialistas sobre os três eixos de atuação da Rede Coep: erradicação da miséria; meio ambiente, clima e vulnerabilidade; e participação social, direitos e cidadania.
- Projeto - Tecnologia Social e Juventude – Empoderando Líderes: projeto que capacitou 52 jovens no desenvolvimento participativo de metodologia de reaplicação de tecnologias sociais.
- Publicação “Programa Comunidades Semiárido”, vol. 6 - apresenta os principais resultados das atividades voltadas à consolidação da metodologia de atuação desenvolvida pelo Coep.
- Rede Mobilizadores - Uma rede de incentivo à prática social - rede virtual que reúne pessoas com experiências e conhecimentos diversos, movidas por ideais de justiça e equidade social.
- Participação na 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 20) - realizado em Lima (Peru), de 1 a 12 de novembro.

Programa da Coleta Seletiva Solidária

Criado a partir do Decreto Federal nº 5.940/2006, o qual estabelece que a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta seja destinada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Este programa é monitorado pela Secretaria Geral da Presidência da República, sendo esta responsável pela avaliação semestral do andamento das atividades de coleta seletiva nas empresas públicas federais.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária de Furnas trabalha desde 2008 para o melhor aproveitamento de resíduos para reutilização e reciclagem. Desde o início da implantação do programa, mais de 1.300 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) foram destinadas a 31 cooperativas de catadores parceiras de várias unidades da empresa. Em 2014, a empresa destinou ao programa 215 toneladas de resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de centenas de famílias de catadores.

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu à A3P em outubro de 2012.

O Programa está fundamentado em cinco eixos temáticos: I – uso racional dos recursos naturais e bens públicos; II - gestão adequada dos resíduos; III - melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; IV - sensibilização e capacitação dos empregados; V - contratações públicas sustentáveis. O grupo de trabalho da A3P em Furnas recebe informações e traz inovações que contribuem para a incorporação de princípios e critérios de gestão socioambiental em todas as atividades da empresa, resultando em economia de recursos naturais, redução de gastos institucionais por meio do uso racional de bens públicos e melhora da qualidade de vida dos empregados.

Em 2014, foi elaborado o segundo Relatório de Avaliação de Desempenho. Furnas foi premiada pelo Ministério do Meio Ambiente por dois projetos inscritos na 5ª Edição do Prêmio A3P, tendo recebido também os Selos de Sustentabilidade na Administração Pública. Furnas foi a única empresa a ganhar os três Selos: Verde, Prata e Laranja, todos concedidos pelo Ministério do Meio Ambiente, que reconhece, assim, a gestão sustentável da empresa.

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado em 1994 pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Prodeem atende às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada a escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso.

Desde 2004, por força do Convênio 012/2004-MME/Furnas, a empresa é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem - PRC/Prodeem nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Em conformidade com as determinações do MME, foram realizadas 104 inspeções nos sistemas fotovoltaicos instalados nos estados da Região Sudeste e Goiás, com o objetivo de iniciar o processo de Cessão de Uso do Bem Público dos equipamentos/painéis fotovoltaicos aos diversos agentes públicos de âmbito federal, estadual e municipal, bem como às concessionárias de energia elétrica de seus respectivos estados. Deste universo, encontram-se no MME sete processos de transferência patrimonial para obtenção das respectivas cessões, segundo a legislação vigente.

Durante o exercício de 2014, Furnas realizou 43 serviços de manutenção corretiva para a recuperação da capacidade operativa dos sistemas fotovoltaicos instalados nos estados citados e a desativação de nove sistemas situados em comunidades que foram beneficiadas pelo “Programa Luz para Todos”, com a instalação de redes de distribuição de energia convencional das concessionárias de energia elétrica.

Programa Luz para Todos (PLpT)

Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2003, coordenado pelo MME e operacionalizado com a participação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e das empresas que compõem o sistema Eletrobras, o programa tem por objetivo levar energia elétrica, gratuitamente, à população rural que ainda não tem acesso a este serviço público e fazer da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas.

Por meio do Decreto 7520, de 8 de julho de 2011, o Programa Luz para Todos teve seu prazo prorrogado para o período de 2011 a 2014, e implementada pelo Governo Federal sua integração aos programas Territórios da Cidadania e Plano Brasil sem Miséria, com o intuito de assegurar que a eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, crescimento da demanda por energia elétrica e aumento da renda e inclusão social da população beneficiada.

Com respeito ao objetivo básico, foram incluídos outros beneficiários, como a população de assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras localizadas em reservas extrativistas, bem como escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

Em 2014, na área de atuação de Furnas, o PLpT realizou 4.132 ligações, que beneficiaram 20.660 pessoas, considerando o realizado em três estados – Rio de Janeiro (1.251 ligações), São Paulo (894 ligações) e Goiás (1.987 ligações). Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais foram considerados universalizados, uma vez que concluíram o número de ligações contratadas.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social do País, Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica, e incorporando os processos associados ao ecossistema florestal.

A atuação da empresa é orientada por suas políticas ambientais, que consideram aspectos legais, além de práticas e experiências acumuladas, na busca da integração harmônica de seus empreendimentos com o meio ambiente.

Licenciamento Ambiental

Para efetiva observância da regularidade dos empreendimentos de Furnas, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

Em 2014, foi desenvolvido, no Sistema de Acompanhamento de Licenciamento Ambiental (SALA), o módulo de pendências críticas e comunicação. A nova ferramenta permitirá melhor gestão do atendimento das condicionantes ambientais, otimizando a comunicação entre as áreas ambiental e fundiária de Furnas.

No exercício, foram obtidas as seguintes licenças ambientais:

Licença de Instalação	Licença de Instalação e Operação	Licença de Operação
LT 138 kV Santa Cruz-Jacarepaguá T.02	LT 138 kV Santa Cruz-Jacarepaguá (Reconstrução)	LT 345kV Itapeti - Nordeste
LT 138 kV Santa Cruz-Jacarepaguá T.30		
LT 230kV Mascarenhas - Linhares		SE Vitória
SE Abaixadora de Samambaia		SE Zona Oeste
SE Jacarepaguá 13 R		SE São José

Compensação Ambiental e Programas Ambientais

Foi investido, no ano, cerca de R\$ 1,5 milhão em compensação ambiental, referente à UHE Corumbá e à UTE Santa Cruz. Em programas ambientais, Furnas investiu mais de R\$ 80 milhões ao longo do exercício.

Mudanças Climáticas

Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas. Desde 2013, foram instituídas metas de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2014, a empresa atingiu a meta estabelecida, com redução de 2% em energia elétrica consumida e aumento de 4% em utilização de combustíveis renováveis.

Ademais, em 2014, Furnas iniciou sua participação no Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCEEP), promovida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVces) em parceria com a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio). A iniciativa estabelece um simulado de mercado de carbono com o objetivo de engajamento de empresas brasileiras frente às mudanças climáticas, à gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e à proposição de políticas públicas.

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Desde 2008, Furnas é membro do programa brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol*. O GHG Protocol é uma ferramenta desenvolvida, originalmente, pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e pelo *World Resources Institute* (WRI) para que as empresas possam efetuar a medição e gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita. Estas informações são requeridas hoje pelos índices de sustentabilidade empresarial nos mercados nacional (ISE Bovespa) e internacional (*Dow Jones Sustainability Index*).

No exercício, Furnas conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Selo Ouro em seu Inventário de Emissões de Gases Estufa 2014, referente ao ciclo 2013.

Biodiversidade

Furnas mantém parceria com o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), área protegida (12.500 hectares), considerada a maior floresta urbana do mundo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e por onde passam 11 linhas de transmissão da empresa, com tensões de 138 kV e 345 kV. Em 2014, a empresa realizou a formatura de 120 adolescentes da comunidade do entorno do parque no Projeto Lobinho Guará, em parceria com a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros (FABOM). O objetivo da iniciativa foi propagar conhecimentos de cidadania e preservação do meio ambiente, em especial sobre os riscos das queimadas.

Reflorestamento

Em 2014, foram plantadas cerca de cinco mil mudas no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Marimbondo.

Gestão da Questão Indígena

A parceria de Furnas com a Funai e com a comunidade indígena avá-canoeiro ocorre desde 1992, com a implantação da UHE Serra da Mesa, em Goiás, quando foi ajustado o termo de convênio estabelecendo ações compensatórias devido à interferência em parte do *habitat* tradicional deste povo indígena. Em 2012, novo convênio foi firmado com a Funai, dando continuidade à compensação prevista.

Foram concluídos, em 2014, os trâmites necessários ao processo de doação do terreno onde será construído o Centro Técnico Cultural Avá-Canoeiro, na cidade de Minaçu, em Goiás. Em 2015, será consolidada a doação, com transferência em cartório para a Funai.

Educação Ambiental

Nas usinas hidrelétricas de Batalha e Simplício, assim como na linha de transmissão Anta-Simplício, os Programas de Educação Ambiental (PEAs) vêm capacitando a população diretamente afetada em técnicas de gestão de resíduos, práticas sustentáveis em agricultura e elaboração de projetos de intervenção socioambiental. Também são ministradas palestras sobre doenças carreadas por meio hídrico e para convívio com as Áreas de Preservação Permanente (APPs), reservatórios e linhas de transmissão. Na área de influência da UHE Batalha, cinco famílias foram capacitadas na oficina de meliponicultura (criação de abelhas com e sem ferrão para produção de mel e derivados).

Na usina hidrelétrica de Marimbondo, o PEA também vem capacitando a população diretamente afetada, estimulando a gestão ambiental da APP, do reservatório e da região, nos municípios limieiros de Fronteira, em Minas Gerais, e Colômbia, Guaraci e Icém, em São Paulo. Em 2014, cerca de 1.400 pessoas foram assistidas na UHE Marimbondo, entre funcionários, educadores e sociedade civil.

Adicionalmente, em 2014, Furnas deu início ao diagnóstico para o novo PEA da usina hidrelétrica de Funil. Durante o ano, foram realizadas seis reuniões com a Secretaria de Assistência Social de Itatiaia (RJ). O programa tem como público-alvo comunidades vulneráveis e impactadas pelo empreendimento, comunidade escolar e funcionários da usina.

Comunicação Ambiental

Cerca de 8.600 pessoas das comunidades afetadas por empreendimentos de Furnas foram atendidas nos Programas de Comunicação Social (PCS). Proprietários, representantes de governo e estudantes são o principal público-alvo das campanhas de comunicação e palestras realizadas.

No entorno das usinas hidrelétricas de Batalha e Simplício e da linha de transmissão Anta-Simplício, o trabalho foi complementar ao realizado ainda na fase de construção destes empreendimentos. Nas usinas hidrelétricas de Marimbondo e Funil, a atuação foi produto de licenciamento corretivo. Por fim, na linha de transmissão Itapeti-Nordeste, de pequena extensão, o PCS atendeu os proprietários de condomínios das áreas de influência.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

	PMEQA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Imbariê, Ivaiporã, Poços de Caldas e São José	Adrianópolis, Campinas, Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Jacarepaguá, Poços de Caldas, São José e Zona Oeste	Adrianópolis, Viana, Vitória, Poços de Caldas e São José
Usina Hidrelétrica (UHE)	Marimbondo, Porto Colômbia e Simplício	Funil, Porto Colômbia e Simplício	Funil, Porto Colômbia e Simplício
Usina Termelétrica (UTE)	Campos	Santa Cruz	

Em relação ao monitoramento da qualidade da água nos reservatórios da empresa, foi renovado, em 2014, este serviço para a UHE Batalha. Nas UHEs Itumbiara, Marimbondo e Funil, os contratos de monitoramento, iniciados em 2013, foram mantidos, atendendo ao cronograma de implementação das diretrizes padronizadas pela área técnica em todos os reservatórios de Furnas.

Gestão Fundiária

A liberação de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica segue algumas premissas dentro do ordenamento jurídico vigente, entre as quais destaca-se a recomposição do *modus vivendi* das famílias atingidas, no mínimo similar ao encontrado à época do cadastro socioeconômico.

Em 2014, foram liberadas 530 propriedades, conforme apresentado a seguir.

Empreendimento	Total de Propriedades Atingidas	Total de Propriedades Liberadas	Valor Despendido em 2014 (R\$)
LT 230 kV Mascarenhas-Linhares	177	133	2.191.964,00
LT 138 kV Batalha-Paracatu 1	121	121	906.902,00
LT 230 kV Xavantes-Pirineus	88	65	4.567.150,00
UHE Batalha	211	211	3.325.926,00
Total	597	530	10.991.942,00

Após a implantação dos empreendimentos, é feito monitoramento junto às famílias desamparadas reassentadas no meio urbano e rural, com o objetivo de verificar a adaptação ao novo imóvel.

Além das ações citadas, Furnas presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em atendimento às condicionantes ambientais do Ibama. No momento, estão sendo acolhidas cerca de 560 famílias rurais atingidas pela implantação das usinas hidrelétricas de Batalha e Simplício, importando em montante total aproximado de R\$ 5 milhões. No ano de 2014, deste total, foram investidos mais de R\$ 700 mil. O serviço perdurará por pelo menos três anos.

CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

O uso racional da energia é fundamental para o País, dado o elevado custo social e econômico que a escassez deste recurso acarreta. Para disseminar padrões de consumo sustentáveis, Furnas empreende diversas ações para estímulo ao uso consciente de bens coletivos, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Estas ações, sob as diretrizes da Eletrobras/Procel, são realizadas por pessoal do próprio quadro e por meio de parcerias com secretarias estaduais e municipais de educação, energia, ambiente, obras e cultura, universidades, associações comerciais e industriais, órgãos da defesa civil, parques públicos e organizações não-governamentais.

As iniciativas da empresa são direcionadas a duas vertentes, educacional, que consiste na realização de atividades de informação e sensibilização para práticas sustentáveis de consumo, e técnica, que consiste na realização de estudos e projetos para melhorias em instalações e sistemas elétricos de áreas públicas e privadas de modo a torná-los energeticamente eficientes.

Em 2014, Furnas participou do Projeto de Melhoria da Iluminação Pública, no qual colabora com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), desenvolvido pela Eletrobras/Procel e implementado pelas concessionárias distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica, atendendo à determinação do Governo Federal quanto ao combate ao desperdício e estímulo ao uso eficiente de energia elétrica. Promove-se assim a melhoria das condições de iluminação pública dos municípios do País, com reflexos positivos no bem-estar da população.

No exercício, foi concluída a obra de modernização da iluminação pública de Anápolis, município de Goiás. Mais de 41 mil pontos de luz foram substituídos, ficando 100% da iluminação pública do município com equipamentos eficientes. A diminuição no consumo de energia foi de 13 mil MWh/ano, além de uma demanda evitada de 2,9 mil kW no horário de ponta do sistema. Estes resultados geram economia anual de cerca de R\$ 450 mil (sem impostos) nos gastos da administração municipal com eletricidade. O investimento necessário à execução do projeto foi de R\$ 21 milhões. Deste total, 75% foram obtidos por Furnas junto à Eletrobras por meio de linha de crédito e financiado à Prefeitura de Anápolis. Os demais 25% foram a contrapartida da administração municipal.

PREMIAÇÕES

Por seu destacado desempenho em diversas áreas de atuação no ano de 2014, Furnas foi agraciada com as premiações a seguir:

Entidade	Premiação
Anefac / Pipecafi / Serasa Experian	Destaque do Troféu Transparência
ODM Brasil	5º Prêmio Objetivos do Milênio
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	5º Prêmio A3P – Melhores Práticas de Sustentabilidade
CRC-RJ / Fecomércio / Firjan	Certificado Empresa Cidadã
Ministério das Minas e Energia (MME) / Eletrobras	Condecoração por participação no Procel
Aberje	Prêmio Aberje 2014 – Projeto Furnas Educa
WEP	Prêmio WEP Brasil 2014
Ministério do Esporte	Medalha Empresário Amigo do Esporte
O Globo	Medalha do 32º Intercolegial

Merecem ainda destaque o fato de Furnas ter sido a única instituição a receber do MMA os selos Verde, Laranja e Prata da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), durante a celebração dos 15 anos de existência da entidade, e a condecoração, pela Anefac, do Diretor de Finanças, Nilmar Sisto Foletto, com o 30º Prêmio Profissional do Ano.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2014			2013		
1. Geração e Distribuição de Riqueza	R\$ Mil			R\$ Mil		
Valor Adicionado Total	2.887.478			2.308.441		
Distribuição do Valor Adicionado	32,3% governo 38,0% empregados			29,0% governo 52,9% empregados		
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Financeiras	0% acionistas 21,9% financiadores 7,8% outros			0% acionistas 11,1% financiadores 7,0% outros		
2. Recursos Humanos						
2.1. Remuneração						
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ Mil)	1.129.711			1.542.746		
- Empregados (R\$ Mil)	1.124.772			1.538.140		
- Administradores (R\$ Mil)	4.939			4.606		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	36			47		
- Administradores	1			1		
2.2. Benefício Concedido	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre ROL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre ROL
Encargos Sociais	243.615	21,56	3,94	384.622	24,93	8,96
Alimentação	58.801	5,20	0,95	59.482	3,86	1,39
Transporte	924	0,08	0,01	498	0,03	0,01
Previdência privada	33.633	2,98	0,54	28.962	1,88	0,67
Saúde	133.167	11,79	2,15	117.876	7,64	2,75
Segurança e medicina do trabalho	9.968	0,88	0,16	9.796	0,63	0,23
Educação	3.945	0,35	0,06	3.836	0,25	0,09
Cultura	1.745	0,15	0,03	1.735	0,11	0,04
Capacitação e desenvolvimento profissional	20.663	1,83	0,33	18.021	1,17	0,42
Creches ou auxílio creche	12.817	1,13	0,21	12.415	0,80	0,29
Participação nos lucros ou resultados	58.159	5,15	0,94	88.504	5,74	2,06
Outros	47.812	4,23	0,77	335.454	21,74	7,82
Total	625.249	55,33	10,09	1.061.201	68,78	24,73
2.3. Composição do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados	3.517			3.547		
Nº de admissões	53			47		
Nº de demissões	83			1.067		
Nº de estagiários	488			445		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais	249 ⁽¹⁾			247		
Nº de prestadores de serviços terceirizados	1.330			1.339		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	2.968			2.995		
- Feminino	549			552		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	535			658		
- De 36 a 60 anos	2.743			2.688		
- Acima de 60 anos	239			201		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			0		
- Com ensino fundamental	116			119		
- Com ensino médio	334			339		
- Com ensino técnico	1.061			1.068		
- Com ensino superior	1.082			1.129		
- Pós-graduados	924			892		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	79,71			79,40		
- Feminino	20,29			20,60		
2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas	2014			2013		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	850			914		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	496			324		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	577			362		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ Mil)	29.163			23.050		
3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo						
3.1. Relacionamento com a Comunidade	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL
Totais dos investimentos em:						
Educação	2.869	0,21	0,05	3.294	-1,12	0,08
Cultura	8.307	0,62	0,13	11.024	-3,76	0,26
Saúde e infraestrutura	7.746	0,58	0,13	9.295	-3,17	0,22
Esporte e lazer	2.538	0,19	0,04	2.712	-0,92	0,06
Alimentação	841	0,06	0,01	2.300	-0,78	0,05
Geração de trabalho e renda	1.708	0,13	0,03	1.252	-0,43	0,03
Outros	4.824	0,36	0,08	2.525	-0,86	0,06
Total dos investimentos	28.833	2,15	0,47	32.402	-11,04	0,76
Tributos (excluídos encargos sociais)	933.862	69,44	15,11	668.341	-227,85	15,57
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	133.542	9,93	2,16	164.000	-55,91	3,82
Total – Relacionamento com a Comunidade	1.096.237	81,52	17,74	864.743	-294,80	20,15
3.2. Interação com os Fornecedores	<p>Nos editais de licitação, são exigidas declarações dos fornecedores de que os mesmos não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menores de 16 anos, exceto aqueles maiores de 14 anos empregados na condição de aprendizes e, também, de que não possuem, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.</p> <p>A empresa exige ainda declaração de não estarem sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, em consonância com a Política de Sustentabilidade das empresas Eletrobras, adotada por Furnas.</p> <p>O documento "Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores" (disponível em www.furnas.com.br/fornecedores) é parte integrante dos editais de licitação. Além disso, nos contratos há cláusula específica sobre o Código de Ética pela qual "A Contratada declara conhecer e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das empresas Eletrobras, que se encontra disponível no endereço eletrônico da empresa, sob pena de submeter-se às sanções previstas no presente instrumento contratual".</p>					
4. Interação com o Meio Ambiente	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre ROL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	41.167	3,06	0,67	50.796	-17,32	1,18
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	33.920	2,52	0,55	49.494	-16,87	1,15
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	857	0,06	0,01	57	-0,02	0,00
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.326	0,32	0,07	31.228	-10,65	0,73
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Total da Interação com o Meio Ambiente	80.270	5,96	1,30	131.575	-44,86	3,06
5. Outras Informações	2014			2013		
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.182.015			4.292.195		
Resultado Operacional (RO)	1.344.862			-293.322		

⁽¹⁾ Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	6	1.692	6.696
Títulos e valores mobiliários	7	667.750	715.812
Clientes	8	861.665	870.458
Remuneração das participações societárias		113.186	82.536
Impostos e contribuições sociais	10	234.202	118.085
Almoxarifado	12	22.789	21.454
Indenizações das concessões	13	1.344.476	1.499.440
Outros	14	202.306	149.009
		3.448.066	3.463.490
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Clientes	8	442.098	560.469
Impostos e contribuições sociais	10	-	457.909
Almoxarifado	12	97.066	90.856
Cauções e depósitos vinculados	11	477.926	518.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	18.075	60.789
Ativo financeiro – concessões do serviço público	9	7.529.487	6.389.473
Indenizações das concessões	13	-	630.912
Outros	14	83.826	128.415
		8.648.478	8.837.219
Investimentos	15	5.344.317	4.818.716
Imobilizado	16	5.924.242	5.908.998
Intangível	17	107.581	111.388
		20.024.618	19.676.321
TOTAL DO ATIVO		23.472.684	23.139.811

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
CIRCULANTE			
Fornecedores	18	750.285	411.869
Financiamentos e empréstimos	19	507.770	431.464
Impostos e contribuições sociais	20	304.805	287.856
Concessões a pagar – uso do bem público	24	1.561	1.590
Obrigações estimadas	21	224.293	391.569
Encargos setoriais	22	138.094	128.265
Benefícios pós-emprego	23	77.341	72.945
Outros	28	32.496	49.215
		2.036.645	1.774.773
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	19	8.419.890	7.514.980
Impostos e contribuições sociais	20	689.875	739.705
Concessões a pagar – uso do bem público	24	35.877	38.090
Provisões para riscos	25	509.291	555.309
Benefícios pós-emprego	23	303.929	227.066
Adiantamentos para futuro aumento de capital	26	38.530	34.740
Provisão para contratos onerosos	27	969.935	1.001.219
Encargos setoriais	22	95.147	76.601
Outros	28	1	1
		11.062.475	10.187.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29		
Capital social		6.531.154	6.531.154
Reservas de capital		5.123.332	5.528.986
Outros resultados abrangentes		(1.280.922)	(882.813)
		10.373.564	11.177.327
TOTAL DO PASSIVO		23.472.684	23.139.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	6.182.015	4.292.195
CUSTO OPERACIONAL	31	(4.672.699)	(3.677.936)
Custo com energia elétrica		(1.942.894)	(1.074.685)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.519.260)	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica		(423.634)	(400.711)
Custo de operação		(2.729.805)	(2.603.251)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.856.629)	(1.950.131)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(492.843)	(278.997)
Utilização de recursos hídricos		(133.542)	(164.000)
Depreciação e amortização		(222.476)	(185.816)
Outros		(24.315)	(24.307)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	31	(669.512)	(582.073)
LUCRO BRUTO		839.804	32.186
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	32	505.058	(325.508)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.344.862	(293.322)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	15	(887.111)	151.780
RESULTADO FINANCEIRO	33	(457.995)	(524.079)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(244)	(665.621)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(405.410)	(151.889)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(405.654)	(817.510)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Prejuízo do exercício	(405.654)	(817.510)
Outros resultados abrangentes:		
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(311.795)	284.111
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários	(86.321)	(257.016)
Outros:		
Ajuste acumulado de conversão em investida	7	13
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(803.763)	(790.402)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.031.154	5.690.383	656.113	-	(909.921)	11.467.729
Integralização de AFAC da Eletrobrás	500.000	-	-	-	-	500.000
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	13	13
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	27.095	27.095
Prejuízo do exercício	-	-	-	(817.510)	-	(817.510)
Destinação do resultado:						
Absorção do prejuízo do exercício ^(a)	-	-	(656.113)	656.113	-	-
Absorção do prejuízo do exercício ^(a)	-	(161.397)	-	161.397	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.531.154	5.528.986	-	-	(882.813)	11.177.327
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	7	7
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	(398.116)	(398.116)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(405.654)	-	(405.654)
Destinação do resultado:						
Absorção do prejuízo do exercício ^(a)	-	(405.654)	-	405.654	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.531.154	5.123.332	-	-	(1.280.922)	10.373.564

^(a) De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244)	(665.621)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação e amortização	222.476	185.816
Variação monetária/cambiais líquidas	(219.074)	(264.929)
Renda de aplicação financeira	(76.195)	(42.793)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(58.821)	(67.806)
Encargos financeiros	819.278	509.576
Resultado de equivalência patrimonial	887.111	(151.780)
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	65.516	60.532
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(46.018)	(309.869)
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal (Preq)	(21.789)	222.044
Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos	(31.284)	(488.996)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(47.225)	32.067
Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro	(496.195)	496.197
Despesas Financeiras (Multa e Juros sobre novos parcelamentos)	-	298.588
Baixa de imobilizado	3.594	24.558
Receita de ativo financeiro pela RAP	(212.283)	(172.204)
Provisão para perda de investimento	-	6.212
Encargos da reserva global de reversão	285.055	317.207
Subtotal	1.073.903	(11.201)
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	379.474	(252.959)
Fornecedores	256.338	329.571
Pagamento de encargos financeiros	(754.836)	(591.928)
Pagamento de encargos setoriais	(306.623)	(421.348)
Pagamento de PREQ	(9.941)	(398.322)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	237.976	198.460
Recebimento de encargos financeiros	857	5.834
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(275.639)	(45.407)
Cauções e depósitos vinculados	54.002	(49.800)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(64.232)	(63.654)
Recebimento de RAG	-	561.013
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	-	(251.839)
Pagamento à entidade de previdência complementar	(83.593)	(78.851)
Demais ativos e passivos	(303.841)	195.148
Subtotal	(870.058)	(864.082)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	203.844	(875.284)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.178.401	1.609.368
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(363.116)	(534.909)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	815.285	1.074.459
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo financeiro	(669.513)	(582.073)
Recebimento de Indenizações Lei 12.783	1.154.767	1.914.774
Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável	124.258	(163.741)
Aquisições de ativo imobilizado	(174.386)	(361.020)
Aquisições de ativo intangível	(15.897)	(34.182)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.505.928)	(1.125.632)
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias	62.566	156.933
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.024.133)	(194.941)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.004)	4.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.696	2.462
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.692	6.696
	(5.004)	4.234

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	6.924.311	4.963.382
Outras receitas operacionais	134.029	5.973
Menos:		
Insumos		
Custo de energia comprada	(1.942.894)	(673.974)
Materiais	(32.035)	(36.930)
Serviços de terceiros	(727.175)	(692.066)
Outros custos operacionais	(1.506.986)	(1.763.598)
	2.849.250	1.802.787
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		
Depreciação e amortização	(222.476)	(185.816)
Constituição/reversão de provisões	567.055	(11.972)
	3.193.829	1.604.999
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		
Receitas financeiras (transferências)	580.759	551.662
Equivalência patrimonial	(887.111)	151.780
	2.887.477	2.308.441
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	1.097.419	1.221.135
Governo (impostos e contribuições)	933.862	668.341
Encargos financeiros e variação monetária	1.038.754	1.075.740
Encargos setoriais	223.096	160.735
Prejuízo do exercício	(405.654)	(817.510)
TOTAL	2.887.477	2.308.441

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.2.2 Subestações do sistema de transmissão de Furnas

SUBESTAÇÕES DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO			
Empreendimentos não afetados pela Lei nº 12.783/2013			
Nome		Localização	
Zona Oeste (*)		Rio de Janeiro/RJ	
Empreendimentos renovados nos termos da Lei nº 12.783/2013 – O&M			
Nome	Localização	Nome	Localização
Adrianópolis	Nova Iguaçu/RJ	Itaberá	Itaberá/SP
Angra	Angra dos Reis/RJ	Itutinga	Itutinga/MG
Araraquara	Araraquara/SP	Ivaiporã	Manoel Ribas/PA
Bandeirantes	Aparecida de Goiânia/GO	Jacarepaguá	Rio de Janeiro/RJ
Barro Alto	Barro Alto/GO	Macaé	Macaé/RJ
Brasília Geral	Distrito Federal/DF	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes/SP
Brasília Sul	Macaé/RJ	Niquelândia	Niquelândia/GO
Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista/SP	Pirineus	Anápolis/GO
Campinas	Campinas/SP	Poços de Caldas	Poços de Caldas/MG
Campos	Campos dos Goytacazes/RJ	Resende	Resende/RJ
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu/PA	Rio Verde	Rio Verde/GO
Grajaú	Rio de Janeiro/RJ	Rocha Leão	Rio das Ostras/RJ
Guarulhos	São Paulo/SP	Samambaia	Distrito Federal/DF
Gurupi	Gurupi/TO	São José	Belfort Roxo/RJ
Ibiúna	Ibiúna/SP	Tijuco Preto	Mogi das Cruzes/SP
Imbariê	Duque de Caxias/RJ	Viana	Viana/ES
Iriri	Macaé/RJ	Vitória	Serra/ES
Empreendimentos mediante Sociedades de Propósito Específico (SPEs)			
Nome	Localização	Nome	Localização
Itatiba	Itatiba/SP	Jataí	Jataí/GO
Quirinópolis	Quirinópolis/GO	Mineiros	Mineiros/GO
Edéia	Edéia/GO	Morro Vermelho	Morro Vermelho/GO
Corumbá	Caldas Novas/GO	Trindade	Trindade/GO
Luziânia	Luziânia/GO	Viana 2	Viana/ES
Estação Retificadora nº 2 CA/CC 500/±600 kV	Porto Velho/RO	Estação Inversora nº 2 CA/CC ±600/500 kV	Araraquara/SP

(*) Construída pela TKCSA a partir do seccionamento da LT 500 kV Angra-Grajaú, de propriedade de Furnas, com a finalidade de conectar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) à rede básica do SIN, atualmente é de propriedade desta empresa, mas será transferida para Furnas por meio de termo de transferência não onerosa, conforme legislação vigente. Esta transferência ainda não foi realizada em virtude de ajustes no CCT - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, que estão sendo negociados entre TKCSA, Furnas e Aneel.

SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS A USINAS	
Empreendimentos não afetados pela Lei nº 12.783/2013	
Nome	Localização
SE da Usina de Batalha	Paracatu/MG
SE da Usina de Campos	Campos dos Goytacazes/RJ
SE da Usina de Itumbiara	Araporã/MG
SE da Usina de Mascarenhas de Moraes	Ibiraci/MG
SE da Usina de Santa Cruz	Rio de Janeiro/RJ
SE da Usina de São Gonçalo	São Gonçalo/RJ
SE da Usina de Simplicio	Sapucaia/RJ
Empreendimentos afetados pela Lei nº 12.783/2013	
Nome	Localização
SE da Usina de Corumbá	Caldas Novas/GO
SE da Usina de Funil	Itatiaia/RJ
SE da Usina de Furnas	São José da Barra/MG
SE da Usina de Luiz Carlos Barreto de Carvalho	Pedregulho/SP
SE da Usina de Marimbondo	Fronteira/MG
SE da Usina de Porto Colômbia	Planura/MG
Mediante SPEs	
Nome	Localização
SE da Usina de Baguari	Região Leste/MG
SE da Usina de Foz do Chapecó	Águas de Chapecó/SC
SE da Usina de Peixe Angical	Peixe/TO
SE da Usina de Retiro Baixo	Pompéu/MG
SE da Usina de Santo Antônio	Porto Velho/RO
SE da Usina de Serra do Facão	Catalão/GO
Parceria Público Privada (PPP)	
Nome	Localização
SE da Usina de Manso	Chapada dos Guimarães/MT
SE da Usina de Serra da Mesa	Minasçu/GO

2.2.3 Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPE) em projetos de transmissão:

Investida	Linhas	Km (m/c)	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas – Pimenta 2	62,7		04.03.2005	30 anos
Goias Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade	193	Trindade em 500/230 kV – 1.200 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade – Xavantes	37			
	LT 230 kV Trindade – Carajás	29			
IE Madeira	LT 600 kV Porto Velho – Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	26.02.2009	30 anos
			Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	26.02.2009	
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia	100	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto	88	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia		
			Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto		
MGE Transmissão	LT 500 kV CS Mesquita – Viana 2	248	SE Viana 2 500/345 kV – 900 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV CD Viana 2 – Viana	10			
Transenergia Renovável	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	52		23.04.2009	30 anos
	LT 230 kV CD Chapadão – Jataí	256			
	LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	60	Edéia em 230 kV – 150 MVA		
	LT 138 kV CS Jataí – Mineiros	65	Jataí em 138 kV – 225 MVA		
	LT 138 kV CS Mineiros - Morro Vermelho	60			
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Jataí	51	Mineiros em 138 kV		
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Perolândia		Morro Vermelho em 138 kV		
Transenergia São Paulo	LT 138 kV CS Mineiros - UTE Água Emendada		Quirinópolis em 138 kV – 225 MVA		
	LT 138 kV CS Morro Vermelho - Alto Taquari	31			
	LT 138 kV CS Edéia - UTE Tropical Bioenergia I	49			
	2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	1	Itatiba 500/138 kV	19.11.2009	30 anos
			Entrada de linha 500 kV SE Campinas e SE Ibiúna		
Transirapé	LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	65		15.03.2005	30 anos
Transleste	LT 345 kV Montes Claros – Irapé	138		18.02.2004	30 anos
Transudeste	LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	140		04.03.2005	30 anos
Consórcio Caldas Novas			Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138 kV (150 MVA) de propriedade de Furnas	16.06.2011	30 anos
Luziânia- Niquelândia Transmissora			SE Niquelândia 230/69 kV	16.04.2012	30 anos
Paranaíba Transmissora	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas				
	LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia	967		02.05.2013	30 anos
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2				
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis, CS	296,5		14.08.2013	30 anos
Vale do S. Bartolomeu Transmissora	LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2				
	LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul - C3	94,5	SE Brasília Leste 500/138 kV	09.10.2013	30 anos
	LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3				
Mata de Sta. Genebra Transmissora	LT 500 kV Itatiba – Bateias		SE Santa Bárbara D'Oeste 440 Kv		
	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba	847	SE Itatiba 500 kV	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias		SE 500/440 kV Fernão Dias		
Lago Azul Transmissora	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2	69		14.05.2014	30 anos
Belo Monte Transmissora	LT 800 kV Xingu-Estreito, CC	2.092	Estação Conversora Xingu – 4.000 MW	16.06.2014	30 anos
Energia Olímpica S.A.	LT 138 kV Barra da Tijuca – SE Olímpica	n/d	SE Olímpica 138/13,8 kV – 120 MVA	Regime especial	Regime especial
	LT 138 kV Gardênia – SE Olímpica				

(1) Valores aproximados.
Nota: SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

O quantitativo de subestações de Furnas pode ser assim resumido:

Sistema de Furnas (afetados e não afetados pela Lei nº 12.783/2013)	
Transmissão	35
Associadas a usinas	13
Subtotal	48
Mediante Parceria Público Privada PPPs	
Transmissão	-
Associadas a usinas	2
Subtotal	2
Mediante SPEs	
Transmissão	12
Associadas a usinas	6
Subtotal	18
Total geral	68

(*) Informação não auditada.

2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

O VNR, determinado pela Administração, foi calculado a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/12, conforme descrito na Nota 1, em dezembro de 2012, sendo reajustado para 31 de dezembro de 2013. Este valor, porém, não pode ser considerado como o de indenização.

2.3.1 Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores indenizados e a indenizar bem como os pleitos daqueles itens ainda não sujeitos a indenização.

2.3.1.1 Pleitos ainda não homologados

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Geração		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	673.030	683.330
Transmissão		
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	4.530.060	4.530.060
Total	6.198.808	6.209.108

2.3.1.2 Pleito homologado - indenizado e a indenizar

Indenizações previstas pela Lei nº 12.783/2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	2.130.352	3.712.088
Recebimentos	(1.154.766)	(1.914.774)
Atualização monetária	368.890	333.038
Saldo final	1.344.476	2.130.352
Total circulante	1.344.476	1.499.440
Total não circulante	-	630.912

2.3.2 Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio:

Para a geração, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu regras para o cálculo das indenizações dos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, no âmbito da Lei nº 12.783/2013 que é de 180 dias após o protocolo de manifestações (art. 4º, §1º), encaminhada por Furnas em 27/12/2013. Posteriormente, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 615 de 17 de junho de 2014, alterou a redação do art. 4º da Resolução Normativa nº 596, estabelecendo a data de até 31 de dezembro de 2015, para comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.

Para a transmissão, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização das instalações. Essa resolução estabelece que a concessionária contrate uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31/12/2012. Furnas encaminhou à Aneel, em 27/12/2013, cronograma com os marcos para entrega desse laudo, cuja previsão era 31/12/2014. Em 23/12/2014 houve comunicação a Aneel de reprogramação de entrega do referido laudo, tendo como nova previsão a data de 31/03/2015.

2.3.2.1 Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

Descritivo	31.12.2014 e 31.12.2013		
	Valor contábil líquido	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber (*)
Usinas			
UHE Furnas	514.825	606.859	514.825
UHE Estreito	480.893	659.483	480.893
Total	995.718	1.266.342	995.718

(*) Valores sujeitos à homologação da Aneel.

Para o cálculo da indenização a receber foi adotado o critério do VNR ou valor contábil líquido, dos dois o menor.

2.3.2.2 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Valor contábil líquido	709.686	683.330
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

2.3.2.3 Transmissão - Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

Investimentos até maio 2000	31.12.2014 e 31.12.2013
Valor contábil líquido	4.530.060
Valor novo de reposição (VNR)	6.458.231
Valores a receber (*)	4.530.060

(*) Valores sujeitos à homologação da Aneel.

2.3.2.4 Impactos de Contrato Oneroso

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Geração		
Marimbonbo	25.989	2.336
Furnas	168.701	12.182
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	34.538	15.526
Funil	132.219	95.903
Total geração	361.447	125.947
Transmissão		
Contrato nº 062/2001	608.488	875.272
Total transmissão	608.488	875.272
Total	969.935	1.001.219

Informações complementares acerca da provisão para perdas com contrato oneroso estão descritas na nota 27.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de disposições normativas de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional.

Cabe destacar que as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e os depósitos bancários.

3.2.2 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que na Empresa, no momento, não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.2.4 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

3.2.5 Almoxxarifado

Os materiais em almoxxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento e estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.6 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que é administrado em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

3.2.6.1 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. A RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

3.2.6.2 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

3.2.7 Investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)

Furnas possui participações em empreendimentos de propósitos específicos, sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.8 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – *Contratos de Concessão* (item 111).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão* – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada (Vide nota 16).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

O Poder Concedente, representado por Agência Reguladora, é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

3.2.9 Ativo intangível

É registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente a taxa implícita do projeto.

3.2.9.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.9.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), onde determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.10 Provisão ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que refleta uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.11 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.11.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.11.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.11.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

3.2.11.3.1 Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.11.3.2 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.11.3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.11.3.4 Instrumentos financeiros por categoria

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 38.1.

3.2.12 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.13 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.2.14 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a Empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível. A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos.

A Empresa reconhece receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;
- operação e manutenção de usinas, linhas e subestações de transmissão, de concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013;
- remuneração de ativo financeiro de transmissão;
- construção; e
- outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão, reajustada anualmente pelo IGP-M e por reforços e melhorias que entraram em operação no período.

As concessões de geração alcançadas pela Lei nº 12.783/2013 passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela Aneel. A RAG será objeto de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada cinco anos e suas cotas serão vendidas ao mercado regulado.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.2.18 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "Outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período. Neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, quando incorridas, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

3.2.19 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são apresentadas como informação adicional.

3.2.22 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas de: Batalha, Simplício, Teles Pires, Foz do Chapecô, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio.

3.3 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização sobre o valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) direto é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição (VNR). A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o VNR como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Vida útil dos bens do imobilizado

A Empresa utiliza os critérios definidos na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

3.4 Reclassificação

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Empresa procedeu a algumas reclassificações no ativo, passivo, demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado, relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Sendo assim, passou a apresentá-las com as alterações que seguem nos quadros abaixo:

3.4.1 Ativo 2013

A T I V O	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	6	6.696	-	6.696
Títulos e valores mobiliários	7	715.812	-	715.812
Clientes	8	870.458	-	870.458
Remuneração das participações societárias		82.536	-	82.536
Impostos e contribuições sociais	11	118.085	-	118.085
Direito de ressarcimento		-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		15.339	(15.339)	-
Almoxarifado	13	21.454	-	21.454
Indenizações das concessões	14	1.499.440	-	1.499.440
Outros	15	149.009	-	149.009
		3.478.829	(15.339)	3.463.490
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	8	560.469	-	560.469
Impostos e contribuições sociais	11	457.909	-	457.909
Almoxarifado	13	90.856	-	90.856
Cauções e depósitos vinculados	12	503.057	15.339	518.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	60.789	60.789
Ativo financeiro – concessões do serviço público	10	6.389.473	-	6.389.473
Indenizações das concessões	14	630.912	-	630.912
Outros	15	128.415	-	128.415
		8.761.091	76.128	8.837.219
Investimentos	16	4.879.505	(60.789)	4.818.716
Imobilizado	17	5.908.998	-	5.908.998
Intangível	18	111.388	-	111.388
		19.660.982	15.339	19.676.321
TOTAL DO ATIVO		23.139.811	-	23.139.811

3.4.2 Passivo 2013

	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	19	411.869	-	411.869
Financiamentos e empréstimos	20	431.464	-	431.464
Impostos e contribuições sociais	21	287.856	-	287.856
Concessões a pagar - uso do bem público	25	-	1.590	1.590
Obrigações estimadas	22	391.569	-	391.569
Encargos setoriais	23	128.265	-	128.265
Benefícios pós-emprego	24	72.945	-	72.945
Outros	29	49.215	-	49.215
		1.773.183	1.590	1.774.773
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	20	7.514.980	-	7.514.980
Impostos e contribuições sociais	21	739.705	-	739.705
Concessões a pagar - uso do bem público	25	39.680	(1.590)	38.090
Provisões para riscos	26	555.309	-	555.309
Benefícios pós-emprego	24	227.066	-	227.066
Adiantamentos para futuro aumento de capital	27	34.740	-	34.740
Provisão para contratos onerosos	28	1.001.219	-	1.001.219
Encargos setoriais	23	76.601	-	76.601
Outros	29	1	-	1
		10.189.301	(1.590)	10.187.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30			
Capital social		6.531.154	-	6.531.154
Reservas de capital		5.528.986	-	5.528.986
Outros resultados abrangentes		(882.813)	-	(882.813)
		11.177.327	-	11.177.327
TOTAL DO PASSIVO		23.139.811	-	23.139.811

3.4.3 Demonstração de resultados 2013

	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	4.292.195	-	4.292.195
CUSTO OPERACIONAL	32	(3.677.936)	-	(3.677.936)
Custo com energia elétrica		(1.074.685)	-	(1.074.685)
Energia elétrica comprada para revenda		(673.974)	-	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica		(400.711)	-	(400.711)
Custo de operação		(2.603.251)	-	(2.603.251)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.950.131)	-	(1.950.131)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(278.997)	-	(278.997)
Utilização de recursos hídricos		(164.000)	-	(164.000)
Depreciação e amortização		(185.816)	-	(185.816)
Outros		(24.307)	-	(24.307)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	32	(582.073)	-	(582.073)
LUCRO BRUTO		32.186	-	32.186
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	33	(814.504)	488.996	(325.508)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(782.318)	488.996	(293.322)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16	151.780	-	151.780
RESULTADO FINANCEIRO	34	(524.079)	-	(524.079)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/2013		(1.154.617)	488.996	(665.621)
Ganho (perda) - Lei nº 12.783/2013		488.996	(488.996)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(665.621)	-	(665.621)
Imposto de renda e contribuição social	35	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(151.889)	-	(151.889)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(817.510)	-	(817.510)

3.4.4 Demonstração do valor adicionado 2013

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas de vendas de energia e serviços	4.963.382	-	4.963.382
Outras receitas operacionais	-	5.973	5.973
Menos:			
Insumos			
Custo de energia comprada	(673.974)	-	(673.974)
Materiais	(36.930)	-	(36.930)
Serviços de terceiros	(692.066)	-	(692.066)
Outros custos operacionais	(1.757.625)	(5.973)	(1.763.598)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.802.787	-	1.802.787
Depreciação e amortização	(185.816)	-	(185.816)
Constituição/reversão de provisões	(11.972)	-	(11.972)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.604.999	-	1.604.999
Receitas financeiras (transferências)	551.662	-	551.662
Equivalência patrimonial	151.780	-	151.780
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.308.441	-	2.308.441
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho	1.221.135	-	1.221.135
Governo (impostos e contribuições)	668.341	-	668.341
Encargos financeiros e variação monetária	1.075.740	-	1.075.740
Encargos setoriais	160.735	-	160.735
Prejuízo do exercício	(817.510)	-	(817.510)
TOTAL	2.308.441	-	2.308.441

3.4.5 Demonstrações dos fluxos de caixa 2013

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(665.621)		(665.621)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação e amortização	185.816	-	185.816
Variação monetária/cambiais líquidas	(264.929)	-	(264.929)
Renda de aplicação financeira	(42.793)	-	(42.793)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(67.806)	-	(67.806)
Encargos financeiros	509.576	-	509.576
Resultado de equivalência patrimonial	(151.780)	-	(151.780)
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	60.532	-	60.532
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(309.869)	-	(309.869)
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal	222.044	-	222.044
Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos	(488.996)	-	(488.996)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	32.067	-	32.067
Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro	496.197	-	496.197
Despesas Financeiras (Multas e Juros sobre novos parcelamentos)	298.588	-	298.588
Baixa de imobilizado	24.558	-	24.558
Receita de ativo financeiro pela RAP	(172.204)	-	(172.204)
Provisão para perda de investimento	6.212	-	6.212
Encargos da reserva global de reversão	317.207	-	317.207
Subtotal	(11.201)	-	(11.201)
Variações nos ativos e passivos	271.760	(271.760)	-
Clientes	-	(252.959)	(252.959)
Fornecedores	-	329.571	329.571
Pagamento de encargos financeiros	(591.928)	-	(591.928)
Pagamento de encargos setoriais	(421.348)	-	(421.348)
Pagamento de PREQ	(398.322)	-	(398.322)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	198.460	-	198.460
Recebimento de encargos financeiros	5.834	-	5.834
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(45.407)	-	(45.407)
Cauções e depósitos vinculados	(49.800)	-	(49.800)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(63.654)	-	(63.654)
Recebimento de RAG	561.013	-	561.013
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	(251.839)	-	(251.839)
Pagamento à entidade de previdência complementar	(78.851)	-	(78.851)
Demais ativos e passivos	-	195.148	195.148
Subtotal	(864.082)	-	(864.082)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(875.284)	-	(875.284)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.609.368	-	1.609.368
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(534.909)	-	(534.909)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.074.459	-	1.074.459
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de ativo financeiro	(582.073)	-	(582.073)
Recebimento de Indenizações Lei 12.783	1.914.774	-	1.914.774
Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável	(163.741)	-	(163.741)
Aquisições de ativo imobilizado	(361.020)	-	(361.020)
Aquisições de ativo intangível	(34.182)	-	(34.182)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.125.632)	-	(1.125.632)
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias	156.933	-	156.933
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(194.941)	-	(194.941)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.234	-	4.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.462	-	2.462
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.696	-	6.696
	4.234	-	4.234

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na nota 3, Furnas está submetida às disposições emanadas de sua agência reguladora, a Aneel. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III – as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.”

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.3 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH = TAR x GH x 6,75%, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

4.4 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados.

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel.

4.6 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

4.7 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

NOTA 5 - NORMAS NOVAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas em sua adoção, com exceção à OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, aplicada neste exercício.

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, mas que não estão em vigor para o exercício de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes". Exige a entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e US GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa e suas investidas.

A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessas novas normas.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos	1.692	6.696
Total	1.692	6.696

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Fundos de investimentos	666.712	714.841
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.038	971
Total circulante	667.750	715.812

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 666.712 refere-se a aplicações em fundos de investimentos conforme a seguir:

- R\$ 462.851, registrados no BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 - Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- R\$ 13.012, registrados no CEF FI Extra Comum IRFM1 e CEF FI Extra VI IRFM1;
- R\$ 190.822, registrados no BRADESCO – Letras Financeiras do Tesouro – LFT;
- R\$ 27, registrados no SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI.

Vale mencionar que são fundos multicotistas, destinados a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º).

Os recursos aplicados no Bradesco não são considerados como disponibilidade, pois, são uma Garantia Financeira Constituída, conforme o disposto nas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 552 e 622, de 14/10/2002 e 19/08/2014 respectivamente e demais normativos aplicáveis. Tais recursos serão utilizados para a Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo, junto à CCEE.

NOTA 8 – CLIENTES

Descritivo	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Clientes Parcelamento	31.12.2014	31.12.2013
Suprimento de energia	692.291	5.453	8.776		706.520	554.578
Uso da rede elétrica	122.433	1.340	11.047		134.820	103.686
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	269.146	269.146	263.670
Outros						
Energia de curto prazo	4.604	-	-	-	4.604	87.434
Consumidores industriais	1.218	-	-	-	1.218	5.418
(-) PCLD (Nota 8.1)	(14.565)	-	-	(240.078)	(254.643)	(144.328)
Total Circulante	805.981	6.793	19.823	29.068	861.665	870.458
Suprimento de energia	19.916	-	14.111	-	34.027	261.087
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
Comercialização de energia						
Consumidores			293.560		293.560	293.560
Parcelamento (Nota 8.2)				430.192	430.192	396.924
(-) PCLD (Nota 8.1)			(313.947)	(8.009)	(321.956)	(397.378)
Total Não Circulante	19.916	-	-	422.183	442.098	560.469
Total	825.897	6.793	19.823	451.251	1.303.763	1.430.927

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa mantém registrados os montantes de R\$ 1.303.763 e R\$ 1.430.927 respectivamente, dos quais R\$ 293.560 representam valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a intervenção da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

8.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(144.328)	(397.378)	(541.706)
(Constituição)/Reversão	(34.893)	-	(34.893)
Transferência do não circulante para circulante	(75.422)	75.422	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(254.643)	(321.956)	(576.599)

No exercício de 2012, por meio de correspondência emitida pela Diretoria de Finanças de Furnas, foi cobrado à Celg o valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras Avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 576.599 (31.12.2013 - R\$ 541.706), dos quais a parcela referente a Celg, no circulante, é de R\$ 240.078 (31.12.2013 - R\$ 132.484) e no não circulante, é de R\$ 8.009 (31.12.2013 - R\$ 83.431).

8.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descritivo	31.12.2013	Provisões	Recebimentos	Capitalizações	Variação Monetária/Reclassificações	Transferências de LP para CP	31.12.2014
Tesouro Nacional (a)	111.863	46.072	(35.531)	(45.860)	-	(54.468)	22.076
Celg D (b)	145.412	11.336	-	-	-	83.330	240.078
Celga (c)	7.356	-	(7.346)	-	-	7.237	7.247
Retiro Baixo	1.158	339	(1.249)	(286)	-	38	-
(-) Ajuste a valor presente - Celga	(968)	-	-	-	(1.223)	1.936	(255)
Total circulante	264.821	57.747	(44.126)	(46.146)	(1.223)	38.073	269.146
Tesouro Nacional (a)	293.718	-	-	45.860	14.624	54.468	408.670
Celg D (b)	83.431	-	-	-	7.908	(83.330)	8.009
Celga (c)	21.711	-	-	-	-	(7.237)	14.474
(-) Ajuste a valor presente - Celga	(1.936)	-	-	-	2.911	(1.936)	(961)
Total não circulante	396.924	-	-	45.860	25.443	(38.035)	430.192

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Tesouro Nacional - Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e Furnas, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

(i) Pagamento em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg. Tendo em vista o atual fluxo de pagamentos do contrato, a dívida não foi inteiramente liquidada em seu prazo de vencimento (2014), sendo portanto, prorrogada por mais 120 meses, conforme previsto em contrato;

(ii) Juros remuneratórios calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada;

(iii) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

b) Celg D - De acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e Celg, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R\$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros pro rata die à taxa de 1%. Em 31.12.2014, o valor deste parcelamento está em R\$ 248.087 (circulante - R\$ 240.078 e não circulante R\$ 8.009) e integralmente provisionado para créditos de liquidação duvidosa conforme comentado no item 8.1 desta nota.

c) A empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa acumulava com Furnas uma dívida vencida de energia no montante de R\$ 35.472, apresentando pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2012. Aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 01 de setembro de 2012, o Plano de Recuperação apresenta as seguintes condições:

(i) retificação do montante devido para R\$ 36.184; e

(ii) pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais de R\$ 603, com vencimento no último dia de cada mês a partir de fevereiro de 2013 até 2018.

Os montantes apresentados se aproximam dos valores justos de realização.

NOTA 9 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	Resoluções Autorizativas (REA)	CT nº 062/2001 sem REA	Modernização de usina	UHE Prorrogadas	Total
Movimentação							
Saldo em 1º de janeiro de 2013	4.530.060	804.073	-	-	995.718	-	6.329.851
Ingressos	-	85.879	47.117	345.111	-	103.967	582.074
Atualização monetária	-	172.204	-	-	-	-	172.204
Provisão para perda sobre ativo financeiro	-	-	(47.117)	(345.111)	-	(103.967)	(496.195)
Amortização	-	(198.461)	-	-	-	-	(198.461)
Saldo 31 de dezembro de 2013	4.530.060	863.695	-	-	995.718	-	6.389.473
Ingressos	-	130.348	63.948	384.614	-	90.602	669.512
Atualização monetária	-	212.283	-	-	-	-	212.283
Amortização	-	(237.976)	-	-	-	-	(237.976)
Reversão de provisão p/ perda sobre ativo financeiro 2013 (*)	-	-	47.117	345.111	-	103.967	496.195
Saldo 31 de dezembro de 2014	4.530.060	968.350	111.065	729.725	995.718	194.569	7.529.487
Não circulante	4.530.060	968.350	111.065	729.725	995.718	194.569	7.529.487

(*) Vide nota 32 – Despesas operacionais

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – *Contratos de Concessão*, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

(i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e

(ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e

(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Os ativos remanescentes do contrato nº 062/2001 referem-se a RBSE, e serão submetidos à avaliação e homologação da Aneel nos termos da Lei.

A Aneel, mediante as Resoluções Normativas nº 642 e 643, de 16/12/2014, trouxe nova regulamentação sobre os critérios de estabelecimentos de receita e recuperabilidade dos investimentos realizados em Reforços e Melhorias nas instalações alcançadas pela Lei 12.783/2013. Visando o adequado reflexo patrimonial dessa nova regulamentação, a Companhia realizou a reversão dos valores anteriormente provisionados, no montante de R\$ 496.195, passando a avaliar a recuperabilidade desses investimentos por meio de testes de *impairment* associados a unidade geradora de caixa relativa ao respectivo contrato de concessão.

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Tributos a recuperar	234.202	118.085
Total circulante	234.202	118.085
Impostos diferidos ativos	1.246.610	919.518
Impostos diferidos passivos	(373.272)	(322.966)
Créditos tributários	1.282.238	1.251.233
(-) Provisão para não realização - IR	(1.584.983)	(1.021.968)
(-) Provisão para não realização - CS	(570.593)	(367.908)
Total Não Circulante	-	457.909

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, a Empresa avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com base na projeção dos seus resultados futuros e considerando o histórico dos últimos 3 anos de resultados tributáveis negativos, concluiu quanto ao registro, em 31 de dezembro de 2014, da provisão para perda sobre o ativo. No momento em que a avaliação indique a recuperação do ativo, tal provisão será reavaliada e poderá ser revertida.

10.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, nos ativos circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício	119.851	43.767
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício	45.565	17.007
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	20.744	12.599
ICMS a recuperar	284	284
INSS	5.875	5.800
Tributo sobre Energia e Serviços – PASEP/COFINS Lei nº 10.833	1.103	438
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	40.272	37.973
Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	508	217
Total circulante	234.202	118.085
ICMS a recuperar	80.367	74.965
(-) Provisão para perdas	(80.367)	(74.965)
Total não circulante	-	-

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Elettronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a intervenção do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis atualizados e correspondente provisão para perdas, prosseguindo com as tratativas de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso.

10.2 Imposto Diferido

A Empresa mantém reconhecidos, em 31 de dezembro de 2014 - nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32 saldo dos impostos diferidos, ativos e passivos, no montante líquido de R\$ 873.338 (R\$ 596.552 em 31.12.2013), resultantes de diferenças temporárias, como evidenciado a seguir:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Adições temporárias		
Impairment – CPC 01	(a) 1.013.108	(a) 1.060.332
Despesas administrativas e gerais (DAG) descapitalizadas (Simplicio e Batalha) – CPC 27	119.891	119.891
Ganhos e Perdas atuariais – CPC 33	(b) 1.232.989	(b) 1.113.316
Ativo financeiro – ICPC 01	202.654	(439.496)
	2.568.642	1.854.043
Créditos Tributários Líquidos		
Imposto de renda	642.160	463.511
Contribuição social	231.178	166.864
(-) Provisão para não realização	(873.338)	(583.748)
	-	46.627
Total não circulante	-	46.627

(a) R\$ 553.622 - Simplicio, R\$ 442.921 - Batalha e R\$ 16.565 - Campos; e

(b) Variação pelas perdas atuariais apuradas no exercício de 2014.

Conforme divulgado no corpo desta nota, o valor líquido do imposto diferido foi integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2014.

10.3 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças temporárias. Com base no estudo citado anteriormente, no corpo desta nota foi constituída provisão para perda sobre os referidos créditos no montante de R\$ 1.282.238, como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Adições temporárias		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	509.291	555.309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.013.795	948.279
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	969.935	1.001.221
Provisão para perda – investimento Inambari	110	6.126
Prejuízo fiscal e base negativa	1.265.655	1.156.658
	3.771.288	3.680.095
Créditos Tributários		
Imposto de renda	942.822	920.024
Contribuição social	339.416	331.209
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(1.282.238)	(806.128)
	-	445.105
Total não circulante	-	445.105

NOTA 11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Descritivo	30.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Cauções e depósitos vinculados	15.412	15.406
Cauções e depósitos vinculados a litígios	462.514	502.990
Total	477.926	518.396
Não Circulante	477.926	518.396

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 477.926 (31.12.2013 - R\$ 518.396), refere-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Furnas em função, principalmente, de ações com Aneel, trabalhistas, cíveis e outras. Destacamos: a) R\$ 132.503 depositados em função de ações com a Aneel; b) R\$ 190.689 provenientes de reclamações trabalhistas; c) R\$ 49.198 de ações cíveis; e d) R\$ 92.905 referente à atualização monetária.

O montante de R\$ 15.339, referente a cauções e depósitos vinculados demonstrado em 31.12.2013 na rubrica do ativo circulante, foi reclassificado para o não circulante no exercício de 2014.

NOTA 12 – ALMOXARIFADO

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Material		
Almoxarifado	116.366	109.757
Destinado a alienação	3.225	2.290
Outros	148	147
Subtotal de materiais	119.739	112.194
Adiantamentos a fornecedores	116	116
Total	119.855	112.310
Circulante	22.789	21.454
Não Circulante	97.066	90.856

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 13 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Furnas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Sendo assim, o valor indenizado a ser recebido por Furnas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

Geração	Transmissão
Furnas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012; e de (b) R\$ 679.880 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.	Furnas optou pelo recebimento da indenização de (c) R\$ 2.878.028 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Diante do exposto, a movimentação do contas a receber das parcelas indenizadas demonstra-se como segue:

Descritivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.130.352
Atualização monetária	368.890
Recebimentos	(1.154.766)
Transferência do não circulante	(630.912)
Transferência para o circulante	630.912
Total em 31 de dezembro de 2014	1.344.476
Circulante	1.344.476
Não circulante	-

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Empresas de energia elétrica	106.324	52.424
Créditos com fornecedores	164.790	147.015
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores	(107.300)	(86.538)
Desativações e alienações em curso	18.023	11.975
Fundação Real Grandeza	2.497	5.380
Serviços prestados a terceiros	6.830	2.862
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros	(1.221)	(1.261)
Alienações de bens e direitos	3.014	2.986
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos	(2.837)	(2.993)
Dispêndios a reembolsar (inclui em curso)	6.895	10.006
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar	(4.237)	(2.932)
Empregados	1.366	2.764
Empréstimos concedidos	3.138	3.353
Recebimento – renegociações a receber	-	1.292
Despesas pagas antecipadamente	2.660	2.162
Outros créditos – Ressarcimento da TFSEE	1.600	-
Outros	764	514
Total Circulante	202.306	149.009
Empresas de energia elétrica	229.968	272.010
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – empresas de energia elétrica	(180.120)	(180.120)
Outros créditos Gamek	27.083	23.733
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos Gamek	(27.083)	(23.733)
Bens e direitos destinados a alienação	11.822	12.180
Títulos precatórios – Finsocial	13.907	13.052
Empréstimos concedidos	3.095	6.152
Concessões a licitar	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250
Outros (inclui FGTS Empresa)	17.874	17.861
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros	(17.832)	(17.832)
Total Não Circulante	83.826	128.415

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, temos as movimentações das seguintes empresas:

14.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
REH Aneel nº 1.585/2013			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	45.864	91.728	137.592
Transferência do não circulante para o circulante	50.855	(50.855)	-
Atualização monetária	3.236	5.111	8.347
Juros	4.375	3.702	8.077
Saldo em 31 de dezembro de 2014	104.330	49.686	154.016
Demais valores a receber			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.297	-	2.297
Adições	170	-	170
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.467	-	2.467
Total em 31 de dezembro de 2014	106.797	49.686	156.483

14.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW(*) de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañia de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW(*) médios para 240,8 MW(*) médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

14.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740.

14.1.4 Contas a receber Chefes

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chefes referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

14.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(93.724)	(221.685)	(315.409)
(+) Complemento/constituição	(21.871)	(3.350)	(25.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(115.595)	(225.035)	(340.630)

14.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
O N S	2.455	4.282
Programa Reluz – Prefeitura de Goiânia	-	592
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	2.110	3.047
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	1.668	1.584
Total	6.233	9.505
Circulante	3.138	3.353
Não Circulante	3.095	6.152

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes		
Sociedade de Propósito Especifico (SPE)		
Baguari Energia S.A. (Baguari)	85.815	92.122
Brasventos Eolo Geradora Energia	20.750	22.245
Brasventos Miassaba 3 Geradora	33.469	31.131
Caldas Novas Transmissão	12.846	8.672
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	20.825	17.630
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	364.522	345.388
Teles Pires Participações	246.921	262.618
Enerpeixe S.A.	555.860	525.379
Goiás Transmissão S.A.	138.436	131.579
Inambari Geração de Energia (Igesa)	110	6.126
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	378.187	314.883
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.724.068	2.506.082
MGE Transmissão S.A.	118.953	106.371
Rei dos Ventos 3 Geradora	21.356	20.448
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	111.906	113.181
Serra do Facão Energia S.A.	1.640	60.742
Transenergia Goiás S.A.	29.179	2.461
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	96.813	78.241
Transenergia São Paulo S.A.	83.116	49.632
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	16.134	14.050
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	15.616	27.187
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	14.978	14.007
Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	16.863	5.635
Energia dos Ventos I S.A.	7.254	2.687
Energia dos Ventos II S.A.	4.406	1.652
Energia dos Ventos III S.A.	6.535	2.426
Energia dos Ventos IV S.A.	9.535	3.461
Energia dos Ventos V S.A.	929	2.823
Energia dos Ventos VI S.A.	1.272	3.845
Energia dos Ventos VII S.A.	1.380	3.878
Energia dos Ventos VIII S.A.	910	2.803
Energia dos Ventos IX S.A.	975	2.875
Energia dos Ventos X S.A.	5.807	2.165
Triângulo Mineiro Transmissora	36.246	7.525
Paranaíba	67.383	17.801
Central Eólica Famosa I S.A.	7.012	49
Central Eólica Pau Brasil S.A.	4.664	31
Central Eólica Rosada S.A.	8.673	69
Central Eólica São Paulo S.A.	5.278	43
Vale do São Bartolomeu	16.128	663
Punau I	8.912	123
Carnaúba I	8.336	113
Carnaúba II	6.744	93
Carnaúba III	6.008	83
Carnaúba V	8.956	123
Cachoeira	4.684	64
Cervantes I	6.045	83
Cervantes II	4.516	64
Bom Jesus	7.090	93
Pitimbu	6.990	93
São Caetano I	7.053	93
São Caetano	9.878	132
São Galvão	9.310	123
Mata de Santa Genebra	26.177	-
Belo Monte Transmissora	6.119	-
Eólica Ventos de São Rafael	1.063	-
Eólica Ventos de São Cirilo	1.063	-
Eólica Ventos de São Bento	1.063	-
Eólica Ventos de Santo Antônio	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Vera	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Marcela	1.063	-
Eólica Itaguaçu da Bahia	1.062	-
Eólica Ventos de Santa Luzia	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Madalena	1.062	-
Eólica Ventos de São João	1.063	-
Lago Azul Transmissão	1.970	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas	(299)	-
Tijoa Participações e Investimentos	167	-
Energia Olímpica	(213)	-
Empresa de Energia São Manoel	(594)	-
Subtotal de investimentos em SPE	5.431.227	4.811.886
Outros investimentos		
Terrenos para uso futuro	1.883	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	10.916	11.073
Subtotal de outros investimentos	12.799	12.956
Provisão para perdas sobre investimentos		
Inambari Geração de Energia (Igesa)	(110)	(6.126)
Central Eólica Famosa I S.A.	(6.174)	-
Central Eólica Pau Brasil S.A.	(4.116)	-
Central Eólica Rosada S.A.	(7.718)	-
Central Eólica São Paulo S.A.	(4.630)	-
Punau I	(7.032)	-
Carnaúba I	(7.098)	-
Carnaúba II	(5.808)	-
Carnaúba III	(5.163)	-
Carnaúba V	(7.744)	-
Cachoeira	(3.813)	-
Cervantes I	(4.688)	-
Cervantes II	(3.872)	-
Bom Jesus	(5.720)	-
Pitimbu	(5.720)	-
São Caetano I	(5.186)	-
São Caetano	(7.491)	-
São Galvão	(7.626)	-
Subtotal de provisão para perdas sobre investimentos	(99.709)	(6.126)
Total de investimentos	5.344.317	4.818.716

15.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descritivo	Part. (%)	Saldo em 31.12.2013	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2014
Participações societárias permanentes									
Sociedade de Propósito Específico (SPE)									
Baguari Energia S.A.	30,6122	92.122	-	-	-	(850)	-	(5.457)	85.815
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	22.245	-	-	-	(1.495)	-	-	20.750
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	31.131	-	-	-	2.338	-	-	33.469
Caldas Novas	49,9000	8.672	-	1.962	-	3.084	-	(872)	12.846
Centroeste de Minas	49,0000	17.630	-	-	-	4.089	-	(894)	20.825
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	345.388	-	-	-	28.646	-	(9.512)	364.521
Teles Pires Participações (c)	24,7200	262.618	-	-	-	(15.697)	-	-	246.921
Enerpeixe	40,0000	525.379	-	-	-	56.539	-	(26.058)	555.860
GoIás Transmissão S.A.	49,0000	131.579	-	7.350	-	(493)	-	-	138.436
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.126	-	-	-	(6.024)	8	-	110
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	314.883	40.425	-	-	30.539	-	(7.660)	378.187
Madeira Energia S.A.	39,0000	2.506.082	1.079.130	-	-	(861.144)	-	-	2.724.068
MGE Transmissão S.A.	49,0000	106.371	-	28.616	-	(9.222)	-	(6.812)	118.953
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	20.448	-	-	-	908	-	-	21.356
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	113.181	-	-	-	(1.275)	-	-	111.906
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	60.742	-	-	-	(59.102)	-	-	1.640
Transenergia GoIás S.A.	89,9072	2.461	27.930	-	-	(1.212)	-	-	29.179
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	78.241	-	-	-	24.316	-	(5.744)	96.813
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	49.632	-	-	-	43.977	-	(10.493)	83.116
Transirapé	24,5000	14.050	-	-	-	2.864	-	(780)	16.134
Transleste	24,0000	27.187	-	-	-	3.040	-	(16.611)	15.616
Transudeste	25,0000	14.007	-	-	-	3.294	-	(2.323)	14.978
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	5.635	6.634	-	-	4.594	-	-	16.863
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	2.687	1.921	2.685	-	(39)	-	-	7.254
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	1.652	1.161	1.623	-	(30)	-	-	4.406
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	2.426	1.730	2.415	-	(36)	-	-	6.535
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	3.461	2.558	3.559	-	(43)	-	-	9.535
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	2.823	2.014	2.814	-	(6.722)	-	-	929
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	3.845	2.665	3.921	-	(9.159)	-	-	1.272
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	3.878	2.700	3.962	-	(9.160)	-	-	1.380
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	2.803	2.014	2.814	-	(6.721)	-	-	910
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	2.875	1.950	2.873	-	(6.723)	-	-	975
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	2.165	1.533	2.143	-	(34)	-	-	5.807
Triângulo Mineiro	49,0000	7.525	24.951	2.940	-	830	-	-	36.246
Paranaíba	24,5000	17.801	47.285	-	-	2.297	-	-	67.383
Central Eólica Famosa I S.A.	49,0000	49	-	7.214	-	(251)	-	-	7.012
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,0000	31	-	4.809	-	(176)	-	-	4.664
Central Eólica Rosada S.A.	49,0000	69	-	9.018	-	(414)	-	-	8.673
Central Eólica São Paulo S.A.	49,0000	43	-	5.408	-	(173)	-	-	5.278
Vale do São Bartolomeu	39,0000	663	14.820	-	-	645	-	-	16.128
Punau I	49,0000	123	9.070	-	-	(281)	-	-	8.912
Carnaúba I	49,0000	113	8.311	-	-	(88)	-	-	8.336
Carnaúba II	49,0000	93	6.802	-	-	(151)	-	-	6.744
Carnaúba III	49,0000	83	6.046	-	-	(121)	-	-	6.008
Carnaúba V	49,0000	123	9.070	-	-	(237)	-	-	8.956
Cervantes I	49,0000	83	6.046	-	-	(84)	-	-	6.045
Cervantes II	49,0000	64	4.538	-	-	(86)	-	-	4.516
Bom Jesus	49,0000	93	7.071	-	-	(74)	-	-	7.090
Cachoeira	49,0000	64	4.714	-	-	(94)	-	-	4.684
Pitimbu	49,0000	93	7.071	-	-	(174)	-	-	6.990
São Caetano I	49,0000	93	7.071	-	-	(111)	-	-	7.053
São Caetano	49,0000	132	10.207	-	-	(461)	-	-	9.878
São Galvão	49,0000	123	9.423	-	-	(236)	-	-	9.310
Mata de Santa Genebra	49,9000	-	17.216	9.980	-	(1.019)	-	-	26.177
Belo Monte Transmissora	24,5000	-	6.124	-	-	(5)	-	-	6.119
Eólica Ventos de São Rafael	49,0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Ventos de São Cirilo	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de São Bento	49,0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santo Antônio	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Vera	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Marcella	49,0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Itaguaçu da Bahia	49,0000	-	-	1.163	-	(101)	-	-	1.062
Eólica Ventos de Santa Luzia	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Madalena	49,0000	-	-	1.163	-	(101)	-	-	1.062
Eólica Ventos de São João	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Lago Azul Transmissão	49,9000	-	2.121	-	-	(151)	-	-	1.970
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,9000	-	-	-	-	(299)	-	-	(299)
Tijoa Participações e Investimentos	49,9000	-	-	-	-	167	-	-	167
Energia Olímpica	49,9000	-	-	-	-	(213)	-	-	(213)
Empresa de Energia São Manoel	33,3330	-	-	-	-	(594)	-	-	(594)
Subtotal		4.811.886	1.382.322	117.739	-	(787.512)	8	(93.216)	5.431.227
Outros investimentos									
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	11.073	-	-	(157)	-	-	-	10.916
Subtotal		12.956	-	-	(157)	-	-	-	12.799
Provisão para perda									
Inambari Geração de Energia (a)	-	(6.126)	(6)	-	6.022	-	-	-	(110)
Central Eólica Famosa I (b)	-	-	-	-	-	(6.174)	-	-	(6.174)
Central Eólica Pau Brasil (b)	-	-	-	-	-	(4.116)	-	-	(4.116)
Central Eólica Rosada (b)	-	-	-	-	-	(7.718)	-	-	(7.718)
Central Eólica São Paulo (b)	-	-	-	-	-	(4.630)	-	-	(4.630)
Punau I (b)	-	-	-	-	-	(7.032)	-	-	(7.032)
Carnaúba (b) I	-	-	-	-	-	(7.098)	-	-	(7.098)
Carnaúba II (b)	-	-	-	-	-	(5.808)	-	-	(5.808)
Carnaúba III (b)	-	-	-	-	-	(5.163)	-	-	(5.163)
Carnaúba V (b)	-	-	-	-	-	(7.744)	-	-	(7.744)
Cachoeira (b)	-	-	-	-	-	(3.813)	-	-	(3.813)
Cervantes I (b)	-	-	-	-	-	(4.688)	-	-	(4.688)
Cervantes II (b)	-	-	-	-	-	(3.872)	-	-	(3.872)
Bom Jesus (b)	-	-	-	-	-	(5.720)	-	-	(5.720)
Pitimbu (b)	-	-	-	-	-	(5.720)	-	-	(5.720)
São Caetano I (b)	-	-	-	-	-	(5.186)	-	-	(5.186)
São Caetano (b)	-	-	-	-	-	(7.491)	-	-	(7.491)
São Galvão (b)	-	-	-	-	-	(7.626)	-	-	(7.626)
Subtotal		(6.126)	(6)	-	6.022	(99.599)	-	-	(99.709)
Total da rubrica investimentos		4.818.716	1.382.316	117.739	-	5.865	(887.111)	8	5.344.317

- (a) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Furnas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 110.
- (b) Estas Companhias possuem registrados em seus balanços R\$ 203.264 referentes a adiantamentos efetuados a empresa Wind Power Energia S.A. (IMPSPA), fornecedora de aerogeradores que se encontra em fase de recuperação judicial. Os referidos contratos foram rescindidos e estão respaldados em seguro garantia, nas modalidades de adiantamento de pagamento e executante-fornecedor. Suportados por assessores jurídicos, a Administração das respectivas Companhias avaliaram não ser necessário a constituição de provisões para perdas relacionados a estes ativos. Porém, considerando o atual estágio de início de negociações com a seguradora e por entender não haver prazo para conclusão deste processo, a Administração da Empresa optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 99.599, correspondente a sua participação sobre o valor total adiantado a este fornecedor.
- (c) O consórcio construtor Teles Pires – CCTP – realizou dois pleitos nos anos de 2012 a 2014. O primeiro (em 2012 e 2013) refere-se a atrasos diversos na construção da UHE de Teles Pires causados por paralizações de obras. O segundo (2014) refere-se a impactos financeiros causados por modificações no projeto básico devido a identificação de falha geológica no eixo da barragem. Os dois pleitos somam, em valores atualizados em 31.12.2014, R\$ 292.000. Nas demonstrações financeiras da SPE não há registro de provisão em 2014 e 2013, pois os prognósticos são de perda possível. No caso de definição de pagamento desses pleitos, a SPE adicionará o valor ao custo de formação do Ativo imobilizado, com a realização do mesmo via depreciação.

Descritivo	Part. (%)	Saldo reapresentado em 01.01.2013	Aportes	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Participações societárias permanentes								
Sociedade de Propósito Específico (SPE)								
Baguari Energia S.A.	30,6122	89.239	-	-	5.035	-	(1.837)	92.437
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	23.629	-	-	(1.068)	-	-	22.561
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	32.419	-	-	(1.287)	-	-	31.132
Caldas Novas	49,9000	6.467	2.589	-	1.578	-	-	10.634
Centroeste de Minas	49,0000	23.795	-	(3.527)	3.746	-	(6.384)	17.630
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	303.627	-	-	90.568	-	(48.808)	345.387
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	24,5000	89.816	-	(89.816)	-	-	-	-
Teles Pires Participações	24,7200	(a) 3.170	264.606	-	(5.158)	-	-	262.618
Enerpeixe	40,0000	514.735	-	-	96.604	-	(85.960)	525.379
GoIás Transmissão S.A.	49,0000	101.646	51.499	-	(1.815)	-	(19.751)	131.579
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.640	561	-	(1.088)	13	-	6.126
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	239.746	69.826	-	5.311	-	-	314.883
Madeira Energia S.A.	39,0000	(a) 1.870.691	654.069	-	(18.678)	-	-	2.506.082
MGE Transmissão S.A.	49,0000	63.431	45.570	-	(2.831)	-	201	106.371
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	21.807	-	-	(1.359)	-	-	20.448
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	110.078	-	-	3.103	-	-	113.181
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	104.098	-	-	(26.544)	-	(16.812)	60.742
Transenergia GoIás S.A.	49,0000	2.512	436	-	(487)	-	-	2.461
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	107.865	1.960	-	(21.680)	-	(9.904)	78.241
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	31.315	8.085	-	15.107	-	(4.875)	49.632
Transirapé	24,5000	11.360	-	-	3.745	-	(1.055)	14.050
Transleste	24,0000	25.687	-	-	6.840	-	(5.340)	27.187
Transudeste	25,0000	13.871	-	-	3.909	-	(3.773)	14.007
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	931	4.835	-	(131)	-	-	5.635
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	167	5.228	-	(23)	-	-	5.372
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	123	3.175	-	(23)	-	-	3.275
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	152	4.714	-	(25)	-	-	4.841
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	216	6.830	-	(26)	-	-	7.020
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	157	5.503	-	(23)	-	-	5.637
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	206	7.585	-	(25)	-	-	7.766
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	216	7.649	-	(25)	-	-	7.840
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	157	5.482	-	(22)	-	-	5.617
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	167	5.605	-	(24)	-	-	5.748
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	137	4.194	-	(23)	-	-	4.308
Triângulo Mineiro	49,0000	-	10.908	-	(443)	-	-	10.465
Paranaíba	24,5000	-	17.640	-	161	-	-	17.801
Central Eólica Famosa I S.A.	49,0000	-	7.568	-	(305)	-	-	7.263
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,0000	-	5.065	-	(225)	-	-	4.840
Central Eólica Rosada S.A.	49,0000	-	9.433	-	(347)	-	-	9.086
Central Eólica São Paulo S.A.	49,0000	-	5.691	-	(241)	-	-	5.450
Vale do São Bartolomeu	39,0000	-	663	-	-	-	-	663
Punau I	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Carnaúba I	49,0000	-	113	-	-	-	-	113
Carnaúba II	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
Carnaúba III	49,0000	-	83	-	-	-	-	83
Carnaúba V	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Cervantes I	49,0000	-	83	-	-	-	-	83
Cervantes II	49,0000	-	64	-	-	-	-	64
Bom Jesus	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
Cachoeira	49,0000	-	64	-	-	-	-	64
Pitimbu	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
São Caetano I	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
São Caetano	49,0000	-	132	-	-	-	-	132
São Galvão	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Subtotal		3.800.273	1.218.249	(93.343)	151.780	13	(204.297)	4.872.675
Outros investimentos								
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	10.447	626	-	-	-	-	11.073
Subtotal		12.330	626	-	-	-	-	12.956
Provisão para perda								
Inambari Geração de Energia	-	-	86	(e) (6.212)	-	-	-	(6.126)
Subtotal		-	86	(6.212)	-	-	-	(6.126)
Total da rubrica investimentos		3.812.603	1.218.961	(99.555)	151.780	13	(204.297)	4.879.505

15.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras das SEPs	Principais Investidas							Demais Investidas	Total
	Chapecoense	Enepeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Serra do Facão	Teles Pires	Total		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2014									
Caixa e equivalente de caixa	154.554	66.619	241.129	25.251	10.994	419	498.966	780.188	1.279.154
Outros ativos circulantes	97.668	61.009	1.226.362	508.768	41.472	50.321	1.985.600	367.250	2.352.850
Ativo não circulante	3.217.694	1.720.571	21.276.064	4.012.319	2.015.724	4.543.504	36.785.876	4.401.646	41.187.522
Total Ativo	3.469.916	1.848.199	22.743.555	4.546.338	2.068.190	4.594.244	39.270.442	5.549.084	44.819.526
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	135.628	114.352	403.815	142.544	89.971	256.685	1.142.995	171.843	1.314.838
Outros passivos circulantes	239.216	123.289	1.545.382	110.042	44.157	169.006	2.231.092	399.876	2.630.968
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	1.529.689	9.488	12.645.580	2.293.207	439.340	3.106.944	20.024.248	1.752.378	21.776.626
Outros passivos não circulantes	654.077	211.421	1.153.878	456.925	1.491.408	62.739	4.030.448	376.654	4.407.102
Patrimônio Líquido	911.306	1.389.649	6.994.900	1.543.620	3.314	998.870	11.841.659	2.848.333	14.689.992
Total Passivo	3.469.916	1.848.199	22.743.555	4.546.338	2.068.190	4.594.244	39.270.442	5.549.084	44.819.526
Demonstração de Resultado para o Exercício Findo em 31.12.2014									
(+) Receita Líquida	714.808	433.025	2.343.960	532.206	159.838	-	4.183.837	1.146.477	5.330.314
(-) Custo da Operação	(386.853)	(185.940)	(3.310.866)	(190.611)	(235.428)	(14.540)	(4.324.238)	(905.807)	(5.230.045)
Lucro Bruto	327.955	247.085	(966.906)	341.595	(75.590)	(14.540)	(140.401)	240.670	100.269
(-) Despesas operacionais	(101.234)	(66.231)	(514.352)	(6.781)	(25.520)	(1.759)	(715.877)	(187.295)	(903.172)
(+) Receita financeira	33.059	8.784	64.533	12.827	3.888	23	123.114	267.219	390.333
(-) Despesa financeira	(136.412)	(36.825)	(797.759)	(163.410)	(37.674)	(605)	(1.172.685)	(174.744)	(1.347.429)
Lucro antes dos impostos	123.368	152.813	(2.214.484)	184.231	(134.896)	(16.881)	(1.905.849)	145.850	(1.759.999)
(-) Impostos sobre o lucro	(51.751)	(11.464)	6.424	(62.614)	15.433	(22.588)	(126.560)	(29.846)	(156.406)
Lucro (Prejuízo) Líquido	71.617	141.349	(2.208.060)	121.617	(119.463)	(39.469)	(2.032.409)	116.004	(1.916.405)
Outras informações:									
Depreciação e amortização	(62.773)	(49.396)	(375.533)	-	(23.876)	(18)	(511.596)	(109.837)	(621.433)

15.2.1 Investida Mesa

Em 31 de dezembro de 2014, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 481.706. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas. Parte deste montante é reflexo do reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em “Termos e Condições”, o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122,00/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R\$ 1.434.778, foi reconhecida uma provisão para perda de R\$ 678.551, para refletir o valor esperado de recebimento de R\$ 756.227.

O Conselho de Administração de Furnas, na reunião nº 002/452, recomendou à Empresa que tome as providências necessárias nas esferas de governança adequadas, para preservar os créditos da MESA contra o CCSA, de modo a reverter o prejuízo na SPE e, por decorrência, seus reflexos em Furnas, por sua participação na SPE.

15.2.2 Complexo Aracati

Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas e de emissão da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) na BM&F Bovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 (“Leilão Aracati”), no qual a Alupar Investimentos S.A. sagrou-se vencedora para aquisição da totalidade das supracitadas ações. As formalidades para transferência das ações se encontram em fase de execução. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Aracati envolve o valor total de R\$ 45.006, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Aneel será informada quando da efetivação da transferência das ações, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa Aneel nº 484/2012.

15.2.3 Complexo Fortim

Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas e Alupar celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual Furnas se obrigou, sob condição suspensiva de eficácia a obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. Caso o DEST não concorde com a operação, Furnas deverá realizar Chamada Pública para aquisição das referidas ações no prazo de 60 (sessenta) dias ou incorporá-las ao seu ativo. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Fortim envolve o valor total de R\$ 46.002, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Aneel será informada quando da efetivação da transferência das ações, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativo Aneel nº 484/2012.

15.2.4 Transenergia Goiás S.A.

Em razão de impossibilidade de subscrição e integralização de ações, a acionista J. Malucelli Energia, sócia de Furnas na empresa Transenergia Goiás S.A., que tem por finalidade construir e operar instalações de transmissão no Estado de Goiás, emitiu documento de doação de 2.875.500 ações a Furnas na data de 5 de novembro de 2014, que alterará assim a composição acionária da sociedade, passando Furnas a possuir 98% das ações ordinárias. Tal alteração foi submetida à anuência da Aneel, porém, até a data de 31 de dezembro de 2014, ainda não havia sido deferida.

15.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

15.4 Novos investimentos

a) Belo Monte Transmissora de Energia S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. A participação de Furnas corresponde a 24,5% do capital social, em parceria com a Eletronorte (24,5%) e a State Grid Brazil Holding (51%).

Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor, na construção e operação da LT (2.092 km) da UHE Belo Monte em 800Kv – Estações conversoras de Xingu e de Estreito.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de junho de 2014, pelo prazo de trinta anos e possui previsão para entrada em operação em fevereiro de 2018.

b) Energia Olímpica S.A.

É uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em janeiro de 2014, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectarão à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas (49,9%).

c) Centro de Soluções Estratégicas S.A.

Em 24 de março de 2014, Furnas constituiu esta SPE, que tem por objeto a prestação de serviços especializados de engenharia, planejamento e gestão de empreendimentos no segmento de geração e transmissão de energia elétrica.

Furnas participa desta SPE com 49,9%, enquanto o Fundo de Investimento em Participações Constantinopla detém a participação remanescente de 51,1%.

15.5 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes		
Sociedade de Propósito Específico (SPE)		
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315
Brasventos Eolo Geradora Energia	316	316
Retiro Baixo Energética	2.695	-
Transenergia São Paulo S.A.	1.960	-
Caldas Novas Transmissão	-	1.962
Energia dos Ventos I S.A.	-	2.684
Energia dos Ventos II S.A.	-	1.623
Energia dos Ventos III S.A.	-	2.415
Energia dos Ventos IV S.A.	-	3.559
Energia dos Ventos V S.A.	-	2.814
Energia dos Ventos VI S.A.	-	3.922
Energia dos Ventos VII S.A.	-	3.962
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	2.814
Energia dos Ventos IX S.A.	-	2.873
Energia dos Ventos X S.A.	-	2.143
Triângulo Mineiro Transmissora	6.223	2.940
Central Eólica Famosa I S.A.	1.059	7.214
Central Eólica Pau Brasil S.A.	706	4.809
Central Eólica Rosada S.A.	1.333	9.017
Central Eólica São Paulo S.A.	823	5.407
CSE Centro de Soluções Estratégicas	1.996	-
Tijoa Participações e Investimentos	649	-
Total de AFACs	18.075	60.789

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado de Furnas que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Em Serviço		
Custo		
Terrenos	554.725	393.766
Reservatórios, barragens e adutoras	3.744.213	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.302.597	1.262.852
Máquinas e equipamentos	3.456.364	3.259.480
Veículos	38.539	34.249
Móveis e utensílios	27.330	27.172
Subtotal	9.123.768	7.906.791
Depreciação		
Reservatórios, barragens e adutoras	(955.193)	(869.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(577.115)	(550.974)
Máquinas e equipamentos	(1.068.665)	(989.266)
Veículos	(24.033)	(23.140)
Móveis e utensílios	(15.763)	(15.063)
Subtotal	(2.640.769)	(2.448.364)
Total em Serviço	6.482.999	5.458.427
Em Curso		
Terrenos	431	157.804
Barragens, reservatórios e adutoras	259.599	939.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.731	61.832
Máquinas e equipamentos	208.905	314.304
Veículos	1.327	919
Móveis e Utensílios	4	-
A reatear	26.285	130.479
Estudos e Projetos	2.059	323
Transformação, fabricação e reparo de materiais	11.595	21.441
Compras em andamento	(9.106)	(9.106)
Material em depósito	42.213	14.918
Adiantamento a fornecedores	(9.153)	(9.153)
Total em Curso	566.890	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.013.107)	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(112.540)	(112.540)
Imobilizado Líquido – Total	5.924.242	5.908.998

16.1 Obrigações vinculadas a concessões

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Amortização	(81.998)	(81.998)
Participação da União	(28.539)	(28.539)
Outras	(2.003)	(2.003)
Total	(112.540)	(112.540)

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes a geração correspondem a usinas não afetadas.

16.2 A composição do imobilizado de Furnas, por macroatividade, apresenta o seguinte detalhamento:

Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	31.12.2014		31.12.2013	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,65%	8.860.781	(2.507.674)	6.353.107	5.330.175
Transmissão ^(a)	3,50%	48.363	(1.717)	46.646	45.424
Administração	10,66%	213.081	(130.067)	83.014	82.507
Comercialização	7,71%	1.543	(1.311)	232	321
Subtotal		9.123.768	(2.640.769)	6.482.999	5.458.427
Em curso					
Geração	-	366.939	-	366.939	1.457.570
Transmissão ^(a)	-	168.057	-	168.057	136.746
Administração	-	31.894	-	31.894	29.127
Subtotal		566.890	-	566.890	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos		(1.013.107)	-	(1.013.107)	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessão		(112.540)	-	(112.540)	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total		8.565.011	(2.640.769)	5.924.242	5.908.998

(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se as subestações de Batalha e Simpício, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simpício, uma parcela de seus bens - ligados a transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foram transferidos de em curso para serviço.

Segundo a legislação vigente pela Aneel, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

16.3 Premissas para o cálculo do Impairment

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição – VNR.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas não renovadas pela lei 12.783/2013.

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotado por Furnas:

(i) Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

No cenário foi considerada a projeção dos custos até 2020 com base no Plano Diretor da Empresa revisado em 2014. Após 2020, foram considerados os custos sem crescimento.

(ii) Receitas

As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.

(iii) Impostos e Encargos

PIS/COFINS - Alíquota de 9,65% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).

P&D - 1% da ROL.

CFURH – 6,75% sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada.

Taxa de Fiscalização Aneel - 0,4% sobre a Receita Bruta.

RGR – 2,5% até a data de vencimento da concessão.

TUST – Considerado o valor da TUST realizado em 2013 para a projeção de todos os ativos.

PIS: Programa de Integração Social;

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade;

P&D: Programa de Pesquisa e Desenvolvimento;

CFURH: Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica;

RGR: Reserva Global de Reversão; e

TUST: Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

(iv) Valor Novo de Reposição (VNR)

Foi considerado o estudo realizado pela área de Engenharia da Empresa para a determinação do VNR utilizado nos cálculos do balanço de 2012 e atualizados pelo IPCA.

(v) Investimentos

Não foram considerados novos investimentos nas usinas testadas para 2015.

(vi) Depreciação

Utilizada a taxa da Aneel conforme sua Resolução nº 474/2012.

(vii) Uso do Bem Público (UBP)

Foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simpício, cujos montantes aproximados são de R\$ 267.196 e R\$ 1.150.162 ao ano, respectivamente.

(viii) Taxa de Desconto para fluxo de caixa

Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração: 6,69% a.a. real; e b) Ativo de Transmissão: 6,57% a.a. real.

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa não identificou novos casos em suas Unidades Geradoras de Caixa além das que já havia identificado no ano de 2013, UHE Batalha e Simp

Descritivo	Saldo em 01.01.2013	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2013
Serviço					
Custo					
Terrenos	278.271	-	-	115.495	393.766
Barragens, reservatórios e adutoras	2.035.754	-	-	893.518	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.131.751	-	(107)	131.208	1.262.852
Máquinas e equipamentos	1.910.572	-	120.173	1.228.735	3.259.480
Veículos	26.449	-	(2.422)	10.222	34.249
Móveis e utensílios	21.128	-	(1.709)	7.753	27.172
Subtotal	5.403.925	-	115.935	2.386.931	7.906.791
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(860.551)	(9.370)	-	-	(869.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(539.923)	(11.158)	107	-	(550.974)
Máquinas e equipamentos	(731.007)	(143.939)	(114.320)	-	(989.266)
Veículos	(21.298)	(4.212)	2.370	-	(23.140)
Móveis e utensílios	(14.437)	(1.066)	440	-	(15.063)
Subtotal	(2.167.216)	(169.745)	(111.403)	-	(2.448.364)
Total em Serviço	3.236.709	(169.745)	4.532	2.386.931	5.458.427
Em Curso					
Terrenos	244.620	(30.163)	(668)	(55.985)	157.804
Barragens, reservatórios e adutoras	1.727.482	(4.450)	(2.444)	(780.906)	939.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.313	21.356	(245)	(98.592)	61.832
Máquinas e equipamentos	1.028.773	295.846	(3.592)	(1.006.723)	314.304
Veículos	919	10.222	-	(10.222)	919
Móveis e utensílios	-	7.743	-	(7.743)	-
A ratear	514.111	44.720	(1.612)	(426.740)	130.479
Adiantamento a fornecedores	-	(9.007)	(146)	-	(9.153)
Estudos e Projetos	-	346	(3)	(20)	323
Transformação, fabricação e reparo de materiais	14.999	6.801	(359)	-	21.441
Material em depósito	-	15.136	(218)	-	14.918
Compras em andamento	3.312	(12.220)	(198)	-	(9.106)
Total em Curso	3.673.529	346.330	(9.485)	(2.386.931)	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.028.266)	(32.066)	-	-	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.769.432	144.519	(4.953)	-	5.908.998

NOTA 17 – INTANGÍVEL

Descritivo	Saldo em 31.12.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2014
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço (1)						
Custo	19.301	-	-	-	38.934	58.235
Amortização	(1.788)	-	-	(1.350)	-	(3.138)
	17.513	-	-	(1.350)	38.934	55.097
Em curso						
Custo	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
Total vinculados à concessão - Geração	59.193	1.018	(1.768)	(1.350)	-	57.093
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço (1)						
Custo	2.552	-	-	-	(11)	2.541
Amortização	(300)	-	-	-	-	(300)
	2.252	-	-	-	(11)	2.241
Em curso						
Custo	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
Total vinculados concessão – Transmissão	7.359	(3.793)	-	-	-	3.566
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço (1)						
Custo	81.752	-	-	-	8.661	90.413
Amortização	(69.107)	-	-	(16.586)	-	(85.693)
	12.645	-	-	(16.586)	8.661	4.720
Em curso						
Custo	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
Total vinculados concessão – Outros intangíveis	44.836	18.672	-	(16.586)	-	46.922
Total	111.388	15.897	(1.768)	(17.936)	-	107.581

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1 Composição do endividamento (por contraparte)

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2014				31.12.2013			
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não Circul.	
Moeda Estrangeira											
Eletrobras											
Eletrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	509	9.435	23.588	33.532	576	8.321	29.125	38.022
Eletrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.088	33.652	84.124	118.864	1.389	33.804	118.306	153.499
Subtotal				1.597	43.087	107.712	152.396	1.965	42.125	147.431	191.521
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	161	10.026	320.828	331.015	129	-	242.517	242.646
Subtotal				161	10.026	320.828	331.015	129	-	242.517	242.646
Subtotal				1.758	53.113	428.540	483.411	2.094	42.125	389.948	434.167
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	-	232.872	2.695.310	2.928.182	6	206.689	2.759.243	2.965.938
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a. Selic	-	26.166	61.947	88.113	-	25.955	88.033	113.988
Eletrobras	Selic	30.08.2020		-	-	787.968	787.968	-	-	143.968	143.968
Subtotal				-	259.038	3.545.225	3.804.263	6	232.644	2.991.244	3.223.894
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.279	66.161	700.200	768.640	2.321	66.161	766.360	834.842
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	133	3.857	39.446	43.436	136	3.856	43.302	47.294
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	619	16.409	164.090	181.118	631	16.409	180.499	197.539
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	7.342	-	750.000	757.342	5.981	-	750.000	755.981
Banco do Brasil	CDI	07.02.2018	110% CDI	10.023	-	208.311	218.334	8.208	-	208.312	216.520
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	24.689	-	400.000	424.689	-	-	-	-
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	11.234	-	212.761	223.995	9.141	-	212.761	221.902
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	20.171	-	400.000	420.171	16.460	-	400.000	416.460
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	2.211	-	86.569	88.780	1.816	-	86.569	88.385
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	2.541	-	113.975	116.516	2.070	-	113.975	116.045
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	8	275	1.673	1.956	41	252	1.948	2.241
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	25	962	5.854	6.841	139	882	6.816	7.837
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	104	-	68.246	68.350	98	-	68.246	68.344
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	145	-	95.000	95.145	136	-	95.000	95.136
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	15.160	-	1.000.000	1.015.160	12.094	-	1.000.000	1.012.094
BASA	CDI	31.07.2017	102,89% CDI	9.513	-	200.000	209.513	7.763	-	200.000	207.763
Subtotal				106.197	87.664	4.446.125	4.639.986	67.035	87.560	4.133.788	4.288.383
Subtotal Moeda Nacional				106.197	346.702	7.991.350	8.444.249	67.041	320.204	7.125.032	7.512.277
Total				107.955	399.815	8.419.890	8.927.660	69.135	362.329	7.514.980	7.946.444

19.2 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	31.12.2014			31.12.2013		
	\$	R\$	%	\$	R\$	%
Moeda estrangeira						
US\$	137.244	364.547	4,1	119.810	280.668	3,6
Yen	5.347.041	118.864	1,3	6.874.116	153.499	1,9
		483.411	5,4		434.167	5,5
Moeda nacional						
CDI		3.474.500	38,9		3.035.150	38,2
IPCA		2.928.182	32,8		2.965.938	37,3
TJLP		1.090.295	12,2		1.177.052	14,8
SELIC		787.968	8,9		143.968	1,8
		8.280.945	92,8		7.322.108	92,1
Não Indexado		163.304	1,8		190.169	2,4
		8.444.249	94,6		7.512.277	94,5
Total		8.927.660	100,0		7.946.444	100,0

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2014 (anual)	2013 (anual)
US\$	13,39	14,64
Yen	-0,45	-5,86
IPCA	6,56	4,95

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	31.12.2014			31.12.2013
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2015	-	-	-	382.725
2016	459.326	63.139	522.465	416.092
2017	985.393	63.139	1.048.532	1.203.057
2018	1.919.691	41.589	1.961.280	1.948.685
2019	962.856	20.052	982.908	969.802
2020	980.854	20.052	1.000.906	653.426
Após 2020	2.683.230	220.569	2.903.799	1.941.193
Total	7.991.350	428.540	8.419.890	7.514.980

Descritivo	Saldo em 01.01.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2013
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.714	-	(5.130)	-	12.717	19.301
Amortização	(1.098)	-	-	(690)	-	(1.788)
	10.616	-	(5.130)	(690)	12.717	17.513
Em curso						
Custo	53.274	1.123	-	-	(12.717)	41.680
	53.274	1.123	-	-	(12.717)	41.680
Total vinculados à concessão - Geração	63.890	1.123	(5.130)	(690)	-	59.193
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	-	-	(454)	-	3.006	2.552
Amortização	-	-	-	(300)	-	(300)
	-	-	(454)	(300)	3.006	2.252
Em curso						
Custo	-	8.113	-	-	(3.006)	5.107
	-	8.113	-	-	(3.006)	5.107
Total vinculados concessão – Transmissão	-	8.113	(454)	(300)	-	7.359
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	79.870	760	-	-	1.122	81.752
Amortização	(53.412)	-	-	(15.695)	-	(69.107)
	26.458	760	-	(15.695)	1.122	12.645
Em curso						
Custo	7.845	(a) 25.468	-	-	(1.122)	32.191
	7.845	25.468	-	-	(1.122)	32.191
Total vinculados concessão – Outros intangíveis	34.303	26.228	-	(15.695)	-	44.836
Total	98.193	35.464	(5.584)	(16.685)	-	111.388

NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos impostos e contribuições sociais a recolher são apresentados como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		
Tributos a recolher	304.805	287.856
Total circulante	304.805	287.856
Não circulante		
Tributos a recolher	689.875	739.705
Total não circulante	689.875	739.705

20.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	109.567	99.925
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	31.076	28.022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	3.678	3.678
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.324	1.324
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	21.309	24.277
Pasep/Cofins	59.018	41.772
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.185	5.994
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	19.098	26.178
Impostos retidos – Lei nº 10.833	17.915	22.883
ICMS/ISS	30.352	29.731
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	5.143	3.761
Outros	140	311
Total circulante	304.805	287.856
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	273.917	349.740
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	401.394	389.965
Pasep/Cofins Diferido	14.564	-
Total não circulante	689.875	739.705

20.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2014, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2013 (54 Parcelas)	449.665
Ajuste/Revisão Extrato RFB	34.464
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2014	(113.288)
Atualização monetária até 31.12.2014	12.643
Saldo em 31.12.2014 (42 Parcelas)	383.484
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2014 (12 parcelas)	109.567
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2014 (30 parcelas)	273.917

20.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

- a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438;
b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e
c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado à 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2014, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Débito Inscrito no Refis Lei nº 12.865/2013 em 31.12.2013	420.197
Valor do pagamento da 1ª parcela efetuado em 31.12.2013	(2.210)
Saldo em 31.12.2013 (179 Parcelas)	417.987
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2014	(29.648)
Atualização monetária até 31.12.2014	44.131
Saldo em 31.12.2014 (167 Parcelas)	432.470
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2014 (12 parcelas)	31.076
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2014 (155 parcelas)	401.394

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)	-	21.790
Folha de pagamento	37.032	181.212
Provisão de férias	37.881	31.964
Provisão de gratificação de férias	28.419	23.980
Provisão de FRG sobre férias	5.466	5.267
INSS sobre provisão de férias	19.364	16.397
FGTS sobre provisão de férias	5.301	4.474
Adicional Senai sobre provisão de férias	133	112
Honorários/encargos dos administradores	877	740
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias	399	337
Participações nos lucros (PLR)	89.421	105.296
Total circulante	224.293	391.569

⁽¹⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

21.1 Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)

Em 18 de julho de 2011, a Empresa implantou o Plano de Radequação do Quadro de Pessoal (Preq), integrado pelos seguintes programas:

- (i) Programa de Bônus para o Desligamento Voluntário (PBDV);
(ii) Programa de Mapeamento e Repasse de Conhecimentos (PRC);
(iii) Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA);
(iv) Programa de Renovação e Desenvolvimento do Quadro de Pessoal.

No período compreendido entre 18 de julho a 26 de agosto de 2011 foram aceitas as adesões ao PBDV, do Preq.

Concomitantemente ao encerramento do Preq de Furnas, previsto originalmente para julho de 2013, a Eletrobras divulgou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) para todo o sistema Eletrobras.

Sendo assim, em função da realidade atual do setor elétrico e considerando a existência em Furnas, de um número significativo de empregados com possibilidade de aposentadoria até agosto de 2014, bem como as recomendações do DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) e orientações da holding Eletrobras, a Empresa aprovou o aditamento e a reabertura do Plano de Radequação do Quadro de Pessoal (Preq), como forma de adequação ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID).

O Preq adotado foi previsto para duas etapas, sendo a primeira até dezembro de 2013 e a segunda no período de janeiro a novembro de 2014.

As inscrições para a nova adesão compreenderam o período de 9 a 20 de setembro de 2013.

Os empregados já desligados de Furnas por meio do Preq, desde outubro de 2011, mediante assinatura de Termo de Aditamento, tiveram um complemento de rescisão relativo à diferença entre os valores pagos na quitação e os novos valores apurados, na base da data de desligamento de cada empregado e período adicional de 48 meses de utilização do Benefício Saúde de Furnas.

Em 31 de dezembro de 2014, todas as indenizações relacionadas ao Preq foram efetuadas, não restando nenhum valor a pagar.

21.2 Folha de Pagamento

A variação negativa apresentada neste saldo refere-se, principalmente, à redução no quadro de pessoal de Furnas, bem como ao pagamento das indenizações relacionadas ao Preq.

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

Descritivo	30.12.2014	31.12.2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.701	2.073
Ministério de Minas e Energia	1.851	1.036
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	110.298	90.194
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	20.981	33.764
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	1.263	1.198
Total circulante	138.094	128.265
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	95.147	76.601
Total não circulante	95.147	76.601

NOTA 23 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descritivo	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato da reserva a amortizar	70.474	-	70.474	62.838	65.966	128.804
Contribuições amortizantes Plano BD	6.867	59.829	66.696	10.107	36.674	46.781
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	244.100	244.100	-	124.426	124.426
Total	77.341	303.929	381.270	72.945	227.066	300.011

23.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretária de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Variável (Plano CD).

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da

atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da Empresa é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 338,93);
(ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
(iii) Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada a soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 27.599 (31.12.2013 - R\$ 24.059).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31.12.2014	31.12.2013
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	1.167	1.822
1.2. Idade Média	52,28	53,88
1.3 Salário Médio em R\$	12.706	13.446
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	6.434	5.868
2.2. Idade Média	67,13	67,24
2.3. Benefício Médio em R\$	7.783	6.898
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.397	1.343
3.2. Benefício Médio em R\$	1.892	1.737
População Total	8.998	9.033

23.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de Benefício Definido e atendendo à determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a Real Grandeza firmou com Furnas o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., que estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por Furnas, em 31 de dezembro de 2014, monta em R\$ 70.474 (31.12.2013 – R\$ 128.804), integralmente classificados no passivo circulante (31.12.2013 - R\$ 62.838).

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e que a edição dessa lei e circunstâncias posteriores impuseram a revisão do custo do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- (i) contribuição específica criada para adaptação a Lei Federal nº 6.435/77; e
(ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.
E, tendo em vista que:
(iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;
(iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, tudo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra na qual estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder e que os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta no Parecer Atuarial, datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destacando que a então Secretaria de Previdência Complementar por intermédio de Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou a FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarecendo que essa obrigação financeira, ora constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 e a Eletronuclear, R\$ 18.471 – valores referenciados em 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- (i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 cada;
(ii) vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
(iii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a.
Em conformidade com as recomendações contidas na Nota Técnica nº 118/CGINP-MP emitidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 26 de março de 2013, Furnas resolveu efetuar o Primeiro Aditamento ao contrato em 10 de setembro de 2013.
Porém, em 23 de dezembro de 2013 o DEST, emitiu novas determinações, consubstanciadas na Nota Técnica nº 539/CGINP-MP, definindo a data de 31 de dezembro de 2013 como nova "Data de Referência".
Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, Furnas assinou o Segundo Aditamento ao Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira alterando, consequentemente, todos os valores indicados no contrato e não alterado no Primeiro Aditamento, a saber:
(i) com a alteração da Data de Referência, as contribuições amortizantes com base no percentual de 5,09% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição voltam a prevalecer desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013;
(ii) com base no novo Parecer Atuarial realizado em 26 de agosto de 2014, fica estabelecido como obrigação reconhecida e confessada por Furnas o valor de R\$ 68.487;
(iii) pagamento em 109 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 795 cada;
(iv) vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
(v) atualização monetária desde a nova Data de Referência, 31 de dezembro de 2013, até o mês anterior ao do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a nova Data de Referência e a data do recolhimento da prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 5,5% a.a.

O saldo devedor desta obrigação reconhecida por Furnas, após o Segundo Aditamento, em 31 de dezembro de 2014, monta em R\$ 66.696 (31.12.2013 – R\$ 46.781), dos quais R\$ 6.867 (31.12.2013 - R\$ 10.107) classificados no passivo circulante.

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	72.945	102.640	175.585
Adições	-	26.049	26.049
Juros	8.375	-	8.375
Variação monetária	-	10.754	10.754
Pagamento de juros	(8.601)	-	(8.601)
Pagamento do principal	(74.992)	-	(74.992)
Transferência para o circulante	79.614	(79.614)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	77.341	59.829	137.170

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionado:

Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
2015	-	76.520
2016	7.035	11.187
2017	7.422	11.858
2018	45.372	3.075
Total	59.829	102.640

23.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário	137.170	175.585
Programa de Saúde	233.196	115.340
Programa de Seguro	10.904	9.086
Total	381.270	300.011

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário	1.058.568	904.657
Programa de Saúde	215.411	54.733
Programa de Seguro	6.979	6.673
Total	1.280.958	966.063

23.4 Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro

23.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

23.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

23.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
Descritivo	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,21%	12,06%
Taxa de juros real de desconto atuarial	6,14%	6,42%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,21%	12,06%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	80% T1 Service Table	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 RP-2000 DISABLED	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	M&F	AT-83
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi um ganho de R\$ 1.557.205 para 31 de dezembro de 2014 em detrimento de uma perda de R\$ 644.360 para 31 de dezembro de 2013.

23.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

23.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Empresa a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

23.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

- a) Planos de benefícios definidos (Plano BD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	9.090.649	9.005.353
Valor justo dos ativos do plano (-)	(10.087.869)	(9.038.845)
Passivo (Ativo) líquido	(997.220)	(33.492)
Efeito de restrição sobre o ativo	997.220	33.492
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	137.170	175.585
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	137.170	175.585
Custo do serviço corrente	(42.019)	37.586
Custos dos juros líquidos	-	40.288
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	(42.019)	77.874

- b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	Saúde		Seguro	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	253.650	115.340	10.903	9.086
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	253.650	115.340	10.903	9.086
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	253.650	115.340	10.903	9.086
Custo do serviço corrente	2.905	-	415	-
Custos dos juros líquidos	11.258	11.706	1.096	882
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	14.163	11.706	1.511	882

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2014			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	9.005.353	115.340	9.086	8.656.390
Custos dos serviços corrente líquido	30.234	2.905	415	33.554
Custos dos juros	1.053.969	11.258	1.096	1.009.233
Benefícios pagos	(633.209)	(5.141)	-	(638.350)
Custo de saúde - Preq	-	61.652	-	61.652
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(14.206)	17.432	-	3.226
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	232.583	76.074	130	308.787
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(584.075)	(25.870)	176	(79.289)
Subtotal	(365.698)	67.636	306	232.724
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.090.649	253.650	10.903	9.355.203
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	9.038.845	-	-	9.038.845
Receita de juros	1.066.339	-	-	1.066.339
Contribuições patronais	52.776	5.141	-	57.917
Contribuições de participantes do plano	72.253	-	-	72.253
Benefícios pagos/adiantados	(633.209)	(5.141)	-	(638.350)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	490.865	-	-	490.865
Subtotal	490.865	-	-	490.865
Valor justo dos ativos no fim do exercício	10.087.869	-	-	10.087.869

Descritivo	31.12.2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	10.528.335	136.904	10.311	10.675.550
Custos dos serviços corrente líquido	106.203	-	-	106.203
Custos dos juros	900.174	11.706	882	912.762
Benefícios pagos	(505.163)	(2.916)	-	(508.079)
Custo de saúde - Preq	-	20.453	-	20.453
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(3.171.859)	(51.758)	(1.404)	(3.070.936)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	1.147.663	951	(703)	520.437
Subtotal	(2.024.196)	(50.807)	(2.107)	(2.550.499)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.005.353	115.340	9.086	8.656.390
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	10.057.169	-	-	10.057.169
Receita de juros	859.886	-	-	859.886
Contribuições patronais	62.582	2.916	-	65.498
Contribuições de participantes do plano	68.616	-	-	68.616
Benefícios pagos/adiantados	(505.163)	(2.916)	-	(508.079)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	(1.504.245)	-	-	(1.504.245)
Subtotal	(1.504.245)	-	-	(1.504.245)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	9.038.845	-	-	9.038.845

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Valores disponíveis imediatos	1.374	-
Realizável previdenciário	249.499	4.553
Renda fixa	7.317.406	6.748.152
Renda variável	2.172.008	2.155.853
Investimentos imobiliários	513.610	317.884
Empréstimos e financiamentos	238.929	234.320
Tesouraria	3.205	-
(-) Exigíveis previdenciários	(358.564)	(375.893)
(-) Exigíveis de investimentos	(49.598)	(46.024)
Total dos ativos garantidos	10.087.869	9.038.845

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

23.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	1.128.800	966.063

Descritivo	31.12.2014			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	14.206	(17.432)	-	(3.226)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(232.583)	(76.074)	(130)	(308.787)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	584.075	25.870	(176)	79.289
Retorno sobre ativos do plano	490.865	-	-	490.865
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(951.358)	-	-	(420.878)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	(94.795)	(67.636)	(306)	(162.737)

Descritivo	31.12.2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.171.859	51.758	1.404	3.070.936
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(1.147.663)	(951)	703	(520.437)
Retorno sobre ativos do plano	(1.504.245)	-	-	(1.504.245)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(283.662)	-	-	(283.662)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	236.289	50.807	2.107	762.592

23.4.6 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 59.221 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 9,08 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Programa Previdenciário	31.12.2014
Menos de 1 ano	702.584
Entre 1-2 anos	693.934
Entre 2-5 anos	2.010.848
Mais de 5 anos	11.791.206
Total	15.198.572

23.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 192.774 (aumento de R\$ 200.946).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria aumento R\$ 13.405 (redução de R\$ 12.225).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuisse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 160.651 (redução de R\$ 165.341).

23.6 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Montantes do:	PLANO BD		TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1		Idade +1		+ 0,25%	- 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial do plano	9.251.301	8.925.308	8.882.473	9.307.727			9.090.649
Valor justo dos ativos do plano	10.087.869	10.087.869	10.087.869	10.087.869			10.087.869
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	836.568	1.162.560	1.205.396	780.142			997.220
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,8%	-1,8%	-2,3%	2,4%			-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%			-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	-16,1%	16,6%	20,9%	-21,8%			-

NOTA 24 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 37.438 (31.12.2013 - R\$ 39.680) que se refere às usinas de Batalha, R\$ 7.224 (31.12.2013 - R\$ 8.847) e Simplicio, R\$ 30.214 (31.12.2013 - R\$ 30.833).

24.1 Movimentação do passivo

Descrição	Circulante	Não Circulante	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.590	38.090	39.680
Encargos	-	986	986
Transferência para circulante	1.561	(1.561)	-
Ajustes a valor presente	-	(1.530)	(1.530)
Amortização	(1.590)	(108)	(1.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.561	35.877	37.438

24.2 Composição do passivo por vencimentos

Ano	31.12.2014	31.12.2013
2014	159	1.590
2015	1.402	1.433
2016	1.402	1.433
2017	1.402	1.433
2018	1.402	1.433
Após 2018	31.671	32.358
Total	37.438	39.680

24.3 Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto dos contratos de concessão das UHE Simplicio e Batalha, Furnas recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, o valor das parcelas mensais equivalente a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 972 para UHE Simplicio e R\$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Usinas/ Duração da concessão	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a Pagar	Pagamento Anual	Saldo a Pagar
Batalha – 35 anos	249	6.648	271	7.224
Simplicio – 35 anos	972	25.932	1.132	30.214

NOTA 25 – PROVISÕES PARA RISCOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

25.1 A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

Descritivo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	344.481	(116.927)	227.554
Tributários	12.478	7.511	19.989
Cíveis e outros	198.350	63.398	261.748
Total não circulante	555.309	(46.018)	509.291

Ações judiciais movidas contra a Empresa que se encontram registradas:

25.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2014, os processos trabalhistas tiveram redução de R\$ 116.927, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de algumas ações.

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria, dos quais destaca-se o processo nº 0322200-47.1981.5.01.0031 do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro – SENGE, com provisão no montante de R\$ 89.778 em 31 de dezembro de 2014.

25.1.2 Riscos cíveis e outros prováveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, autuações da Anel e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória, das quais, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se:

- (i) Autos de infração Aneel. A Empresa mantém registrado o valor de R\$ 27.123 (R\$ 18.610 em 2013) referentes a autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por Furnas cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável.
- (ii) Processo nº 0662964-19.1985.4.03.6100 – Trata-se de ação ordinária de indenização proposta em 17/01/1985, junto à 14ª Vara Federal de São Paulo, por conta de prejuízos por ocasião da formação do lago artificial da Usina Hidroelétrica de Marimbondo/SP. O valor atual monta em R\$ 15.744 (R\$ 38.964 em 2013).
- (iii) Processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001 – Trata-se de Ação Ordinária proposta por Ampla Energia e Serviços LTDA, tendo como pedido o reconhecimento da alegada violação ao congelamento de preços, e a declaração da ilegalidade e nulidade das majorações tarifárias relativas ao suprimento de energia elétrica cobradas da Ampla por Furnas, que foram implementadas durante o período do congelamento de preços, objeto dos Decretos Lei nº 2.283/86 e 2

em razão a acidente de veículo, em quantia a ser apurada em liquidação de sentença, já tendo ocorrido o trânsito em julgado. Na atual fase de cumprimento de sentença, após o pagamento dos valores referentes aos danos emergentes, prossegue-se a execução quanto aos lucros cessantes, cujo montante está sendo impugnado em sede recursal. O valor atual monta em R\$ 15.942 (R\$ 14.234 em 2013).

25.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

Descritivo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	244.431	(39.622)	204.809
Tributários	3.522.217	214.544	3.736.761
Cíveis e outros	1.026.903	120.497	1.147.400
Total não circulante	4.793.551	295.419	5.088.970

Ações judiciais movidas contra a Empresa com probabilidade de perda possível:

25.2.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, os processos trabalhistas com probabilidade possível tiveram redução de R\$ 39.622, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de ações. Os valores neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

25.2.2 Processos tributários

Os processos tributários foram impactados, basicamente, pela sua atualização monetária. Os itens abaixo se referem a processos antigos, atualizados até 31 de dezembro de 2014:

- (i) Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor: R\$ 1.070.522 (R\$ 1.010.335 em 2013).
- (ii) Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor: R\$ 1.010.814 (R\$ 953.985 em 2013)
- (iii) Processo nº 16682.720.878/2013-04 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a utilização de despesa tida em 2000 (em razão da assunção de dívida junto à Fundação Real Grandeza) como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A autoridade fiscal afirma que tal registro foi feito de modo errado, tendo em vista que tal despesa deveria ter sido contabilizada no seu período de competência, no ano de 2000. Dessa forma, glosou as despesas deduzidas no ano-calendário 2011. Valor: R\$ 634.585 (R\$ 593.014 em 2013).
- (iv) Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetivar compensação. Valor: R\$ 466.228 (R\$ 437.884 em 2013).
- (v) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de Pasep/Cofins e os declarados por meio de DCTF. Valor: R\$ 182.114 (R\$ 170.184 em 2013).

25.2.3 Processos cíveis e outros

Dos processos cíveis e outros, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se:

- (i) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400 - Furnas x Aneel - R\$ 115.360 (R\$ 103.000 em 2013). Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Furnas que, como figura como ré, visa anular a decisão da Aneel que determinou a assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e demais contratos relacionados à Transmissão e à Distribuição da UTE Cuiabá. Furnas alega que, nos termos da Resolução nº 236/2003 - Aneel, o CUST deveria ser assinado pela Unidade Geradora do empreendimento com o ONS que seria a Empresa Produtora de Energia (EPE). Furnas, nesse caso, seria mera comercializadora da energia produzida, não tendo assumido a assunção de encargos financeiros de correntes de contratos de transmissão e distribuição. Saliente-se que a ação foi julgada improcedente na primeira instância, contudo, Furnas conseguiu junto ao TRF da 1ª Região, a suspensão da assinatura do contrato até o julgamento final da lide. O processo atualmente está no TRF da 1ª Região, aguardando o julgamento da Apelação Cível interposta por Furnas.
- (ii) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - Aneel - Desconstituição de Ato Administrativo, no valor de R\$ 59.569 (R\$ 43.398 em 2013). Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto de Infração nº 027/2010-SFE/Aneel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo Nº 48500.006877/2009-46.
- (iii) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; e outros - Integral Engenharia Ltda., no valor de R\$ 98.606 (R\$ 88.141 em 2013).
- (iv) Processo Aneel nº 0026627-17.2007.4.01.3400 – Nulidade da Resolução Normativa nº 257/2007 da Aneel, que dispõem sobre a revisão tarifária, dos serviços de transmissão prestados por Furnas, com a finalidade de manter a atual RAP – Receita Anual Permitida, até a edição de nova resolução autorizativa que atenda os termos do contrato de concessão firmado com o poder concedente, levando em consideração os investimentos realizados por Furnas. Valor: R\$ 207.109 (R\$ 184.919 em 2013).

25.3 Processo remoto de indenização fundiária

Trata-se do processo nº 03354-76.2011.8.09.0113, de ação indenizatória movida contra Furnas, Semesa S.A., e Grupo VBC – VBC Energia S.A em 07.01.2011, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia, na qual se busca: (i) indenização decorrente da desapropriação em função da implantação do empreendimento UHE Serra da Mesa; (ii) indenização em razão dos prejuízos financeiros após o investimento realizado na implantação de uma serralheria, montada para utilizar a madeira que seria retirada do imóvel desapropriado; e (iii) indenização por dano moral em razão dos itens (i) e (ii) acima, reputando-os como grave e de maior potencial ofensivo.

Em dezembro de 1987, os autores foram desapropriados, em parte de uma propriedade, e Furnas, além de pagar o preço pelas terras e pelas plantações, por mera liberalidade, permitiu que os proprietários retirassem a madeira existente na área inundável, no prazo de até um ano antes do enchimento do reservatório, previsto para 1991.

Os autores argumentam que realizaram alto investimento na estruturação de uma serralheria, com porte para corte e industrialização da madeira. No entendimento de Furnas, a serralheria foi instalada em área desapropriada e o evento está prescrito, uma vez que já haviam se passado mais de 20 anos de sua ocorrência (data da celebração da escritura de desapropriação: 28.12.1987 – prescrição: 28.12.2007 - data do ajuizamento: 07.01.2011). Destaca-se, ainda, que os documentos indicados na petição inicial não refletem os efetivamente juntados.

O valor atualizado, conforme pedido dos autores da ação é de R\$ 889.908, considerada por Furnas como de prognóstico remoto, por entender que há ilegitimidade passiva, prescrição e ausência de direito dos autores e, no tocante ao mérito, rebate por negativa geral.

Atualmente o processo encontra-se em 1ª instância, com audiência de conciliação, instrução e julgamento marcada para o dia 20.08.2015.

NOTA 26 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 38.530 (31.12.2013 – R\$ 34.740).

A origem do AFAC incorporado ao capital de Furnas, no montante de R\$ 500.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013, refere-se a aportes efetuados pela Eletrobrás nos valores de:

- a) R\$ 300.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:
- (i) UHE Santo Antonio aporte de R\$ 204.000;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000.
- b) R\$ 200.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antonio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

O prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização é superior a 1 (um) ano e está sendo atualizado pela Selic.

NOTA 27 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Contrato nº 004/2004 - UHE Marimbondo	25.989	2.336
Contrato nº 004/2004 - UHE Furnas	168.701	12.182
Contrato nº 004/2004 - UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	34.538	15.526
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	132.219	95.903
Contrato nº 062/2001 – transmissão	608.488	875.272
Total	969.935	1.001.219
Não circulante	969.935	1.001.219

A Administração da Empresa realiza anualmente teste de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 17.3.

Com a renovação do contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual. As usinas integrantes no contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB - Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contratos de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 17.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constitui a provisão para UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE LCB – Estreito e UHE Funil do contrato nº 004/2004 e para o contrato nº 062/2001 – Transmissão.

27.1 Movimentação da provisão

Descritivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.001.219
Movimento em 2014	
(+) Constituição de provisão (UHES: Marimbondo, Furnas, LCB - Estreito e Funil).	235.501
(-) Reversão de provisão (CT nº 062/2001 – Transmissão) ^(a)	(266.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	969.935

- (a) Esta reversão na provisão para perdas por contrato oneroso é devido ao aumento de RAP, em função da atualização para o ciclo de julho de 2014 a junho de 2015, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.756, de 24 de junho de 2014.

NOTA 28 – OUTROS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamentos - diversos	570	960
Cauções em garantia	367	625
Credores diversos	8.029	8.035
Ressarcimento – CCEAR (1)	6.282	24.642
Concessionárias e Permissionárias	4.634	-
Contribuições FRG	12.614	14.953
Total Circulante	32.496	49.215
FGTS conta empresa	1	1
Total Não Circulante	1	1

(1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 10.373.564 (31.12.2013 - R\$ 11.177.327), está assim composto:

29.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (31.12.2013 – R\$ 6.531.154), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2014 e 31.12.2013			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

29.2 Reserva de Capital

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.718.035	2.123.689
Total	5.123.332	5.528.986

29.3 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
ORA	(1.280.922)	(882.813)
Total	(1.280.922)	(882.813)

NOTA 30 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Receita Operacional		
Geração		
Fornecimento de energia elétrica	14.896	75.809
Suprimento de energia elétrica (*)	3.705.696	2.325.823
Energia de curto prazo (**)	856.977	467.819
Operação e Manutenção de usinas	560.947	543.127
Construção de usinas	90.602	103.967
Subtotal	5.229.118	3.516.545
Transmissão		
Operação e Manutenção de linhas de transmissão	856.738	726.879
Construção de linhas de transmissão	578.909	478.106
Remuneração financeira – retorno de investimento	212.283	172.204
Subtotal	1.647.930	1.377.189
Outras receitas	47.263	69.648
Subtotal	6.924.311	4.963.382
Deduções à receita operacional		
Impostos e contribuições sobre a receita		
ICMS	-	(12.235)
Pis/Pasep	(92.272)	(125.483)
Cofins	(425.076)	(369.682)
ISS	(1.852)	(3.052)
Subtotal	(519.200)	(510.452)
Encargos Setoriais		
Quota para a reserva global de reversão (RGR)	(134.890)	(91.004)
Conta de consumo de combustíveis (CCC)	-	(3.312)
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	(11.857)	(11.511)
Proinfa	(21.126)	(17.522)
Pesquisa e desenvolvimento	(55.223)	(37.386)
Subtotal	(223.096)	(160.735)
Subtotal	(742.296)	(671.187)
Receita Operacional Líquida	6.182.015	4.292.195

(*) Aumento proporcionado pela assinatura de contratos de suprimento de energia provenientes do Leilão A de energia existente, com entrega a partir de 1º de maio de 2014.

(**) Reflexo da apuração positiva da liquidação financeira na CCEE no período de janeiro a maio de 2014.

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

NOTA 31 – CUSTO OPERACIONAL

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.519.260)	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica	(423.634)	(400.711)
Total do custo com energia elétrica	(1.942.894)	(1.074.685)
Custo de operação		
Pessoal	(1.097.419)	(1.221.135)
Material	(32.035)	(36.930)
Serviços de terceiros	(727.175)	(692.066)
Depreciação e amortização	(222.476)	(185.816)
Utilização de recursos hídricos	(133.542)	(164.000)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(492.843)	(278.997)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(15.063)	(18.307)
Impostos e taxas	(9.252)	(6.000)
Total do custo de operação	(2.729.805)	(2.603.251)
Custo de construção		
Custo de construção - geração	(90.602)	(103.967)
Custo de construção - transmissão	(578.910)	(478.106)
Total do custo de construção	(669.512)	(582.073)
TOTAL DO CUSTO OPERACIONAL	(5.342.211)	(4.260.009)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descritivo	31.12.2014		31.12.2013	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos iniciais/bilaterais	3.332.295	(1.519.260)	3.947.406	(673.974)
Total	3.332.295	(1.519.260)	3.947.406	(673.974)

(*) Informação não auditada.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de energia comprada por Furnas para revenda, no valor de R\$ 1.519.260 (31.12.2013 – R\$ 673.974), aumentou, basicamente, devido a maior exposição de Furnas à elevação dos níveis de PLD (preço de liquidação das diferenças) ao longo do ano na CCEE, além da redução na geração hidráulica diante dos baixos níveis dos reservatórios das usinas.

31.2 Principais Custos e Despesas Operacionais (inclui Treinamento e Benefícios Diversos)

Em 31 de dezembro de 2014, do montante de custos e de despesas operacionais, no valor de R\$ 4.837.153 (31.12.2013 - R\$ 4.585.517), estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dos quais listamos os principais:

Descritivo	31.12.2014 (*)	31.12.2013(*)
Remuneração	625.233	726.236
Encargos sociais	243.615	384.622
Auxílio alimentação	58.801	59.482
Convênio assistencial e outros benefícios	48.736	335.952
Previdência privada	33.633	28.962
Saúde	133.167	117.876
Segurança e saúde no trabalho	9.968	9.796
Educação	3.945	3.836
Cultura	1.745	1.735
Capacitação e desenvolvimento profissional	20.663	18.021
Creches ou auxílio creche	12.817	12.415
Provisão gratificação	72.372	72.403
Indenizações trabalhistas (constitucional)	166.706	62.821
(-) consumo de atividades	(49.305)	(64.213)
Demais despesas	569.189	529.185
Total	1.951.285	2.299.129

(*) Informação não auditada

NOTA 32 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
(Provisão) / Reversão – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) ⁽¹⁾	11.848	(222.043)
Reversão de provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outras ⁽²⁾	46.018	309.869
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(65.516)	(60.532)
(Provisão) / Reversão para baixa com ativo financeiro	496.195	(496.195)
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	(23.499)	(6.933)
(Provisão) / Reversão de redução ao valor recuperável de ativo (<i>impairment</i>)	47.225	(32.066)
Doações e contribuições não vinculadas	(28.209)	(26.514)
Arrendamento e Aluguéis	(62.293)	(60.954)
Seguros	(14.638)	(14.324)
Demais receitas / (despesas)	8.661	(7.125)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(17.727)	(15.621)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(8.553)	(6.545)
Despesas com estagiários, bolsistas – curso e bolsa de estudo	(8.237)	(7.073)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(15.466)	(15.261)
Diferencial Alíquotas ICMS	(2.587)	(8.838)
Indenizações, perdas e danos	(1.404)	(2.093)
Gastos Ambientais	(197)	(414)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(4.242)	(2.489)
Ressarcimento por indisponibilidade de energia	-	(50.882)
Ganhos (perdas) atuariais	116.395	(88.471)
Reversão Contrato Oneroso ⁽³⁾	31.283	488.996
Total	505.058	(325.508)

(1) Vide nota 21

(2) Vide nota 25

(3) Valor de 2013 reclassificado para Receitas (Despesas) operacionais.

32.1 – Reversão para baixa com ativo financeiro

Em 16 de dezembro de 2014, a Aneel, por meio das REN 642/14 e REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Com base neste fato novo, revertemos as provisões para baixa de ativo financeiro, constituídas nos anos de 2013 e 2014 para os investimentos realizados em modernizações de usinas e aqueles relacionados a reforços e melhorias

33.1 Encargos de empréstimos e financiamentos

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Encargos de dívida	(744.578)	(528.941)
Encargos de dívida transferidos para ativo imobilizado	35.667	19.365
Total	(708.911)	(509.576)

33.2 Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Variação monetária e cambial passiva sobre empréstimo longo prazo	(209.554)	(186.065)
Variação monetária e cambial passiva transferido para ativo imobilizado	50.537	28.188
Total	(159.017)	(157.877)

NOTA 34 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descritivo	31.12.2014		31.12.2013	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Prejuízo antes dos impostos	(244)	(244)	(665.621)	(665.621)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	61	22	166.405	59.906
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	160.538	57.793	(47.683)	(17.166)
Provisões operacionais	(19.173)	(6.902)	(146.175)	(52.623)
Equivalência patrimonial	221.778	79.840	37.945	13.660
Outros				
Demais adições/exclusões	(67.787)	(24.976)	(10.492)	(3.778)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(450.483)	(162.622)	86.932	31.296
Ganho Contrato Oneroso	(7.821)	(2.815)	(122.248)	(44.009)
Ajuste Societário	(160.538)	(57.793)	(76.366)	(27.492)
Compensação de Prejuízos Fiscais	27.248	9.809	-	-
Incentivos Fiscais	(1.589)	-	-	-
Total	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Corrente				
Diferido	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Total	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Total	(405.410)		(151.889)	

NOTA 36 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- d) Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

36.1 Empresas do grupo

Empresas	Cientes	Cientes Parcelamentos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Contas a pagar	AFAC	Saldo Líquido
Eletroacre	295	-	-	-	-	-	-	-	-	295
Eletrobras	-	-	(11)	(b)(3.956.659)	604	-	-	-	(g) (38.530)	(3.994.597)
Cgte	269	-	-	-	-	-	-	-	-	269
Chest	11.730	-	(3.039)	-	30.118	(d) (30.096)	(h) 1.422	-	-	10.135
Eletrosul	62	-	(3.348)	-	123	-	-	-	-	(3.163)
Eletronorte	4.416	-	(3.220)	-	265	-	-	-	-	1.461
Ceron	889	-	-	-	26	-	-	-	-	915
Ceal	21.178	-	-	-	-	-	-	(2)	-	21.176
Cepisa	13.678	-	-	-	-	-	-	(1.490)	-	12.188
Eletronuclear	(c) 692	-	(88)	-	(c) 155.791	-	-	(143)	-	156.252
Eletropar	-	-	-	-	21.197	(e) (15.740)	-	-	-	5.457
Amazonas	2.732	-	-	-	6	-	-	-	-	2.738
Celg-D	32.456	(a) 248.087	(5)	-	-	(f) (248.087)	-	-	-	32.451
Total 31.12.2014	88.397	248.087	(9.711)	(3.956.659)	208.130	(293.923)	1.422	(1.635)	(38.530)	(3.754.422)
Total 31.12.2013	93.758	228.843	(12.929)	(3.415.415)	193.159	(261.755)	1.433	(6.957)	(34.740)	(3.214.599)

- (a) R\$ 248.087 = R\$ 240.078 (circulante) + R\$ 8.009 (não circulante), nota 8.2
(b) R\$ 3.956.659 = R\$ 3.804.263 (MN) + R\$ 152.396 (ME), nota 19.1
(c) R\$ 692 (Cliente) + R\$ 155.791 (Contas a Receber) = R\$ 156.483, nota 14.1.1
(d) Nota 14.1.4 / (e) Nota 14.1.3 / (f) (R\$ 248.087) = R\$ 240.078 (circulante) + R\$ 8.009 (não circulante), nota 8
(g) Saldo de atualização monetária remanescente de (R\$ 38.530), nota 26.
(h) Trata-se de investimento ao custo de aquisição

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo
Eletroacre	-	1.970	-	33	-	11	-	-	2.014
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	(428.420)	995	(427.425)
Cgtec	-	-	-	2.340	-	-	-	-	2.340
Chesf	-	70.080	(26.482)	56.300	-	-	(10)	132	100.020
Eletrosul	-	-	(31.339)	719	-	-	-	276	(30.344)
Eletronorte	-	-	(26.213)	42.787	-	-	-	(532)	15.542
Ceron	-	2.082	-	6.445	-	-	-	-	8.489
Ceal	-	75.438	-	1.870	-	1.614	-	(38)	78.922
Cepisa	-	59.397	-	2.119	-	617	-	-	62.133
Eletronuclear	-	-	-	5.950	191	16.424	-	(765)	21.800
Amazonas	-	-	-	2.732	-	-	-	(486)	2.246
Celo-D	-	183.274	-	26.346	-	20.480	-	(32.434)	197.666
Total 31.12.2014	-	392.241	(84.034)	147.141	191	39.146	(428.430)	(32.852)	33.403
Total 31.12.2013	-	225.242	(63.396)	150.786	24	50.358	(398.192)	(10.532)	(694.272)

Em atendimento à Resolução Aneel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

36.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC	Participação societária permanente (a)	Obrigações estimadas	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo Líquido
Empresas de Geração											
Enepeixe	-	232	-	-	26.059	-	555.860	-	-	-	582.151
Baguari	-	15	-	-	7.294	315	85.815	-	-	-	93.439
Retiro Baixo	-	-	-	-	-	2.695	111.906	-	-	-	114.601
Serra Facão Energia	-	-	-	-	2.289	-	1.640	-	-	-	3.929
Chapecoense	740	-	-	-	9.512	-	364.522	-	-	-	374.774
Foz do Chapecó	-	458	-	-	-	-	-	-	-	-	458
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	2.724.068	-	-	-	2.724.068
Santo Antonio Energia	311	4.174	-	-	-	-	-	-	-	-	4.485
Brasventos Eolo	-	60	-	-	-	316	20.750	-	-	-	21.126
Brasventos Miassaba	-	70	-	-	-	-	33.469	-	-	-	33.539
Rei dos Ventos 3	-	61	-	-	-	-	21.356	-	-	-	21.417
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	246.921	-	-	-	246.921
Energia dos Ventos I	-	-	-	-	-	-	7.254	-	-	-	7.254
Energia dos Ventos II	-	-	-	-	-	-	4.406	-	-	-	4.406
Energia dos Ventos III	-	-	-	-	-	-	6.535	-	-	-	6.535
Energia dos Ventos IV	-	-	-	-	-	-	9.535	-	-	-	9.535
Energia dos Ventos V	-	-	-	-	-	-	929	-	-	-	929
Energia dos Ventos VI	-	-	-	-	-	-	1.272	-	-	-	1.272
Energia dos Ventos VII	-	-	-	-	-	-	1.380	-	-	-	1.380
Energia dos Ventos VIII	-	-	-	-	-	-	910	-	-	-	910
Energia dos Ventos IX	-	-	-	-	-	-	975	-	-	-	975
Energia dos Ventos X	-	-	-	-	-	-	5.807	-	-	-	5.807
Central Eolica Famosa I	-	-	-	-	-	1.059	838	-	-	-	1.897
Central Eolica Pau Brasil	-	-	-	-	-	706	548	-	-	-	1.254
Central Eolica São Paulo	-	-	-	-	-	823	648	-	-	-	1.471
Central Eolica Rosada	-	-	-	-	-	1.333	955	-	-	-	2.288
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.880	-	-	-	1.880
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.238	-	-	-	1.238
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	936	-	-	-	936
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	845	-	-	-	845
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.212	-	-	-	1.212
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.357	-	-	-	1.357
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	644	-	-	-	644
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.370	-	-	-	1.370
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	871	-	-	-	871
Pitumbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.270	-	-	-	1.270
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	2.387	-	-	-	2.387
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.867	-	-	-	1.867
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.684	-	-	-	1.684
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.062	-	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.062	-	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de Santo Antonio SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	362	-	-	-	649	167	-	-	-	1.178
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	-	1.996	(299)	-	-	-	1.697
Empresa de Energia São Miguel S.A.	-	-	-	-	-	-	(594)	-	-	-	(594)
Subtotal de Geração	1.061	5.432			45.154	9.892	4.235.762				4.297.301
Empresas de Transmissão											
Transleste	-	-	-	-	-	-	15.616	-	(166)	-	15.450
Transudeste	25	-	-	-	1.033	-	14.978	-	(156)	-	15.880
Transirapé	-	-	-	-	-	-	16.134	-	(107)	-	16.027
Centroeste	10	-	-	-	894	-	20.825	-	(71)	-	21.658
Transenergia Renovável	-	-	-	-	15.648	-	96.813	-	(80)	-	112.381
IE Madeira	-	-	-	-	7.660	-	378.187	-	(1.783)	(579)	383.485
Transenergia São Paulo	75	-	-	-	15.934	1.960	83.116	-	(28)	-	101.057
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	29.179	-	-	-	29.179
MGE Transmissão	149	-	-	-	6.812	-	118.953	-	(100)	-	125.814
Goiás Transmissão	203	-	-	-	20.051	-	138.436	-	(225)	-	158.465
Caldas Novas Transmissão	72	-	-	-	-	-	12.846	-	(9)	-	12.909
Triangulo Mineiro Transmissora S.A.	724	-	-	-	-	6.223	36.246	-	-	-	43.193
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	142	-	-	-	-	-	67.383	-	-	-	67.525
Luziânia-Niquelândia Transmissora	-	-	-	-	-	-	16.863	-	(845)	-	16.018
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	229	-	-	-	-	-	16.128	-	-	-	16.357
Mata de Santa Genebra	1	-	-	-	-	-	26.177	-	-	-	26.178
Lago Azul Transmissora	1	-	-	-	-	-	1.970	-	-	-	1.971
Belo Monte Transmissora	1	-	-	-	-	-	6.119	-	-	-	6.120
Energia Olimpica S.A.	-	-	-	-	-	-	(213)	-	-	-	(213)
Subtotal de Transmissão	1.632	-			68.032	8.183	1.095.756		(3.570)	(579)	1.169.454
Total SPE	2.693	5.432			113.186	18.075	5.331.518		(3.570)	(579)	5.466.755
FRG	3.127	-	-	-	-	-	-	(5.466)	-	(403.810)	(406.149)
Total 31.12.2014	5.820	5.432			113.186	18.075	5.331.518	(5.466)	(3.570)	(404.389)	5.060.606
Total 31.12.2013	7.660	4.058			82.536	60.789	4.805.760		(701)	(203.482)	4.756.622

- (a) Conforme nota 15 = R\$ 5.431.227 (investimentos) (-) R\$ 99.709 (provisões para perdas com SPEs)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação Societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo Líquido
Empresas de Geração										
Enerpeixe	-	-	56.539	-	2.220	255	-	-	-	59.014
Baguari	-	-	(850)	-	181	-	-	-	-	(669)
Retiro Baixo	-	-	(1.275)	-	-	-	111	-	-	(1.164)
Serra Facão Energia	-	-	(59.102)	-	-	80	-	-	-	(59.022)
Chapecoense	-	-	28.646	-	-	-	-	-	-	28.646
Foz do Chapecó	-	-	-	-	4.257	137	-	-	-	4.394
Madeira Energia	-	-	(861.144)	-	-	-	-	-	-	(861.144)
Santo Antônio Energia	-	-	-	-	40.602	3.481	-	-	268	44.351
Inambari	-	-	(6.024)	-	-	-	-	-	6.017	(7)
Brasventos Eolo	-	-	(1.495)	-	554	-	-	-	-	(941)
Brasventos Miassaba	-	-	2.338	-	649	-	-	-	-	2.987
Rei dos Ventos 3	-	-	908	-	570	-	-	-	-	1.478
Teles Pires Participações	-	-	(15.697)	-	-	-	-	-	-	(15.697)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	-	-	5.759	-	-	2.093	7.852
Energia dos Ventos I	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-	(39)
Energia dos Ventos II	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	(30)
Energia dos Ventos III	-	-	(36)	-	-	-	-	-	-	(36)
Energia dos Ventos IV	-	-	(43)	-	-	-	-	-	-	(43)
Energia dos Ventos V	-	-	(6.722)	-	-	-	-	-	-	(6.722)
Energia dos Ventos VI	-	-	(9.159)	-	-	-	-	-	-	(9.159)
Energia dos Ventos VII	-	-	(9.160)	-	-	-	-	-	-	(9.160)
Energia dos Ventos VIII	-	-	(6.721)	-	-	-	-	-	157	(6.564)
Energia dos Ventos IX	-	-	(6.723)	-	-	-	-	-	-	(6.723)
Energia dos Ventos X	-	-	(34)	-	-	-	-	-	-	(34)
Central Eólica Famosa I	-	-	(6.425)	-	-	-	-	-	-	(6.425)
Central Eólica Pau Brasil	-	-	(4.292)	-	-	-	-	-	-	(4.292)
Central Eólica São Paulo	-	-	(4.803)	-	-	-	-	-	-	(4.803)
Central Eólica Rosada	-	-	(8.132)	-	-	-	-	-	-	(8.132)
Punaú I Eólica S.A.	-	-	(7.313)	-	-	-	-	-	-	(7.313)
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	(7.186)	-	-	-	-	-	-	(7.186)
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	(5.959)	-	-	-	-	-	-	(5.959)
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	(5.284)	-	-	-	-	-	-	(5.284)
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	(7.981)	-	-	-	-	-	-	(7.981)
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	(4.772)	-	-	-	-	-	-	(4.772)
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	(3.958)	-	-	-	-	-	-	(3.958)
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	(5.794)	-	-	-	-	-	-	(5.794)
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	(3.907)	-	-	-	-	-	-	(3.907)
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	(5.894)	-	-	-	-	-	-	(5.894)
São Caetano Eólica S.A.	-	-	(7.952)	-	-	-	-	-	-	(7.952)
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	(5.297)	-	-	-	-	-	-	(5.297)
São Galvão Eólica S.A.	-	-	(7.862)	-	-	-	-	-	-	(7.862)
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de Santo Antonio SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	-	167	-	825	-	-	-	-	992
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	(299)	-	-	-	-	-	-	(299)
Empresa de Energia São Manuel S.A.	-	-	(594)	-	-	-	-	-	1.029	435
Subtotal de Geração	-	-	(1.000.365)	-	49.858	9.712	111	-	9.564	(931.120)
Empresas de Transmissão										
Transleste	-	-	5.040	(1.539)	-	-	-	-	-	3.501
Transudeste	-	-	3.294	(968)	-	148	1.034	-	159	3.667
Transirapé	-	-	2.864	(666)	-	-	-	-	-	2.198
Centroeste	-	-	4.089	(666)	-	900	-	-	431	4.754
Transenergia Renovável	-	-	24.316	(754)	-	-	-	-	8	23.570
IE Madeira	-	-	30.539	(17.946)	-	2.153	-	-	-	14.746
Transenergia São Paulo	-	-	43.977	(276)	-	890	-	-	509	45.100
Transenergia Goiás	-	-	(1.212)	-	-	-	-	-	-	(1.212)
MGE Transmissão	-	-	(9.222)	(477)	-	2.974	-	-	67	(6.658)
Goiás Transmissão	-	-	(493)	(1.911)	-	2.293	-	-	-	(111)
Caldas Novas Transmissão	-	-	3.084	(61)	-	720	-	-	149	3.892
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	830	-	-	724	-	-	38	1.592
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	-	-	2.297	-	-	849	-	-	-	3.146
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	-	4.594	(41)	-	115	-	-	188	4.856
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	645	-	-	226	-	-	7.950	8.821
Mata de Santa Genebra	-	-	(1.019)	-	-	-	-	-	894	(125)
Lago Azul Transmissora	-	-	(151)	-	-	-	-	-	12	(139)
Belo Monte Transmissora	-	-	(5)	-	-	-	-	-	424	419
Energia Olímpica S.A.	-	-	(213)	-	-	-	-	-	1	(212)
Subtotal de Transmissão	-	-	113.254	(25.305)	-	11.992	1.034	-	10.830	111.805
Total SPEs	-	-	(887.111)	(25.305)	49.858	21.704	1.145	-	20.394	(819.315)
FRG	-	-	-	-	-	-	-	(20.795)	122.935	102.140
Total 31.12.2014	-	-	(887.111)	(25.305)	49.858	21.704	1.145	(20.795)	143.329	(717.175)
Total 31.12.2013	-	-	151.780	(9.528)	27.262	48.426	3.900	(41)	(19.678)	202.121

NOTA 37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

37.1 Energia Elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Aneel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

37.1.1 Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEE 2009 8 anos	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	LEE 2014 / 2019 6 anos	LEE 2015 / 2017	RAG
2016	Volume MWh (*)	2.283.984	790.560	2.037.888	3.083.184	4.664.304	3.091.968	20.554.911
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	151	166	180	89	271	201	31
	Total (R\$ Mil)	343.871	131.390	365.891	275.585	1.263.373	621.486	641.850
2017	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560	3.083.520	20.498.750
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)		166	180	90	271	201	31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585	1.259.922	619.788	640.096
2018	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560		20.498.750
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)		166	180	90	271		31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585	1.259.922		640.096
2019	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560		20.498.750
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)		166	180	90	271		31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585	1.259.922		640.096
2020	Volume MWh (*)		788.400	2.037.888	3.083.184			28.078.523
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)		166	180	89			31
	Total (R\$ Mil)		131.031	365.891	275.585			876.783
Após 2020	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760			29.390.326
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)		166	180	90			31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585			917.746
Data do término do contrato		31/12/2016	31/12/2039	31/12/2039	31/12/2026	31/12/2019	31/12/2017	31/12/2042
É parte relacionada? (Sim/Não)		não	não	não	não	não	não	não
(*) Informações não auditadas.								

37.1.2 Compromissos – posições compradas

Gerador de Energia		Total compras
2016	Volume MWh (*)	3.345.704
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	155
	Total (R\$ Mil)	520.062
2017	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	156
	Total (R\$ Mil)	519.482
2018	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	154
	Total (R\$ Mil)	513.594
2019	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	156
	Total (R\$ Mil)	520.323
2020	Volume MWh (*)	3.345.704
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	154
	Total (R\$ Mil)	515.001
Após 2020	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	154
	Total (R\$ Mil)	512.753
Data do término do contrato		Fev/36

(*) Informações não auditadas.

37.2 Compromissos Socioambientais (Não auditada)

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e

às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	41.167	50.796
Subtotal	41.167	50.796
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	33.920	49.494
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	857	57
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.326	31.228
Subtotal	39.103	80.779
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	80.270	131.575

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

37.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - UHE Simplicio

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplicio, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Tais ações deverão estar concluídas até 2015. Atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejarão a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijuco Preto III (Ação Civil Pública 1999.61.00.048465-6), em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais.

O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 a R\$ 100, dependendo do tempo de inadimplência.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos".

Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

- 1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento, o TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;
- 1.2. Programa de Fauna – em até 365 dias – concluído;
- 1.3. Programa PRAD – em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;
- 1.4. Programa Campos Eletromagnéticos – em até 18 meses – concluído;
- 1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;
- 1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico – em até 360 dias – em andamento; e
- 1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LTs I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 a R\$ 100, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

c) Desmobilização da mão-de-obra terceirizada

No âmbito do Mandado de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal, a empresa firmou dois acordos com a Federação Nacional dos Urbanitários e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a substituição paulatina dos terceirizados até o final de 2018, respeitados direitos a eles assegurados na forma da lei e das recentes decisões dos Tribunais Superiores, com sua substituição por empregados concursados.

37.2.2 Políticas Ambientais

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade são norteadas por cinco políticas: Ambiental; de Recursos Hídricos; de Recursos Florestais; de Educação Ambiental; e de Gestão de Resíduos.

Essas políticas foram desenvolvidas pelo corpo técnico e gestores da Empresa, além de representantes da sociedade.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Furnas, como uma das empresas do Sistema Eletrobras, também segue as diretrizes da política ambiental da holding, contribuindo para o desenvolvimento e revisões dessa política.

37.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs são como seguem:

SPEs/Ano	2015	2016	2017	2018
Famosa III	60.066	44.956	158.020	-
Serra do Mel	49.484	98.901	62.408	-
Acaraú	36.956	60.144	50.966	-
Itaguaçu da Bahia	103.530	162.794	77.579	-
Madeira Energia	142.740	-	-	-
Famosa	198.075	-	-	-
Energia dos Ventos (V a IX) Fortim	280.773	-	-	-
Teles Pires Participações	115.370	-	-	-
Punaú e Baleia	271.629	-	-	-
UHE São Manuel	117.150	73.000	14.000	45.000
MGE Transmissão	2.718	-	-	-
Luziânia Niquelândia	840	-	-	-
Transenergia Goiás	58.000	-	-	-
Triângulo Mineiro	28.758	-	-	-
Paranaíba	41.277	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	39.986	2.543	-	-
IE Belo Monte	14.700	204.290	78.170	46.300
Lago Azul	3.412	1.050	-	-
Mata de Santa Genebra	20.700	263.300	-	-
Total	1.586.164	910.978	441.143	91.300

NOTA 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**38.1 Instrumentos Financeiros**

A Empresa e suas investidas em conjunto operam com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes (Nota 8)	1.303.763	1.430.927
Ativo financeiro – concessão de serviço público (Nota 9)	7.529.487	6.389.473
Empréstimos concedidos (Nota 14.3)	6.233	9.505
Mantidos até o vencimento		
Indenizações das concessões – Lei nº 12.783/2013 (Nota 13)	1.344.476	2.130.352
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	667.750	715.812
Total Ativos financeiros	10.851.709	10.676.069
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.927.660	7.946.444
Fornecedores e outras obrigações (Nota 18)	750.285	411.869
Total Passivos financeiros	9.677.945	8.358.313

38.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, foi deflagrada, em 2014, a chamada “Operação Lava-Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de divulgação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Empresa e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra a Empresa, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a “Operação Lava Jato”. A despeito disso, a Empresa adotou algumas providências acatulatorias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa na medida em que se relacionem com a Empresa e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema.

A Eletrobras em acréscimo às providências acima citadas encaminhou correspondências, em março de 2015, a autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da “Operação Lava Jato” que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Empresa não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Empresa até o momento, a avaliação da Administração é que não há impactos relacionados a este assunto nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

38.2.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Passivos		
Dólar norte-americano	(364.547)	(280.668)
YEN	(118.864)	(153.499)
Total	(483.411)	(434.167)

38.2.2 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas aos contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

Exposição à taxa de juro	31.12.2014	31.12.2013
Passivos		
Selic	(787.968)	(143.968)
TJLP	(1.090.295)	(1.177.052)
CDI	(3.474.500)	(3.035.150)
IPCA	(2.928.182)	(2.965.938)
Total	(8.280.945)	(7.322.108)

38.2.3 Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos

e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

A RAG será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

No entanto, os empreendimentos de transmissão de Furnas, alcançados por esta norma legal, possuem RAPs que cobrirão os custos operacionais, de Administração e de Operação e Manutenção acrescidos de uma margem de 10% sobre o custo. Cabe destacar que quando estas RAPs são insuficientes geram a necessidade de uma provisão para perda com contrato oneroso.

38.2.4 Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

38.2.5 Risco de liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Descritivo	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	(507.770)	(1.570.997)	(3.945.094)	(2.903.799)	(8.927.660)

38.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Financiamentos e empréstimos	8.927.660	7.946.444
Fornecedores	750.285	411.869
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(1.692)	(6.696)
Outros		
TVM	(667.750)	(715.812)
Dívida líquida (A)	9.008.503	7.635.805
Patrimônio líquido	10.373.564	11.177.327
Total do capital (B)	19.382.067	18.813.132
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	46,48%	40,59%

38.4 Estimativa do Valor Justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31.12.2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	1.692	-	-	1.692
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	667.750	-	-	667.750
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 9)	-	7.529.487	-	7.529.487
Investimentos (participações societárias) (Nota 15)	5.331.518	-	-	5.331.518
Total	6.000.960	7.529.487	-	13.530.447

Descritivo	31.12.2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	6.696	-	-	6.696
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	715.812	-	-	715.812
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 9)	-	6.389.473	-	6.389.473
Investimentos (participações societárias) (Nota 15)	4.805.760	-	-	4.805.760
Total	5.528.268	6.389.473	-	11.917.741

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

38.5 Análise de Sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como seguem nos quadros abaixo:

38.5.1 - Ativo

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 2015			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	
IGP-M	279.748	783.295	5,67%	4,25%	2,84%	
TOTAL	279.748	783.295				

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2015			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
IGP-M	279.748	783.295	5,67%	7,09%	8,51%	
TOTAL	279.748	783.295				

38.5.2 – Passivo - Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2015			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	
Dólar (R\$/US\$)	133.766	374.544	2,80000	2,100	1,400	
YEN (R\$/¥)	33.065	92.582	0,02446	0,018	0,012	
TOTAL	166.831	467.126				

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
Dólar (R\$/US\$)	133.766	374.544	2,80000	3,500	4,200	
YEN (R\$/¥)	33.065	92.582	0,02446	0,031	0,037	
TOTAL	166.831	467.126				

38.5.3 – Passivo - Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2015			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	
TJLP	358.405	1.003.534	5,50%	4,13%	2,75%	
IPCA	1.028.246	2.879.088	6,60%	4,95%	3,30%	
Selic/CDI	1.526.218	4.273.411	12,50%	9,38%	6,25%	
TOTAL	2.912.869	8.156.033				

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
TJLP	358.405	1.003.534	5,50%	6,88%	8,25%	
IPCA	1.028.246	2.879.088	6,60%	8,25%	9,90%	
Selic/CDI	1.526.218	4.273.411	12,50%	15,63%	18,75%	
TOTAL	2.912.869	8.156.033				

38.5.4 Índices para análise de sensibilidade

		Data base 31.12.2014			
		Cenário Positivo		Cenário Negativo	
Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2015	-25%	-50%	+25%	+50%
Selic (a.a.)	12,50%	9,38%	6,25%	15,63%	18,75%
TJLP (a.a.)	5,50%	4,13%	2,75%	6,88%	8,25%

(**) Financiamento contraído diretamente por Furnas (equity), em cujo empreendimento Furnas possui participação indireta de 15%.

Premissas: Restante dos desembolso no decorrer de 2015. Início das amortizações em dez 2015. Cotação do R\$/US\$ foi de R\$2,6562/US\$ (31/12/2014)

39.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com interveniência da Eletrobras.

2013	Interligação do Madeira S.A.	Plano de Investimento aprovado pela	CVM	24,5%	85.750	101.593	110.608	116.160	121.933	-	18/03/2025
2012	Golias Transmissão S.A.	BANCO DO BRASIL - FCO		49,0%	49.000	49.385	49.385	49.385	48.398	-	01/12/2021

(*) Não revisado

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos Operacionais: Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto seguro de suas instalações. Encontrase em fase de aprovação a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras.

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejarjaneiro a auditoria. Os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. - em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito na Nota 2.3, a Empresa aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, bem como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, estão sendo avaliados pela Empresa e os respectivos laudos serão objetos de análise para posterior homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R\$ 4.530.060 mil e R\$ 995.718 mil, respectivamente, e foram determinados pela Empresa a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Adicionalmente, os saldos residuais dos investimentos em geração térmica, em 31 de dezembro de 2012, cujas concessões vencem-se entre 2015 e 2017 e abrangidas pela referida legislação, totalizando, em 31 de dezembro de 2014 R\$ 673.030 mil, foram determinados pela Empresa com base em suas melhores estimativas e interpretação da legislação. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder

concedente metodologia para cálculo do valor de indenização, podendo o mesmo sofrer alterações até a sua homologação final e realização. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 31 de dezembro de 2014, a investida Madeira Energia S.A. ("MESA"), na qual a Empresa participa com 39%, apresenta, no seu consolidado, capital circulante negativo no montante de R\$ 481.704 mil. Ainda, a investida da MESA incorreu em gastos capitalizados no projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que totalizam R\$ 20.801.649 mil em 31 de dezembro de 2014.

A investida indireta Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, na qual a Empresa participa com 24,72%, vem incorrendo em gastos significativos de desenvolvimento e pre operação, cujo valor capitalizado na investida totaliza R\$ 4.438.738 mil em 31 de dezembro de 2014.

A recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado dessas investidas depende do sucesso das operações futuras das mesmas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

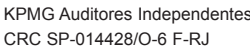
Conforme mencionado na nota explicativa 38.2, em função de notícia, veiculada na mídia a respeito do suposto envolvimento de empresas do setor elétrico no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato", a Administração da Empresa adotou algumas ações acataletórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Empresa até o momento, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto nas Demonstrações Financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação "Lava Jato" ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar, uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram seu relatório datado de 27 de março de 2014, que não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015



Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do encerramento do exercício de 2014, apresentado sem ressalvas; e 4. De nossa análise, e também com base no Relatório dos Auditores Independentes, atendidos os preceitos formais e legais, consideramos que as Demonstrações Financeiras estão habilitadas para que o Conselho de Administração as submetta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do artigo 192, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

Sonia Regina Jung Presidente do Conselho Fiscal	Ticiane Freitas de Sousa Membro do Conselho Fiscal
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos Membro do Conselho Fiscal	

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, estão disponíveis no *site* www.furnas.com.br.



Ministério de
Minas e Energia



www.furnas.com.br